

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUARTA-FEIRA, 16 DE SETEMBRO DE 2026

NÚMERO 23.188 • 26 PÁGINAS • R\$ 5,00

Rosinei Coutinho/AFP



"Peço desculpas ao povo brasileiro"

O presidente do STF, Edson Fachin, abriu a sessão pedindo “sensatez, decoro e serenidade” na análise do caso Alexandre de Moraes/Banco Master. Foi ignorado. Coube, então, à ministra Cármen Lúcia resumir a indignação pela sessão de ontem, marcada por ofensas e acusações. “Estou triste com o fato de o tribunal ter provocado um mal-estar cívico em todos os cidadãos”, disse a magistrada sobre a maior crise do Judiciário brasileiro.

Com bate-boca e acusações, STF adia decisão sobre Moraes

Após mais de seis horas de discussões, troca de acusações, denúncias de condutas ilegais e exposição de uma guerra interna longe de ser pacificada, os ministros do Supremo Tribunal Federal paralisaram a análise do pedido de investigação sobre as supostas relações entre Alexandre de Moraes e Daniel Vorcharo, ex-banqueiro que deu golpes no sistema e corrompeu políticos e servidores. O mérito do caso não chegou a ser avaliado. Os magistrados votaram a possibilidade de julgar conjuntamente Moraes e André Mendonça, que é acusado de manipular o processo do colega da Corte. Flávio Dino pediu vista e adiou a decisão, quando o placar estava 4x3 pela proposta inicial da sessão. Novo encontro está marcado para dia 23, com o pedido sobre Mendonça.

Gustavo Moreno/STF



Dino, Mendonça, Moraes, Toffoli e Gilmar protagonizaram momentos tensos da sessão de ontem

• **Vorcharo assombra filhos de ministros**

• **Dino, Gilmar e Moraes miram Mendonça**

Denise Rothenburg // Crise na Corte vai se estender para depois das eleições

Luiz Carlos Azedo // As mil e uma noites sem trégua na Justiça brasileira

Ed Alves/CB/D.A Press



Segurança no STF: a Praça dos Três Poderes foi fechada, e agentes usaram armas antidrones

Wilton Junior/ Estádio conteúdo



A surpresa foi a chuva e o vento, que derrubaram a tenda para a imprensa na porta do palácio

PÁGINAS 2 A 5 E 15

Reprodução/Rede TV



Para romper a polarização

Candidato do Missão à Presidência, Renan Santos participou da Sabatina do **Correio** — parceria com a Anfp, Febrafite, a Unafisco Nacional e Fenat — e avaliou a crise do STF. Ele defendeu reformas na Corte, com a implementação de mandato de oito anos. Renan criticou a polarização entre o PT e o bolsonarismo, detalhou propostas e prometeu mudanças na gestão do Orçamento. PÁGINA 6

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Força-tarefa contra o crime

Candidato do Novo, Romeu Zema esteve no **Correio** para a sabatina com os presidenciáveis e fez duras críticas ao STF. “Nós estamos indignados”, disse o ex-governador de Minas, que prometeu acabar com o que chama de “farra dos intocáveis”. Entre as propostas apresentadas, está a união de forças de segurança, Receita, Coaf e Abin no combate às organizações criminosas. PÁGINA 6

Liderança palestina cobra Brasil

Em visita a Brasília, Musa Hadid, vice do Parlamento, pede medidas concretas do governo brasileiro para conter a expansão de colônias israelenses.

PÁGINA 11

Mais geleiras em direção ao mar

PÁGINA 14

Crime virtual

Quadrilha presa por indução ao suicídio

PÁGINA 19

Investigação

Injeção pode ter sido causa de morte

PÁGINA 18

Libertadores

Fluminense está nas semifinais

PÁGINA 22

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



CB Talks teve mediação dos jornalistas Adriana Bernardes e Carlos Alexandre (D) e...



... reuniu no auditório do Correio autoridades, políticos e especialistas de várias áreas



O risco das facções infiltradas na economia

Organizado pelo **Correio** em parceria com o SindiGas, o Instituto Combustível Legal e o Livre Mercado, o CB Talks: Segurança para o desenvolvimento do Brasil debateu a ação de organizações criminosas nos setores produtivos do país. Promotor de Justiça em São Paulo, Lincoln Gakiya, referência no trabalho contra as quadrilhas, abriu o encontro destacando a mudança do perfil das facções e a urgência em um combate conjunto contra os grupos. Participaram do evento autoridades, parlamentares e especialistas. PÁGINAS 9 E 10



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



Operação Compliance Zero

STF vira campo de guerra, sem nenhuma decisão

Na sessão extraordinária, ministros batem boca, trocam acusações e até questionam condução de Fachin, mas não definem se investigarão Moraes

» ARMANDO HOLANDA

O pedido feito pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, de “sensatez, decoro e serenidade” foi ignorado por magistrados em boa parte da sessão extraordinária de ontem na Corte. O plenário deveria avaliar se abriria uma investigação contra o ministro Alexandre de Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro. O julgamento, no entanto, expôs em público as divergências que tomaram conta da Corte nas últimas semanas. Houve troca de acusações, interrupções, bate-boca e questionamentos sobre a condução de Fachin. Ao fim da tumultuada sessão, Flávio Dino pediu vista e adiou uma definição.

Na abertura dos trabalhos, Fachin tentou estabelecer o tom da sessão. “Não se julgam pessoas; julgam-se fatos e questões jurídicas. Não se antecipa o mérito antes de resolvida a validade processual. A divergência é legítima; o confronto pessoal, não”, afirmou.

De nada adiantaram as palavras do presidente. Os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça trocaram hostilidades; Gilmar Mendes também fez disparos contra Mendonça; e o próprio Fachin foi envolvido em discussões, com Flávio Dino.

Moraes e Mendonça protagonizaram um dos momentos mais tensos do dia. O relator da trama golpista acusou o colega de ter usado a Polícia Federal para tentar incluí-lo em uma colaboração premiada, e afirmou que o magistrado também tem de ser julgado pelo plenário do STF. A princípio, a avaliação sobre o caso de Mendonça — acusado por Moraes de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade — está marcada para o dia 23.

“Não há como julgar hoje sem julgar terça, porque eu pergunto: quem tem medo da Polícia Federal, presidente? Quem tem medo da Polícia Federal? Quem chamou a Polícia Federal e exigiu que a Polícia Federal colocasse um colega na delação premiada? E vamos chamar testemunhas que eu vou indicar. Não só policiais, mas advogados. Eu tenho testemunhas”, sustentou Moraes. Mendonça o interrompeu: “É mentira”. Ele acrescentou que o colega poderia chamar “quem quiser”.

Moraes seguiu no ataque: “Chamou. ‘Inclui o ministro Alexandre’. Por quê? Porque está a serviço de um grupo político que quis dar um golpe neste país”.

Apócrifo

Ele ainda negou ter usado um documento apócrifo, um relatório de inteligência da Polícia Federal, para embasar sua denúncia contra Mendonça. “Não tem nenhum documento apócrifo. Todos sabem o que é um relatório de inteligência. Os relatórios de inteligência estavam registrados. É só pegar o registro, quem fez, e vamos chamar aqui a este Supremo Tribunal Federal”, frisou.

Gilmar também partiu para cima de Mendonça, questionando a decisão do ministro de ordenar a

destituição do diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues. Ele chamou o colega de “boneco eleitoral”, por tomar a decisão em pleno período de eleições (**leia reportagem ao lado**).

A temperatura subiu, ainda, entre Fachin e Dino. O episódio ocorreu enquanto Dias Toffoli explicava por que havia deixado a relatoria das investigações do Master. Toffoli afirmou que Dino sugeriu seu afastamento para preservar a Corte diante das repercussões do caso. Ao ser citado, Dino tentou intervir e foi repreendido pelo presidente do STF.

“Tem que pedir a palavra à Presidência, é o que estou dizendo”, afirmou Fachin. Dino rebateu: “Eu vou seguir o Regimento Interno da Corte.” O presidente do STF retrucou: “Pois Vossa Excelência terá a palavra porque estou lhe concedendo”.

Dino chegou a retirar da gaveta uma cópia do Regimento Interno para sustentar sua posição. Mais tarde, voltou ao assunto ao pedir um aparte a Gilmar Mendes e fez referência à cobrança anterior: “Ministro Gilmar, Vossa Excelência concede um aparte? Presidente, Vossa Excelência autoriza que o ministro Gilmar me conceda um aparte?”.

Divergência

A condução de Fachin acabou se transformando em outro foco de divergência. Dino e Gilmar questionaram a decisão do presidente do Supremo de assumir a relatoria dos procedimentos envolvendo Moraes e Mendonça. Dino sustentou que não existe previsão para a “avocação” de processos relatados por outros integrantes da Corte. Fachin respondeu que não havia destituído o relator e que os autos foram encaminhados à Presidência porque o plenário seria o juiz natural da matéria.

Moraes também fez questionamentos ao presidente. Durante sua manifestação, perguntou o que exatamente estaria sendo julgado, sob o argumento de que não existia pedido formal da PF, da Procuradoria-Geral da República ou de Mendonça para abertura de investigação contra ele. “Vossa Excelência vai votar o quê?”, questionou. O ministro ainda reclamou dos diferentes procedimentos e prazos adotados nos casos envolvendo ele e Mendonça, classificando a situação como uma “miscelânea procedimental”.

Em meio à discórdia, Gilmar Mendes apresentou uma questão de ordem para que o plenário julgue, em conjunto, o caso de Moraes e o de Mendonça, acusado de abuso de autoridade, improbidade administrativa e crime de responsabilidade. Essa análise ficou em 4 x 3 a favor da análise conjunta, e a sessão foi suspensa por causa do pedido de vista de Dino (**leia reportagem na página 3**).

A sessão começou desfalcada. Nunes Marques se declarou impedido, enquanto Toffoli alegou suspeição por foro íntimo. A saída dos dois ocorreu em meio à divulgação de novas mensagens retiradas do celular de Vercaro, inclusive diálogos que mencionam pessoas próximas a integrantes da Corte (**leia reportagem na página 3**).

Alejandro Zambrana/STF



Alejandro Zambrana/STF



Alejandro Zambrana/STF



Gustavo Moreno/STF



Rosinei Coutinho/STF



Não se antecipa o mérito antes de resolvida a validade processual. A divergência é legítima; o confronto pessoal, não”

Edson Fachin,
presidente do STF



Acho que Vossa Excelência não se deu conta disso, porque, além de marcar esta sessão desastrosa, ainda marcou outra na próxima semana”

Flávio Dino, para Fachin



‘Inclui o ministro Alexandre’. Por quê? Porque está a serviço de um grupo político que quis dar um golpe neste país”

Alexandre de Moraes,
sobre Mendonça



O que há em relação a mim foi um suposto relatório de inteligência (...), um relatório ilegal, com monitoramento e coleta seletiva”

André Mendonça, sobre o processo contra ele



É evidente que se trata de um pixuleco, de um boneco eleitoral. É disso que nós estamos falando”

Gilmar Mendes, ministro do STF, sobre Mendonça

“Boneco eleitoral”

Em um dos momentos mais tensos da sessão de ontem, no STF, o ministro Gilmar Mendes chamou de “desfaçatez” a postura de André Mendonça. Após a manifestação do procurador-geral da República, Paulo Gonet, que negou envolvimento com o dono do Master, Daniel Vercaro, Mendonça pediu a palavra e disse: “Dr. Paulo, eu tento ser justo. Ninguém gostaria de estar aqui. Nós estamos aqui por dever de ofício. E a gente pode até avaliar se ‘ah, não devia ter feito isso’, talvez hoje conhecendo os fatos...”

Nesse momento, Gilmar o interrompeu: “É impressionante, presidente, que uma pessoa da estatutura do Paulo Gonet sofra esse tipo de ilação. Isso, sim, é leviandade. O sujeito investido de um sentimento policial, junto com seus delegados. É impressionante a desfaçatez desse sujeito”. Mendonça, então, gritou: “A desfaçatez de Vossa Excelência, me respeite”.

Diante do embate no plenário, o ministro Flávio Dino acusou o presidente do STF, Edson Fachin, de omissão ao não coibir os bate-bocas. “Vossa Excelência está assistindo a isso há horas e está transformando o Supremo nas próximas semanas, quicâ meses, neste debate”, disse. “Não temos condições de deliberar, o clima é daí para pior. A 15 dias de uma eleição, o tribunal se expor a isso. Acho que Vossa Excelência não se deu conta disso, porque Vossa Excelência, além de marcar esta sessão desastrosa, ainda marcou outra na próxima semana.” O ministro fez referência à sessão do dia 23, que vai analisar o processo em que Moraes acusa Mendonça de irregularidades.

Pixuleco

Antes desse embate, Gilmar havia acusado Mendonça de tentar influenciar as eleições ao pedir um relatório da Polícia Federal sobre as conversas de Vercaro com o ministro Alexandre de Moraes.

Gilmar afirmou que, embora já houvesse suspeitas do elo do ministro com Vercaro desde o início de março deste ano, Mendonça teria aguardado o período eleitoral para encomendar o relatório à PF “que, muito provavelmente, implicaria exatamente quem ele buscava implicar”.

O decano disse também que, antes de levar o caso ao plenário, o ministro indicado por Jair Bolsonaro levantou o sigilo do relatório, “a fim de constanger qualquer posição contrária à sua atuação”.

Ele também afirmou que defendeu ao presidente do STF, Edson Fachin, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) a necessidade de separar a Corte das eleições e frisou: “Contrário do que se faz aqui. E se deram muito mal, porque são aprendiz de feiticeiro.” O decano ressaltou, ainda, que a medida se justificaria “em nome de Deus” e completou: “Como em nome de Deus já se fez muita patifaria”.

Na continuidade, o decano fez referência a Mendonça e disse: “É evidente que se trata de um pixuleco, de um boneco eleitoral”. O decano enfatizou, em referência a Mendonça, que houve uma conduta mafiosa. “Mesmo um colega que esteja eventualmente envolvido, que teve um filho, não pode estar submetido a esse tipo de vexame. É uma atitude de covarde, vil. Até a máfia tem ética. É preciso ter decência”.

Operação Compliance Zero

Sessão suspensa por até 90 dias

Placar no STF fica em 4 x 3 pela separação dos processos de Moraes e Mendonça. Cármen Lúcia se diz envergonhada com crise na Corte

» RENATO SOUZA
» LUÍZA ALTOÉ
» ALÍCIA BERNARDES

Após um longo dia de discussões e troca de acusações, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) encerraram a sessão extraordinária com um placar de 4 votos a 3 para rejeitar o julgamento conjunto dos ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça. Última a votar, a ministra **Cármen Lúcia** se disse envergonhada com a crise que atinge a Corte.

O colegiado se reuniu para decidir se abriria investigação contra Moraes por suposto envolvimento com o dono do Banco Master, Daniel Vercaro. No entanto, o ministro Gilmar Mendes apresentou uma questão de ordem e propôs que fosse avaliada em conjunto com a situação de Mendonça — acusado por Moraes de abuso de autoridade, improbidade administrativa, crime de responsabilidade e favorecimento a “determinado grupo político”.

Em meio aos debates acalorados, o ministro Flávio Dino pediu vista, ou seja, mais tempo para analisar o caso. A decisão paralisa o julgamento por até 90 dias. O voto do magistrado não foi contabilizado, embora ele tenha indicado que é a favor do julgamento conjunto da conduta de ambos os ministros.

Assim, o placar ficaria empatado em 4 x 4. Em situações assim, regimentalmente, o voto do presidente da Corte — no caso, Edson Fachin — tem peso dois, o chamado voto de qualidade. Mas tudo vai depender do entendimento da maioria dos ministros no momento em que o resultado tiver de ser proclamado de maneira definitiva.

Fachin foi o primeiro a votar e decidiu manter os julgamentos separados. “Quero, desde logo, manifestar-me no sentido de manter não apenas a separação entre os julgamentos. Portanto, voto no sentido de prosseguir o julgamento de hoje (ontem), bem como de não levar a efeito o pensamento dos feitos

Rosinei Coutinho/STF



Estou nesta sessão em estado de profunda consternação e tristeza (...), porque este Supremo Tribunal Federal (...) provocou um mal-estar cívico. Eu me sinto até um pouco envergonhada de, no momento em que o Brasil está a menos de 20 dias da eleição, estarem todos voltados a questões do Supremo”

Cármen Lúcia, ministra do STF

Desculpas

Cármen Lúcia expôs o constrangimento que paira em parte do colegiado de ministros. Ela disse que deveria ter agido de alguma forma para tentar evitar que a situação chegasse ao ponto que chegou. Acrescentou que os ministros não conseguiram garantir rigor e serenidade no processo e pediu “desculpas” por não ter contribuído o suficiente para acalmar os ânimos e conduzido melhor o processo.

mencionados e, por via de consequência, fica prejudicada a redistribuição na forma regimental”, disse.

Mendonça acompanhou o voto de Fachin, assim como Luiz Fux e Cármen Lúcia. Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes votaram pela análise conjunta da situação. “Entendo não haver as mesmas bases fáticas. O que há, em

relação a mim, é um suposto relatório de inteligência, um relatório ilegal, com monitoramento e coleta seletiva de dados de ministros do STF e de outras autoridades, em uma atividade própria de uma PF paralela. Documento ilegal, que o próprio documento fala que é sem valor probatório. São questões fáticas e jurídicas totalmente distintas”,

argumentou Mendonça.

No começo da noite, Fachin pediu que o procurador-geral da República, Paulo Gonet, apresentasse manifestação sobre a situação. Gonet, também citado em mensagens de Vercaro, afirmou que não há nenhuma ilegalidade relacionada ao trabalho dele.

A sessão do plenário que vai avaliar acusações contra Mendonça está agendada para a próxima terça-feira. Porém, com a decisão de Dino, é possível que a reunião do colegiado seja adiada até a devolução do processo. O adiamento, no entanto, depende de avaliação de Fachin.

Vergonha

A ministra Cármen Lúcia, ao votar contra o julgamento conjunto, disse estar triste com o fato do STF ter provocado um “mal-estar cívico em todos os cidadãos brasileiros”.

“Eu me encontro, como talvez muitos de meus colegas, em estado de profunda consternação e tristeza”, admitiu. Ela pediu desculpas aos brasileiros e se disse envergonhada com a situação. “Eu me sinto, e estou falando apenas por mim — quem fala pelo Supremo é Vossa Excelência, presidente —, um pouco até envergonhada de, no momento em que o Brasil está a menos de 20 dias da eleição, estarem todos voltados a questões do Supremo, que são questões processuais, em parte, e com questões graves mesmo”, ressaltou.

A magistrada avalia que “houve uma espetacularização desses casos, desta sessão, que não faz mal apenas ao Supremo ou ao Poder Judiciário, faz mal ao país”.

De acordo com Cármen Lúcia, “não há pressões sobre juízes, porque nós não teríamos um Poder Judiciário”. “É falsa essa ideia de que clamor público vai nos fazer votar num ou noutro sentido. É preciso que as pessoas acreditem que nós temos a independência necessária para continuarmos a ser juízes”, acrescentou.

Mensagens citam filhos de ministros

Um dia após magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF) terem acesso às mensagens armazenadas no celular do dono do liquidado Banco Master, Daniel Vercaro, vieram à tona conteúdos que envolvem os ministros Luiz Fux e Nunes Marques, alinhados a André Mendonça no julgamento sobre a possibilidade de investigação de Alexandre de Moraes. Uma decisão de Flávio Dino sobre um processo que envolve o Instituto Iter também fez parte da movimentação na Corte.

Horas antes da sessão de ontem, conversas extraídas do celular de Vercaro indicaram pagamentos do banqueiro ao filho de Nunes Marques e uma relação de proximidade entre Vercaro e o filho de Fux. Os dois ministros eram apontados como favoráveis à abertura de uma apuração sobre a relação entre Moraes e o banqueiro.

Após a divulgação das mensagens, Nunes Marques se declarou impedido e não participou do julgamento. Fux votou pela investigação.

As mensagens trocadas por WhatsApp pelo banqueiro Daniel Vercaro indicam pagamento de R\$ 500 mil ao advogado Kevin de Carvalho Marques, filho de Nunes Marques.

A informação aparece em conversa de Vercaro com o então diretor jurídico do Banco Master, Luiz Rennó, em julho de 2025. As mensagens fazem parte da íntegra do conteúdo do celular do banqueiro, apreendido pela Polícia Federal.

Em nota, a assessoria de Kevin Marques afirmou que o advogado “não prestou serviço ao Banco Master nem recebeu dinheiro do banqueiro Daniel Vercaro”.

Rosinei Coutinho/STF



Nunes Marques se declarou impedido após a divulgação das conversas, mas Fux participou da sessão

Ao se declarar impedido para participar da sessão de ontem, Nunes Marques usou como justificativa sua posição como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A decisão, porém, ocorreu horas após a divulgação de mensagens mostrando a ligação de seu filho, Kevin, com Vercaro.

“Em que pese, e os debates vão fluir, que esse julgamento eventualmente pode também impactar no cenário político eleitoral. Então, na condição de presidente do TSE, eu não me sinto confortável para participar desse julgamento e afirmo o meu impedimento”, disse Nunes Marques, pouco antes de se retirar da sessão.

Rodrigo Fux

Dados extraídos do celular mostram, também, conversas de Vercaro com o advogado Rodrigo Fux,

filho do ministro Luiz Fux. Nos diálogos, o banqueiro chama o advogado para “ajudar num caso”, e ambos marcam encontros em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

A troca de mensagens também indica que Vercaro bancou ingressos para a família de Rodrigo Fux em um camarote VIP no desfile das escolas de samba do Rio de Janeiro, em fevereiro de 2025.

Em 5 de novembro de 2025, Vercaro escreveu a Rodrigo Fux: “Quero te chamar pra me ajudar num caso”. O advogado respondeu: “Claro. O que for melhor pra vc”. Em seguida, eles combinam uma chamada de vídeo. “Será um prazer, se eu puder ajudar”.

Ambos se tratam de maneira informal no diálogo. Rodrigo Fux chamou Vercaro de “amigo” e “irmão”. Em maio de 2024, o filho do ministro convidou o dono do Master para um encontro. “Quando

estiver em SP te dou um toque pra almoçarmos ou fumarmos um charuto”, disse.

Em nota, a assessoria de Rodrigo Fux afirmou que ele nunca advogou para Vercaro nem para o Master, nunca fez nenhuma proposta de trabalho ao seu grupo econômico e nunca recebeu nenhum valor do banqueiro.

“A despeito do tom informal dos diálogos vazados, o que houve foi uma tentativa de aproximação comercial por parte de Daniel Vercaro e seus sócios”, afirmou Rodrigo Fux em nota.

O ministro Dias Toffoli também não votou na sessão. Ele alegou “suspeição de foro íntimo” e disse que tem se “manifestado na Turma pela suspeição”. Desde que deixou a relatoria do processo do Master no STF, o magistrado tem se declarado suspeito em todos os julgamentos do caso.

Rosinei Coutinho/STF



Moraes se defende e aponta motivação político-eleitoral

Após 15 dias de silêncio, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu-se das suspeitas que recaem sobre seu relacionamento com Daniel Vercaro, dono do Banco Master.

Em uma petição de 44 páginas, Moraes afirmou ser alvo de uma “farsa montada”, negou a troca de mensagens com o banqueiro e disse que todos sabem a “motivação político-eleitoral dessas criminosas mentiras”.

“Vingança dos aliados daqueles que tentaram acabar com a democracia e foram condenados”, declarou, em alusão às condenações do núcleo ligado ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) por tentativa de golpe de Estado.

A entrega da peça de defesa ao presidente da Corte, ministro Edson Fachin, ocorreu pouco antes do julgamento no plenário do STF. “Nenhuma ilação foi mais falsa, criminosa e mentirosa do que a questão dos supostos diálogos por mensagens entre mim e Daniel Vercaro, supostamente relacionadas à ‘Operação Compliance’”, afirmou Moraes. “O mais grave. As ilações absurdas (...) simplesmente não existiram. Não existe diálogo, que pressupõe a existência de dois interlocutores, pois não há uma única mensagem ou bloco de notas com o texto de mensagens do ministro Alexandre de Moraes”, disse o magistrado, enfatizando trechos do texto com letras maiúsculas.

A Polícia Federal (PF) identificou o contato de Moraes no celular de Vercaro a partir do cruzamento de metadados, arquivos temporários e registros da agenda do celular do banqueiro apreendido em 17 de novembro. Segundo a investigação, Vercaro escrevia textos

no aplicativo bloco de notas, fazia capturas de tela, o que automaticamente gerava arquivos em PDF e, segundos depois, abria o WhatsApp para enviar o conteúdo. Após essas capturas, a primeira interação registrada no WhatsApp era o envio para o número salvo na agenda do aparelho de Vercaro como “Alexandre de Moraes Brasília”.

Ilegal

O ministro alegou que “as informações apresentadas demonstram que a ilegal investigação realizada contra ministro do STF, sem pedido da Procuradoria-Geral da República e autorização do plenário do Tribunal, não apontou a existência de nenhum indício de infração penal”.

“A investigação ilegalmente produzida pela Polícia Federal por determinação do Ministro André Mendonça não apresentou nenhum indício de que o Ministro Alexandre de Moraes tinha prévio conhecimento da decisão da Justiça Federal de 1ª instância que determinou a ‘Operação Compliance’ ou que tenha entrado em contato com qualquer autoridade sobre esse assunto ou, ainda, que tenha vazado alguma informação, que nem ao menos tinha ciência”, alegou o ministro. Segundo relatório da PF, Vercaro perguntou a Moraes se deveria sair do país um dia antes de ser preso, em 17 de novembro.

Das 44 páginas da peça de defesa, Moraes dedicou cerca de 10 para rebater o conteúdo das mensagens e seu teor comprometedor. No restante do documento, concentrou a argumentação em questionar a suposta “ilegalidade” e o “direcionamento enviesado” do relatório da PF produzido sob a relatoria de Mendonça.



Rosinei Coutinho/STF



Poucos momentos de descontração, sempre puxados por algum comentário de Dino, reforçaram o perceptível mal-estar entre os ministros

Nos bastidores, bilhete, dedo em riste e abraços

Correio acompanhou dentro do plenário do STF as reações, as expressões e os momentos em que Fachin, Gilmar, Mendes, Dino, Mendonça e Fux se confrontaram

» ALÍCIA BERNARDES

O julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) que analisa a possibilidade de abertura de investigação sobre o ministro Alexandre de Moraes foi marcado por uma sucessão de episódios nos bastidores que expuseram a tensão entre os integrantes da Corte. Além dos debates formais sobre os procedimentos relacionados ao caso Master e às trocas de mensagens atribuídas ao magistrado e ao ex-banqueiro Daniel Vrcaro, o plenário teve cochichos, conversas reservadas, troca de bilhete e saídas de ministros. A sessão terminou depois de o ministro Flávio Dino retirar o voto e pedir vista do processo que discutia a possibilidade de análise conjunta dos casos de Moraes e de André Mendonça.

Desde o início, o ambiente no plenário destoou de uma sessão ordinária. O acesso de jornalistas foi restringido, com profissionais autorizados a acompanhar presencialmente os trabalhos impedidos de utilizar celulares e notebooks. Apenas fotografos da própria Corte tiveram autorização para registrar a sessão. Mesmo com o reforço na segurança e as limitações impostas, havia lugares vazios no plenário.

Enquanto o presidente do Supremo, Edson Fachin, fazia a leitura do relatório, os ministros trocavam impressões em voz baixa e consultavam celulares. Moraes permaneceu em silêncio durante aproximadamente duas horas antes de participar de maneira mais ativa dos debates.

Nos primeiros momentos, as conversas reservadas concentraram-se, principalmente, entre Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes. Toffoli ocupava a cadeira ao lado de Moraes, enquanto Gilmar estava próximo dos dois. Em diferentes momentos, os três conversaram entre si. Moraes também trocou poucas palavras com Dino. Mendonça, sentado entre Moraes e Dino, permaneceu isolado em parte da sessão. A movimentação era acompanhada por pausas para café, mais consultas a celulares e diálogos rápidos entre os magistrados, em contraste com a formalidade dos pronunciamentos captados pela transmissão da tevê.

Um dos episódios que mais chamou atenção ocorreu depois que Mendonça escreveu um bilhete e pediu que a mensagem fosse entregue a Toffoli. O ministro leu o papel ao menos duas vezes e, em seguida, guardou-o no bolso do paletó. Não fez nenhum gesto, tampouco mudou a expressão facial

de seriedade e compenetração. O gesto foi durante as discussões sobre a participação dos ministros no julgamento. Toffoli havia se declarado impedido, mas anunciou que permaneceria no plenário para o caso de ser citado em algum momento e ter a oportunidade de prestar algum esclarecimento. Nunes Marques, por sua vez, também declarou-se suspeito. Defendeu sua participação nos julgamentos da Segunda Turma da Corte e a atuação do filho Kevin — que teria recebido uma mesada de R\$ 500 mil de Vrcaro —, e afirmou que, como presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não pretendia ver aquela sessão conectada ao pleito de outubro. Pediu autorização de Fachin para deixar o plenário e saiu rapidamente.

Fora da imagem

Os momentos de maior tensão foram entre Gilmar e Mendonça. Na primeira discussão que travaram, Gilmar apontou o dedo para o colega. Mendonça reagiu e exigiu que o ministro abaixasse a mão.

“Não está falando com qual quer um”, devolveu. A reação irritada de Mendonça ecoou no plenário e foi captada pela

transmissão da tevê, que manteve o enquadramento em Gilmar.

Apesar dos momentos de confronto, o comportamento dos ministros fora das manifestações formais — e que não foram captadas pela transmissão oficial de tevê — nem sempre reproduziu a tensão daquilo que era transmitido ao público. Depois de um dos embates que tiveram na sessão, Dino aproximou-se de Fachin, abraçou o presidente e conversou com ele ao pé do ouvido. Os dois deixaram o plenário juntos. Na saída, Moraes também cumprimentou Gilmar e se abraçaram antes de deixar o salão de mármore bege. O contraste entre os gestos de amizade e apreço e os embates que estavam sendo transmitidos para quem acompanhava os trabalhos de fora do plenário foi uma das marcas da sessão.

A ministra Cármen Lúcia chamou a atenção pela postura discreta que adotou. Sem fazer intervenções, acompanhou os debates atentamente. Quando lhe coube falar, defendeu que a Corte não tomasse decisões sob pressão do clamor público. A ministra estava entre os integrantes da Corte que haviam votado pela análise separada dos casos de Moraes e Mendonça.

Imprensa internacional repercute

O julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a abertura de uma investigação contra o ministro Alexandre de Moraes ganhou repercussão na imprensa internacional. Veículos estrangeiros destacam o ineditismo da possibilidade de um magistrado em exercício da Corte ser alvo de uma investigação, além das divisões internas do tribunal e dos possíveis impactos da crise sobre a eleição presidencial de outubro.

Agências como Reuters, Associated Press (AP) e Agence France-Presse (AFP) acompanham o julgamento. As reportagens apresentam o episódio como mais um desdobramento da crise que o caso Banco Master levou para dentro da Corte.

A Reuters foi uma das agências a dar destaque ao caráter inédito da sessão. A reportagem afirma que o Supremo deve decidir sobre uma “investigação sem precedentes” contra um de seus ministros em exercício. Além disso, relaciona o julgamento ao agravamento da crise na Corte poucas semanas antes da eleição presidencial.

A agência britânica também chama Moraes de um dos ministros mais poderosos do STF e destaca o confronto com André Mendonça, responsável pela determinação da investigação. Na avaliação apresentada pela Reuters, o episódio ocorre em um momento particularmente sensível para o país, diante da proximidade da disputa eleitoral.

A Associated Press (AP) colocou

o julgamento no contexto da crise interna do Supremo. A agência destacou o papel de Moraes nos processos que levaram à condenação e à prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro e apontou a disputa entre os ministros como parte de um cenário de tensão que ultrapassa os limites do tribunal e também alcança a corrida presidencial.

Polarização

A cobertura da AP foi reproduzida por veículos como o *The Washington Post* e a ABC News. O *Washington Post* ressaltou que o embate entre Moraes e Mendonça ocorre em meio à polarização política brasileira e que a crise no Supremo repercute diretamente na corrida eleitoral.

Já a ABC News descreveu o momento vivido pela Corte como uma “crise sem precedentes”, relacionando a turbulência ao colapso do Master e às suspeitas que passaram a envolver integrantes dos Três Poderes.

O britânico *The Economist* dedicou espaço ao episódio e afirmou que o STF “está em crise”. A publicação colocou Moraes no centro da controvérsia e destacou as suspeitas relacionadas aos supostos vínculos com com o ex-banqueiro Daniel Vrcaro, além do conflito com Mendonça.

A AFP também destacou as relações de Moraes com Vrcaro, além do embate entre o ministro e Mendonça, e afirmou que a controvérsia “passou a se sobrepor à campanha presidencial” brasileira.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br

kleber sales



Como nas histórias de Xerazade, crise do STF está longe de acabar

“Eles julgaram a seu modo/ E se acumpliciaram nesse trabalho.” Esses versos de *As Mil e Uma Noites* (Brasiliense) parecem escritos para descrever a situação dramática em que o Supremo Tribunal Federal tenta decidir se autoriza a investigação do ministro Alexandre de Moraes por suas relações com Daniel Vrcaro, dono do Banco Master. A sessão plenária da Corte ontem terminou sem uma decisão, depois de expor, diante do país, a profundidade da divisão entre os ministros e a sua incapacidade momentânea de arbitrar os próprios conflitos.

Esse clássico da literatura universal é uma coletânea de histórias e contos populares originárias do Médio Oriente e do sul da Ásia e compiladas em língua árabe a partir do século IX. No mundo moderno ocidental, a obra foi traduzida para o francês em 1704 pelo orientalista Antoine Galland, transformando-se num clássico da literatura mundial. Em todas as versões, os contos são narrados por Xerazade, esposa do rei Xariar. Este rei, louco por haver sido traído por sua primeira esposa, desposa uma noiva diferente todas as noites, mandando matá-las na manhã seguinte. Xerazade consegue escapar a esse destino contando histórias maravilhosas sobre diversos temas que captam a curiosidade do rei.

Xerazade interrompe cada conto para continuá-lo na noite seguinte, o que a mantém viva ao longo de várias noites, até que o rei desistiu de executá-la. *As Mil e Uma Noites* nos ensina que o exercício arbitrário do poder quase sempre antecede a queda dos poderosos. Reis, vizires e juízes acreditam controlar o destino dos outros, até descobrirem que também estão submetidos às consequências de seus atos. A autoridade é passageira, a fortuna é instável e ninguém permanece acima da Justiça para sempre. Durante mil e uma noites, Xerazade demonstra que o poder sem limites também aprisiona quem o exerce.

A sessão do Supremo começou sob o signo dessa advertência. O presidente Edson Fachin declarou que o tribunal não julgaria pessoas, mas “fatos e questões jurídicas”. Lembrou os ministros cassados pela ditadura militar e afirmou que a memória dos que sofreram a violência do árbitro impunha responsabilidades aos atuais integrantes da Corte. Entretanto, à medida que as horas avançaram, a solenidade cedeu lugar às acusações, aos ressentimentos e às disputas pessoais.

Alexandre de Moraes classificou como fraudulenta a investigação realizada sob a relatoria de André Mendonça. Disse possuir testemunhas de que houve direcionamento para atingi-lo. Mendonça respondeu de imediato: “Mentira”. Gilmar Mendes acusou o mesmo Mendonça de conduzir o caso com finalidade político-eleitoral, fazer insinuações contra o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e agir de maneira incompatível com a ética judicial.

Impasse continua

A discussão ressurgiu no fim da sessão. Gilmar voltou a acusar Mendonça de “leviandade” e “desfaçatez”. Quando o colega tentou responder, ouviu: “Pode chorar, pode chorar”. Mendonça reagiu: “Não estou chorando, não. Aqui não tem choro, não. Respeite!”. O plenário da mais alta Corte do país assumia a atmosfera de uma disputa pessoal na qual ministros deixavam de divergir apenas sobre questões jurídicas para questionar reciprocamente suas intenções, sua honra e sua conduta.

Foi nesse momento que Flávio Dino retirou o voto que acabara de proferir pela unificação dos processos contra Moraes e Mendonça, e pediu vista. afirmou que não havia mais condições para prosseguir, diante da deterioração do ambiente, e cobrou de Fachin providências para conter os confrontos. Com o pedido, o voto de Dino deixou de integrar o placar, que ficou em quatro a três pela manutenção dos casos separados: Fachin, Mendonça, Luiz Fux e Cármen Lúcia de um lado; Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Moraes do outro.

Antes disso, Dino havia defendido que os processos fossem analisados conjuntamente, com novo relator e tratamento uniforme para todas as autoridades mencionadas nas investigações do Master. Seu argumento era o de que fatos sobrepostos não poderiam receber soluções contraditórias. Ao pedir vista, porém, transformou o voto jurídico num gesto político e institucional: era preciso interromper a narrativa antes que o seu final agravasse ainda mais a crise. Dino suspendeu o desfecho. A interrupção serviu para evitar que o Supremo continuasse a se digladiar em público. O pedido de vista não resolveu o conflito, apenas adiou.

Cármen Lúcia resumiu o constrangimento. Pediu desculpas ao povo brasileiro e reconheceu: “O país espera de nós uma tranquilidade que nós não conseguimos dar”. Foi a frase mais grave da sessão porque não partiu de um adversário do Supremo, mas de uma de suas integrantes mais antigas. A ministra reconheceu que a Corte encarregada de proporcionar segurança jurídica estava produzindo insegurança institucional. A atualidade dos versos de *As Mil e Uma Noites* está na advertência de que a legitimidade do poder depende da maneira como é exercido.

Quem julga os outros precisa aceitar padrões de transparência, impessoalidade e responsabilidade ainda mais rigorosos quando os fatos alcançam seus próprios integrantes. A sessão mostrou que a crise do Supremo já não decorre somente das mensagens de Vrcaro, das diligências da Polícia Federal ou das relações mantidas pelo banqueiro. Resulta, também, do acúmulo de decisões monocráticas, inquéritos de contornos indefinidos, conflitos de competência e suspeitas de uso político das prerrogativas judiciais.

“Seu presente/ É tão-somente o fruto do seu passado”. O verso resume a situação da Corte.

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O sobrevivente

Ao sair de fininho da sessão do STF depois de se declarar impedido, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques, busca se preservar de desgastes. Fará o mesmo quando do julgamento do caso do ministro André Mendonça. Impedido e fora da sessão, evitou que fosse confrontado com os supostos pagamentos ao seu filho pelo ex-banqueiro Daniel Vorcaro — pagamentos esses que o escritório do filho de Nunes Marques negou. Agora, Kassio espera ficar longe da crise para ultrapassar o período eleitoral.

Mendonça interpelado

Líderes evangélicos apresentaram um manifesto interpelando o ministro André Mendonça, que também é pastor. A carta termina assim: “As mãos que se erguem para abençoar o povo de Deus ao final do culto, as mãos que acalentam as vidas feridas e os sofrimentos dos fiéis, as mãos que abençoam as alianças do matrimônio, as mãos que consagram os elementos da Santa Ceia, as mãos que são impostas sobre cabeça de um novo pastor, em sua ordenação, e que invocam sobre ele o Espírito Santo de Deus não podem ser as mesmas mãos que empunham a espada, símbolo do poder do Estado. Parece-nos ser esta a razão da norma confessional inscrita na Confissão de Fé adotada pela Igreja Presbiteriana do Brasil”. O grupo aguarda uma resposta de Mendonça.

Imagem deteriorada

Os brasileiros confiam mais no trabalho da Polícia Federal do que no STF. A pesquisa Indexa Broadcast mostrou que a confiança na PF é de 70% contra 42% na Corte. O percentual de quem não confia no Supremo é ainda maior, 45%. De acordo com o CEO do instituto, Arilton Freres, o resultado mostra como a polarização política tem impactado a percepção do eleitor com as instituições.

STF quebrado, sem pacificação, reforça pressão por impeachment

A fratura do Supremo Tribunal Federal não tem remédio e nem prazo para acabar. Ninguém tem mais dúvidas de que a crise se arrastará para além do período eleitoral, a contar pelo andar da carruagem no primeiro dia de julgamento. Os ministros não conseguiram sair das preliminares nem sequer definir procedimentos e ritos. O presidente Edson Fachin não teve força para fazer valer a sua vontade de ver um desfecho esta semana, ainda que tenha evitado decisões monocráticas e tomado todo o cuidado para não melindrar mais os colegas.

Por falar em Fachin.../ O presidente do STF não mudará seu estilo conciliador. A avaliação é de que se ele for mais duro para uma ou outra ala do STF, não conseguirá reaglutinar o plenário nem pacificar a Corte. Até aqui, o estilo Fachin não obteve um resultado claro — apenas adiou tudo. Se até o fim do ano não houver uma resposta, restará aos ministros do STF o pior dos mundos: ver as dificuldades do Supremo em resolver internamente suas crises servir de combustível para a análise de pedidos de impeachment dos ministros no Senado.



CURTIDAS

Quem sabe um ministério?/ Aliados do candidato à Presidência da República Romeu Zema (Novo) afirmam que, a depender de quem vencer o pleito, ele pode aceitar virar ministro por ter uma certa independência na tomada de decisão. O que ele jamais tentará é uma vaga no Legislativo. Seus fiéis escudeiros dizem que o ex-governador de Minas Gerais não quer saber do Parlamento porque “odeia” não poder tomar decisões de forma mais direta.

O “bonde” do Renan/ O candidato do Missão, Renan Santos, passará essas três semanas até o dia da eleição dentro de um ônibus. A ideia é percorrer sete estados: São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia. A ideia é fazer, pelo menos, cinco cidades por dia.

Olho no olho/ São dois ônibus, um grande e outro menor, bem no estilo anos 1970. Em cada cidade, Renan fará panfletagem acompanhada uma coletiva na praça, num contato direto com a população local. A primeira parada é Vinhedo (SP), onde mora a mãe do candidato.



Quem teve a coragem de abrir o Senado para permitir que, minimamente, o Parlamento acompanhasse os fatos foi uma mulher, vossa excelência (senadora Damares Alves — Republicanos-DF). E só a ministra Cármen, outra mulher, teve a decência de pedir desculpas ao povo brasileiro"

Do senador Alessandro Vieira (MDB-SE), após a sessão no STF sobre as mulheres em cargos públicos

Operação Compliance Zero

“Ninguém foge de julgamento”

Para Lula, ministros do STF que feriram a lei devem ser punidos. Ele garante que presidente Fachin “tem a faca e o queijo na mão”

» PALOMA OLIVETO
» DANANDRA ROCHA

O presidente Luís Inácio Lula da Silva, candidato à reeleição pelo PT, defendeu uma investigação rigorosa sobre possíveis envolvimentos de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) com o banqueiro Daniel Vorcaro. Em entrevista ao *Jornal da Record*, afirmou que “chegamos a um momento determinante na história deste país, (no qual) não há absolutamente ninguém que possa fugir de julgamento quando há suspeita ou acusação contra ele”.

“O (ministro Edson) Fachin (presidente do STF) tem a faca e o queijo na mão para saber quem fez o que na Suprema Corte. E quem fez tem de ser julgado e punido”, acrescentou.

Lula classificou Vorcaro como chefe de “uma quadrilha que envolveu muita gente”, incluindo políticos e integrantes do Judiciário, e insistiu que se apure associações criminosas com todo o rigor, “abrindo o sigilo de telefone de todo mundo”. “Vamos colocar o Brasil nu e investigar. Não tem trégua, é preciso investigar todos, sem distinção.”

Questionado sobre possíveis alterações nos mandatos do Supremo, Lula ressaltou que a primeira reforma do sistema Judiciário brasileiro ocorreu em 2004, quando era presidente e o jurista Márcio Thomaz Bastos comandava o Ministério da Justiça. O candidato do PT reforçou a necessidade de avançar nas mudanças, o que prometeu fazer caso seja reeleito.

Reprodução de vídeo



Na entrevista que concedeu ao *Jornal da Record*, presidente classificou Vorcaro como chefe de quadrilha

“Acho que temos que ter uma reforma profunda no Poder Judiciário, em que a gente discuta o tempo de mandato, critério de escolher o candidato, como a pessoa pode ser escolhida e tem que ter uma coisa clara: quem for ministro não pode ficar rico”, disse.

Lula também defendeu que parentes de ministros do STF não atuem na Corte. “Não pode ter mulher (de ministro), não pode ter filho advogando na Suprema Corte”, frisou. Levantamentos em bases públicas do STF identificaram advogados com vínculo familiar com oito dos 10 ministros

da Corte. Até setembro, os que atuaram diretamente no Supremo foram Viviani Barci, mulher de Alexandre de Moraes; Rodrigo Fux, filho de Luiz Fux, e Valeska Zanin, mulher de Cristiano Zanin.

Já presideciáveis da direita reagiram ao encerramento da sessão do STF com o pedido de vista do ministro Flávio Dino que adia a abertura de investigação na Corte contra Moraes. Renan Santos (Missa) classificou, em postagem no X (antigo Twitter), o desfecho do dia como uma “pizza horrorosa, isso aqui virou um não país”.

Já o presideciável Ronaldo Caiado (PSD) também fez uma avaliação negativa do resultado dos debates no Supremo. “A sessão no STF expôs o limite do insustentável e não podemos nos calar diante do que vimos hoje (ontem). O bate-boca entre ministros e o espetáculo degradante constroem o país”, escreveu, também no X.

Romeu Zema, presideciável do Novo, disse, em publicação no X, que está “rolando um surto de amnésia nessa sessão de hoje. Todo mundo é vítima, todo mundo é santo, e ainda agem como grandes injustiçados”.

Carlos Moura/Agência Senado



Senadores Alessandro e Damares cobraram Reforma no Judiciário

Senadores

O senador Alessandro Vieira (MDB-SE) pretende apresentar um mandato de segurança no STF para tentar garantir a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) destinada a investigar possíveis relações entre os ministros Moraes e Dias Toffoli e Vorcaro. O requerimento, segundo o parlamentar, reúne 41 assinaturas e está há seis meses com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP). Ele fez o anúncio na Comissão de Direitos Humanos do Senado e enquanto parlamentares

acompanhavam a sessão no STF.

Já a senadora Damares Alves (Republicanos-DF) afirmou, também ontem, que apresentará um pedido à Comissão de Constituição e Justiça da Casa para criar um grupo de trabalho que discuta uma reforma do Judiciário. Ela defendeu que o tema seja formulado ainda este ano.

O líder do PL no Senado, Carlos Portinho (RJ), também criticou o adiamento do julgamento e defendeu uma reforma no Judiciário. “Lamentável o ponto a que a nossa democracia chegou. Há necessidade urgente de uma reforma do STF”, observou.



»Entrevista | **ROMEU ZEMA** | CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO NOVO

“Nós estamos indignados”

Em sabatina com jornalistas do **Correio**, presidenciável afirma que trabalhará por investigação de ministros do Supremo Tribunal Federal, promete reduzir ministérios, propõe equiparar facções a grupos terroristas e detalha medidas para segurança e economia

» RAFAELA BOMFIM

Em Brasília para manifestar o repúdio aos escândalos que abalam a credibilidade do Supremo Tribunal Federal, o candidato do Novo à Presidência da República, Romeu Zema, afirmou que, se eleito, defenderá o afastamento de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) envolvidos em irregularidades. Em sabatina conduzida pelos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Carmen Souza, Zema voltou a criticar o funcionamento da Corte e disse que pretende combater o que chamou de “farra dos intocáveis”. A sabatina é uma parceria com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), a Unafisco Nacional e a Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários (Fenat).

O candidato também apresentou propostas para a segurança pública, com a intenção de equiparar facções criminosas a grupos terroristas e reunir Forças Armadas, Polícia Federal, Receita Federal, Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e outros órgãos em uma força-tarefa. Na economia, prometeu uma reforma administrativa e a redução da estrutura federal para 22 ministérios. Leia os principais trechos da entrevista.

Estamos num dia histórico para o Brasil, e o senhor veio especificamente para a capital federal para acompanhar de perto esse momento. Como está avaliando a crise?

Nenhum outro candidato a presidente quanto eu tem criticado e sido tão incisivo com relação a esses absurdos que estão ocorrendo com diversos ministros do Supremo. Há mais de um ano, eu o Partido Novo temos denunciado e satirizado essa bandidagem em que se transformou o Supremo. O brasileiro está indignado, estarecido. Ministros da mais alta Corte do Brasil, que deveriam ser sinônimo de exemplo e daquilo que é certo, se transformaram nisso que nós estamos assistindo. Estou aqui hoje porque nós temos de acabar com essa farra dos intocáveis.

Os “intocáveis” estão apenas no Supremo?

Não. Tem uma parte no Senado, outra na Câmara, no Executivo e na Procuradoria-Geral da República. É uma máfia que vai espalhando seus tentáculos. Esse grupo tem feito isso há muito tempo. Agora, me parece que o castelo de cartas começa a ruir. Estão amedrontados, inclusive porque foi uma ação do Partido Novo, pedindo o afastamento do diretor-geral da Polícia Federal, que ocasionou tudo isso, que nós estamos assistindo hoje.

A ofensiva do Novo continua?

A minha luta e a luta do Partido Novo continuam. Nós queremos investigação criteriosa e justa, que prove o que tem de ser provado. Se eles fizeram o que é certo, não têm o que temer. Só que nós sabemos que eles não fizeram o que é certo. Eles fizeram favor para pessoas que estavam presas, para gente envolvida com o sistema financeiro. Houve relatos de ministros que pegaram carona em jatinho, ganharam viagens para a família e tiveram outras vantagens. Isso tem de ser averiguado para a honra de nós, que somos pagadores de impostos.

Como avalia as providências tomadas pelo ministro Edson Fachin, presidente do STF?

Espero que ele tenha coragem, assim como aqueles ministros do bem do Supremo, para votarem

Ed Alves/CB/D.A Press



Ministros da mais alta Corte do Brasil, que deveriam ser sinônimo de exemplo e daquilo que é certo, se transformaram nisso que nós estamos assistindo. Estou aqui hoje porque nós temos de acabar com essa farra dos intocáveis”

pelo afastamento e pela investigação do senhor Alexandre de Moraes. Já vi que ele está querendo manobrar, postergar, juntar processos. Se você cometer um crime e outra pessoa cometer outro, são processos separados. Não tem de juntar. Vamos levar o processo de Alexandre de Moraes. Ele é o intocável-mor. Se algum outro tiver envolvimento, qualquer que seja, que seja levado adiante. Não quero ninguém blindado. Eu não tenho interesse com ninguém.

E o ministro André Mendonça?

Se ele tiver envolvimento, que seja investigado. Qualquer um. Ninguém está acima da lei. Esse pessoal, como o próprio nome indica, “os intocáveis”, se considera acima da lei. O que eles fizeram é um tapa na nossa cara, de quem trabalha todos os dias. E, se a gente vivesse mil anos, não acumularia o contrato que o senhor Alexandre de Moraes fez para a esposa com o maior banqueiro do Brasil.

Especialistas têm alertado que, se o Supremo não der conta de resolver essa crise institucional, alguma força terá de fazer isso. Estamos falando sobretudo do Congresso Nacional. Como o senhor imagina essa relação caso assuma o Executivo?

Como presidente, vou trabalhar ativamente para que uma investigação seja feita. O caldo já entornou e está claríssimo, com o telefone do Daniel Vrcaro que foi visto

agora. O senhor Alexandre de Moraes, além de tudo, é mentiroso porque vinha negando aquilo que o telefone provou agora. Eu não tenho rabo preso. O mundo de onde venho é o mundo do brasileiro real, que tem de acordar cedo, trabalhar o dia todo e, no fim do mês, ganhar isso aqui. Nós, brasileiros do bem, estamos indignados e eu vou lutar com todas as forças que tenho.

O senhor falou que não há intocáveis apenas no Supremo. Quais são essas autoridades, e o que precisa ser feito?

Temos de alertar que as mais altas autoridades do Brasil, presidente do Senado, presidente da Câmara, procurador-geral da República e ministros, eram íntimos do senhor Daniel Vrcaro. Íntimos. Vamos deixar muito claro. Houve carona em jatinho, férias no exterior, tudo pago, degustações que custavam milhões de reais. Tudo isso feito com o nosso dinheiro. Quando falam que é dinheiro privado, é mentira. O dinheiro do Banco Master é dinheiro público. Veio do Fundo Garantidor de Crédito, que está tendo de aportar bilhões de reais, e todos nós que movimentamos dinheiro acabamos tendo de contribuir por meio dos bancos, que precisam fazer essa reserva. Quando esse fundo é sacado, terá de ser recomposto. Nós, brasileiros, estamos pagando a conta.

O senhor não incluiu na lista o presidenciável Flávio Bolsonaro, que também tem uma relação com Vrcaro. Em eventual segundo turno, o senhor apoiaria Flávio Bolsonaro?

Ele deve explicações da mesma maneira que os outros. Quem esteve com esse bandido tem de se explicar. Sobre o segundo turno, a minha bandeira é contra o PT. Se esse copo aqui for para o segundo turno contra o PT, eu apoio esse copo. O PT destruiu Minas Gerais e coube a mim reconstruir. Então, a minha bandeira é contra o PT. Parece que tem gente de todo lado envolvida, da direita e da esquerda, mas eu sou contra o PT.

Na sua gestão, discute-se a possibilidade de separar o Ministério da Justiça do Ministério da Segurança



Escaneie o QR Code e confira a entrevista com Romeu Zema

Pública. Como isso será conduzido?

Minha proposta para segurança pública é combater o crime organizado. No Brasil, nós temos musculatura para combater. Agora temos um presidente que, no ano passado, falou que traficante é vítima da sociedade. Na minha opinião, é o contrário. Traficante fez a opção de exercer essa atividade. Como presidente, vou equiparar essas facções a grupos terroristas e colocar Forças Armadas, Polícia Federal, Receita Federal, Coaf e Abin em uma força-tarefa contra o crime organizado. Com isso, vamos reduzir a taxa de criminalidade no Brasil, que é um dos recordistas de homicídios no mundo, com mais de 40 mil por ano, e vamos impulsionar o desenvolvimento econômico, porque isso é um peso para o desenvolvimento.

O Correio promoveu ontem o CB Talks, tratando da intersecção entre crime organizado e desenvolvimento econômico. Em que medida a ação de quadrilhas atrapalha a atividade econômica?

Vamos pegar o caso da Light. É uma empresa de energia elétrica, como a Cemig em Minas Gerais. A Light, apesar de ter o monopólio do fornecimento, está quebrando. As únicas empresas monopolistas que quebram são as que estão aqui no Brasil. Em outros lugares do mundo, quem tem monopólio geralmente ganha muito dinheiro. No caso da Light, está ligada ao crime organizado. Hoje, quem mora em diversas comunidades do estado do Rio de Janeiro não recebe energia conectada pela Light, mas pelo crime organizado. A Light, que paga impostos e oferece bons empregos, está para fechar as portas. Quem oferece emprego precário, não paga impostos e está crescendo é quem faz contrabando. No Brasil, temos uma economia paralela, clandestina e informal que só tem ganhado musculatura e alimentado gente do mal.

Quem trabalha corretamente está perdendo espaço.

O senhor é um dos defensores da política adotada em El Salvador e já se posicionou contra os exageros relacionados a prisões. Como a filosofia de Nayib Bukele se adequaria à realidade brasileira?

Não é difícil. Em 24 de março de 2024, eu e os governadores do Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) levamos ao ministro Lewandowski sugestões de melhorias na segurança pública. Nenhuma foi acatada. Vou lembrar uma delas: audiência de custódia. Quem cometesse três delitos teria, na terceira audiência, a prisão preventiva decretada. Hoje, no Brasil, temos pessoas que cometem dezenas de delitos e continuam soltas. A Polícia Militar prende, e a Justiça solta. O que queremos é que essas pessoas fiquem detidas. Vai precisar construir mais presídio? Vai. Mas que se construa.

Como essas penitenciárias poderiam ser sustentáveis, considerando o tamanho da população carcerária e os gastos envolvidos?

O problema do gasto público no Brasil é, primeiro, que existe um desperdício sem tamanho. Venho do setor privado e pulei para o outro lado do balcão. Vi que aqui não falta dinheiro. O problema do Brasil é que sobra ladrão. Na hora em que combater fraudes, supersalários, tiver um governo responsável



O dinheiro do Banco Master é dinheiro público. Veio do Fundo Garantidor de Crédito, que está tendo de aportar bilhões de reais, e todos nós que movimentamos dinheiro acabamos tendo de contribuir”

e a taxa de juros cair, vamos pegar só a taxa de juros. Hoje ela está em 14%, com uma dívida de R\$ 10 trilhões. Em números redondos, são R\$ 1,4 trilhão de juros por ano. Na hora em que entrar um governo sério e disser “estou tomando medidas contra a ganância”, essa taxa de juros vai cair, como já caiu na época do teto de gastos, para 6%. Você já tem uma economia de R\$ 800 bilhões por ano. Com 2% ou 3% disso, você resolve o problema dos presídios no Brasil. O Brasil é um país que gasta mal, com um governo populista que concentra renda.

Qual seria a primeira medida do seu governo para reduzir o problema fiscal?

O governo federal é uma máquina gigante. Não é mexendo em um parafuso que você vai fazer um navio ficar melhor. Vai ter de fazer algumas mudanças, mas eu vou fazer uma reforma administrativa. É necessário. O setor público é obeso, pesado e ineficiente. Vi isso. Temos uma reforma administrativa que está em gestação há 10 anos, e ninguém tem coragem de levar adiante. Eu levarei. Só ela, nos próximos 20 anos, deve gerar uma economia de R\$ 2 trilhões.

O que o senhor fará em relação aos programas sociais?

Vamos rever programas sociais. Na minha opinião, mulher que cuida de diversos filhos ou de idosos deveria até receber mais. Mulher e homem que cuidam desse público, de dependentes que precisam de cuidado, devem ser considerados. Também temos de ter porta de saída para os programas sociais, que hoje só têm porta de entrada. Quero que quem receba um programa social conclua o ensino fundamental ou médio, se não tiver concluído, e faça um curso profissionalizante para ter mais oportunidades de emprego e melhores salários.

O governo Lula criou pastas como os ministérios dos Povos Indígenas e da Igualdade Racial. Essas estruturas seriam mantidas? Quais seriam as mudanças?

Vamos enxugar. Minha previsão é ter 22 ministérios. Minas Gerais hoje é o estado com o menor número de secretarias do Brasil, 14, inclusive menos do que muitas prefeituras. Não consigo imaginar que alguém consiga lembrar dos 38 ministérios que existem hoje no Brasil. Temos, por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário. Para mim, ele vai ficar junto com o da Agricultura. Não é criando o Ministério da Honestidade que vamos ter honestidade no Brasil. Esse governo quer muito marketing. A vida do brasileiro melhorou? Femicídio caiu no Brasil com a criação do Ministério das Mulheres? O que precisamos, antes de tudo, é criar o Ministério da Vergonha na Cara. Esse é o que mais precisa no Brasil, porque está faltando.

Se eleito, o senhor apoiará as entidades de classe dos servidores públicos que defendem a extinção da cobrança de contribuição previdenciária sobre os proventos de aposentados e pensionistas?

Tenho dito o seguinte: a conta da Previdência no Brasil só tem piorado. Temos um país que, infelizmente, está envelhecendo e continua pobre. América do Norte e Europa envelheceram, mas antes tinham enriquecido. Temos de encontrar uma forma de ter uma Previdência sustentável. Direito adquirido é direito adquirido e está na Constituição. Vamos respeitar. Quero que o aposentado seja tratado da melhor forma possível.



»Entrevista | RENAN SANTOS | CANDIDATO À PRESIDÊNCIA PELO MISSÃO

“Precisamos afastar o ministro”

Em sabatina do **Correio Braziliense**, Renan Santos, candidato à Presidência pelo Missão, fala da crise no Supremo Tribunal Federal (STF), da Lava-Jato e do impeachment. Ele admite contrariar o brasiliense, ao defender que o FCDF seja corrigido pelo IPCA

» NATHALLIE LOPES

O candidato à Presidência pelo Missão, Renan Santos, participou ontem da Sabatina do **Correio Braziliense** e da TV Brasília. Entrevistado pelas jornalistas Denise Rothenburg e Ana Maria Campos, ele defendeu uma reforma do Supremo Tribunal Federal (STF), com mandato de oito anos para ministros e restrições às decisões monocráticas. Renan também afirmou que, se eleito, precisará formar uma coalizão com outros partidos para construir maioria no Congresso.

A sabatina foi realizada em parceria com a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip), a Associação Nacional de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), a Unafisco Nacional e a Federação Nacional dos Auditores Fiscais Tributários (Fenat).

Durante a entrevista, realizada em São Paulo, ele falou sobre o impeachment de Dilma Rousseff, a Operação Lava-Jato e criticou tanto o PT quanto o bolsonarismo. Confira os principais trechos:

Qual seria a principal reforma do Judiciário que o senhor pretende apresentar se eleito?

Nós precisamos começar afastando o ministro do STF, independentemente da reforma, simplesmente porque não dá para manter uma Suprema Corte com figuras cujas decisões são influenciadas pela vontade de impunidade, pelo desejo de impunidade e pelos interesses de bandidos como Daniel Vorcaro. A Suprema Corte tem que cuidar apenas de casos abstratos, como é na maior parte das cortes constitucionais ao redor do mundo, especialmente na Europa. Casos concretos envolvendo pessoas, especialmente políticos, têm que ir para uma corte separada. Alguns juristas já defendem isso, que eu proponho que seja por meio de desembargadores sorteados, com mandatos de dois anos, que cuidam dos casos dos políticos, senadores, deputados, desde que não sejam dos seus próprios estados, para não ter perseguição política. Assim, a gente retira da Suprema Corte o poder que eles têm de interferir sobre o Parlamento e o parlamento, se precisar derrubar um ministro, vai fazer isso sem medo de retaliação, que é o que acontece hoje. Temos que proibir decisões monocráticas, escritório de advocacia. Temos que ter um mandato de oito anos, no máximo, para um ministro. Não vejo problema na questão da idade, acho que um ministro pode ter mais de 40 anos ou menos de 50 anos, a questão é que tem que ter um mandato específico que ele cumpre, e esse mandato tem que ser descasado com o início de um mandato de um presidente da República. Precisamos de um filtro de entrada, ou seja, não dá para um partido político, para uma ONG ou para um sindicato poder levar para o STF qualquer tema.

Como o senhor pretende ter maioria no Congresso Nacional, sendo que hoje o seu partido é pequeno, e a gente sabe que o Congresso é viciado em cargos e emendas parlamentares. O senhor faria ali o toma lá, dá cá nos cargos públicos?

Eu tenho uma das maiores bancadas hoje do Congresso Nacional, que é a bancada que só tem o Kim Kataguirí. Porque um Kim Kataguirí vale mais do que 30 deputados do Centrão.

Mas não é uma maioria para aprovar uma emenda constitucional, nem um projeto de lei...

É que eu não poderia perder a homenagem ao Kim aqui. Eu sempre a homenageio, porque o

Correio Braziliense



Políticas sociais não vão resolver um problema geopolítico. Se alguém quiser invadir o país, você vai falar: “Ah, toma um SUS aí”. Eu não vou conseguir responder: “Toma aí um Bolsa Família”

padrão de qualidade dele é muito grande, e nós precisamos eleger muitos deputados. Agora, independentemente do tamanho da bancada, pela própria natureza das eleições brasileiras, ela não será nunca suficiente para formar maioria. Portanto, eu terei que fazer um governo de composição. Nos regimes parlamentaristas, mundo afora, é normal e é aceitável e desejável que composições partidárias sejam construídas dentro de um programa e de propostas republicanas.

Os parlamentares têm emendas impositivas que destinam para onde eles querem. E o governo é obrigado a liberar porque, se não liberar, incorre em crime de responsabilidade. Como o senhor pretende mudar isso?

Esses parlamentares não apenas usam a emenda porque querem entregar coisas, eles querem roubar através das emendas. Especialmente a emenda do orçamento secreto, que a maior parte dos parlamentares do Centrão dispõe. Elas foram alvo de desvio. O ministro Flávio Dino hoje é o ministro mais poderoso da Suprema Corte, porque ele tem na mão as principais lideranças do Parlamento. Inclusive, isso faz parte do plano do Lula da reeleição. O Lula vai nomear dessa vez um PGR dele, não alguém que foi nomeado pelo grupo do Gilmar, que é o (Paulo) Gonet. E aí, com base nisso, ele, usando os processos do Flávio Dino, vai obrigando

o Congresso a se ajustar.

Flávio Dino já está fazendo várias operações ali da Polícia Federal contra parlamentares que desviaram recursos...

Essa vai ser a tônica do próximo mandato dos parlamentares. Então, ao mesmo tempo em que eles estão com muito poder, eles nunca tiveram também com tanto problema. E eles estão com medo. Há um desejo, isso começando com bastidores em Brasília, de composição com o Poder Executivo. Qual é a pacificação que a gente chega? O modelo de pacificação, a meu ver, é este: uma nova âncora fiscal, que tem a emenda determinada pelo espaço discricionário aberto. E, do outro lado, a seguinte lógica: o governo formula a política pública e o deputado faz a entrega. Mas a política pública tem que vir do governo federal.

Uma lei muito importante que está, praticamente, engavetada no Congresso é a Lei Orgânica da Administração Tributária (Loat), que capacita a fiscalização e cria ali todo o sistema de fiscalização das contas públicas tão necessário, inclusive, plano de carreira dos fiscais de todos os entes federativos. Como o senhor pretende levar essa questão da Administração Tributária e também da fiscalização?

Eu tenho pouco conhecimento sobre esse projeto, mas, em termos principiológicos, o bom funcionamento do Estado e a boa cobrança sobre a execução de políticas públicas em município, Estado e União, passam por um máximo possível de transparência. Tanto que a base do meu programa de governo é a Lei de Responsabilidade Gerencial, que passa por ajudar e auxiliar a gestão pública nos municípios e entes federativos brasileiros, que hoje é crítica. A gente mal sabe como é gastar dinheiro e, em geral, é com políticas públicas ineficientes.

O senhor acha que o Brasil ficou melhor depois do impeachment? E qual a sua opinião em relação às críticas que são feitas à Lava-Jato?

Não acho que o Brasil está hor hoje. Mas eu não acho que foi por culpa do impeachment. Eu acho que o impeachment foi



Escaneie o QR Code e confira a entrevista com Renan Santos

necessário. Se a gente olhar objetivamente, aquele governo precisava cair. Pela corrupção, pelo projeto. Não era só porque o governo era corrupto. A corrupção do PT era baseada na compra do Parlamento. Todo o petróleo, como herdeiro do mensalão, se baseava num compartilhamento de dinheiro para que parceiros do governo que geram maioria no Congresso ganhem dinheiro e também toquem campanhas. Também podiam ficar ricos no processo, mas, em geral, eram como membros de partidos. O PP tinha até as diretorias deles, o MDB tinha, o PT também tinha. Então, eles montaram uma espécie de consórcio que gerava essas maiorias. Inclusive, gerou a rebelião do Baixo Clero e do próprio Eduardo Cunha, que achava que não tinha tanto espaço nessa brincadeira. O problema é que o Brasil, que estava fervilhando naquele período com a Operação Lava-Jato, ficou confuso. E qual foi a confusão? Eu chamei manifestações, eu e o Kim. A gente derrubou o PT. As ruas não se materializaram naturalmente num fenômeno eleitoral próprio. Porque, se fosse um fenômeno eleitoral próprio, se o Kim tivesse idade naquela época, se a Janaína Paschoal tivesse uma verve mais poderosa, ou se o Sérgio Moro quisesse ser candidato a presidente, os três ganhariam a eleição. Porque eles representavam o momento. Como ninguém ali tinha condições de ser candidato por motivos diversos, paralelamente surgiu uma pessoa chamada Jair Bolsonaro, que é um político de carreira envolvido em escândalos de corrupção, com filhos envolvidos em escândalos de corrupção. E esse sujeito foi identificado pelas pessoas daquele fenômeno como um líder. Ele não foi responsável pelo impeachment. Ele não tem nada a ver com a Operação Lava-Jato. O que estava mudando no Brasil eram as

ruas, o impeachment e a Lava Jato. Para bem e para mal.

Considerando que as pesquisas hoje colocam Lula e Flávio Bolsonaro num segundo turno, se forem os dois, quem que o senhor apoia?

Eu apoio o Renan Santos.

É a favor da pena de morte?

Principiologicamente, sim. Mas, para passar isso, eu precisaria de uma nova Constituição. E eu acho que não estamos no momento, com esse Congresso que vocês descreveram. Porque se passa uma nova Constituinte agora, basicamente os parlamentares atuais colocariam o Vorcaro como imperador do Brasil.

Você mudaria a reforma tributária que foi feita? Tivemos a reforma sobre o consumo, por exemplo, o senhor manteria?

O Brasil cobra muito sobre consumo porque não sabe cobrar renda, porque as pessoas estão na informalidade. Essa é a grande real. E também porque quem está no topo consegue escapar da tributação, consegue manobrar. Isso no mundo inteiro. Então, fica difícil fazer essa tributação. Os Estados Unidos, por exemplo, tributam mais a renda e tributam menos o consumo. Eles se tornam uma nação mais consumista por conta disso. Nós deveríamos nos encaminhar, naturalmente, para aumentar a formalização do brasileiro e diminuir o imposto sobre



o IDH do DF está muito acima da média nacional. Por mais que isso tenha uma distorção, que envolve as pessoas no Plano Piloto e quem mora na periferia. Existem lugares que estão em situações muito piores do que o DF"

consumo. A coisa tem que se encaixar para isso.

Mas o senhor manteria essa reforma tributária?

Manteria porque o modelo dela é bom. Agora, os privilégios para determinados setores têm que ser derrubados, porque aí a gente consegue derrubar a alíquota, e nós temos que criar um gatilho automático, envolvendo governos estaduais e governo federal, de redução de gastos, para ter redução na alíquota do IVA.

Qual é a sua opinião sobre o Fundo Constitucional do DF?

Eu travava (o gatilho dele) e colocava pelo IPCA. Como tem que ser a maior parte dos gatilhos automáticos.

Mas você não acha que o DF, por ser a capital do Brasil, tem que ter um tratamento diferenciado?

Com todo o respeito à população do DF — lá vou eu perder voto novamente —, mas eu não tenho problema em falar: o IDH do DF está muito acima da média nacional. Por mais que isso tenha uma distorção, que envolve as pessoas no Plano Piloto e quem mora na periferia — tem algumas das maiores favelas do Brasil ali —, isto posto, existem lugares que estão em situações muito piores do que o DF. Se a gente vai para o Pará, se a gente vai para o Piauí, se a gente vai para o Maranhão, se a gente vai para o Amazonas, se a gente vai para o Amapá, uma parte importante de Pernambuco, uma parte importante da Bahia. A África subsaariana dá show de IDH em alguns lugares dessas regiões. Então, o Estado vai ter que focar muito em atender a essas regiões. De maneira discricionária, se o presidente quiser no Orçamento daquele ano aumentar para fazer investimentos, ele tem que fazer. Eu acho que esse tem que ser o critério. Ficamos discutindo essa questão de piso da saúde, piso da educação, mas no fundo é um piso. O presidente tem que ter a liberdade discricionária de falar: “Agora eu vou investir mais em saúde”, “Agora eu vou ajudar mais o DF”. É uma opção discricionária do presidente naquele Orçamento. E aí é preciso que os políticos do DF e a população façam o seu trabalho para que essa pauta seja levada à frente.

Falando dessa questão de confiar na discricionariedade do presidente do Poder Executivo, me vem à mente uma das suas propostas que é a bomba atômica. Imagine um presidente destemperado, maluco, de posse de uma bomba como essa?

Já tem um presidente destemperado maluco, o Trump. Já tem o ditador da Coreia do Norte. Paquistão tem bomba atômica. Então, na prática, já tem presidentes malucos com bombas.

Mas não seria muito melhor investir em, por exemplo, em programas sociais, educação, saúde, do que propriamente numa bomba atômica, em se tratando de um país que tem tantas dificuldades como o Brasil?

A Índia construiu suas armas nucleares e o Paquistão também, mesmo com problemas sociais maiores que os brasileiros. E, hoje, elas estão resolvendo seus problemas sociais também. A Índia, em saneamento básico e oferta de banheiros com conexão para esgoto, ultrapassou o Brasil. Então, você consegue fazer as duas coisas, porque um governo é complexo. Políticas sociais não vão resolver um problema geopolítico. Se alguém quiser invadir o país, você vai falar: “Ah, toma um SUS aí”. Eu não vou conseguir responder: “Toma aí um Bolsa Família”. Não, eu vou precisar responder com força.



INFRAESTRUTURA

Regime sancionado por Lula prevê incentivos fiscais por cinco anos, mas inclusão do gás natural entre as fontes contempladas gera debate no governo federal e preocupação ambiental

Redata reduz impostos para data centers

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a lei de incentivo à construção de data centers no Brasil. Denominada Regime Especial de Tributação para Serviços de Data Centers (Redata), a medida é de autoria do Planalto e foi aprovada pelas duas Casas do Congresso.

Elaborado pelos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o Redata suspende, pelos próximos cinco anos, a cobrança do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), do Programa de Integração Social (PIS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e do Imposto de Importação sobre equipamentos essenciais para a construção e o funcionamento dessas estruturas.

Poderão aderir ao regime empresas que atuam na armazenagem, no processamento e na gestão de dados e aplicações digitais, incluindo computação em nuvem, processamento de alto desempenho e modelos de inteligência artificial.

Entre as contrapartidas previstas no Redata estão a geração de energia renovável ou de baixa emissão de carbono e a destinação ao mercado interno de pelo menos 10% da capacidade de processamento, armazenagem e tratamento de dados.

Embora tenha sancionado a

medida, o presidente Lula não discursou na cerimônia de assinatura, no Palácio do Planalto. Ele foi representado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que afirmou que o Redata abrirá oportunidades de investimento em energia renovável no Brasil. “A energia limpa é o que nós temos em abundância, energia limpa. O investimento é tudo o que o Brasil precisa, ainda mais quando são em sustentabilidade”, afirmou.

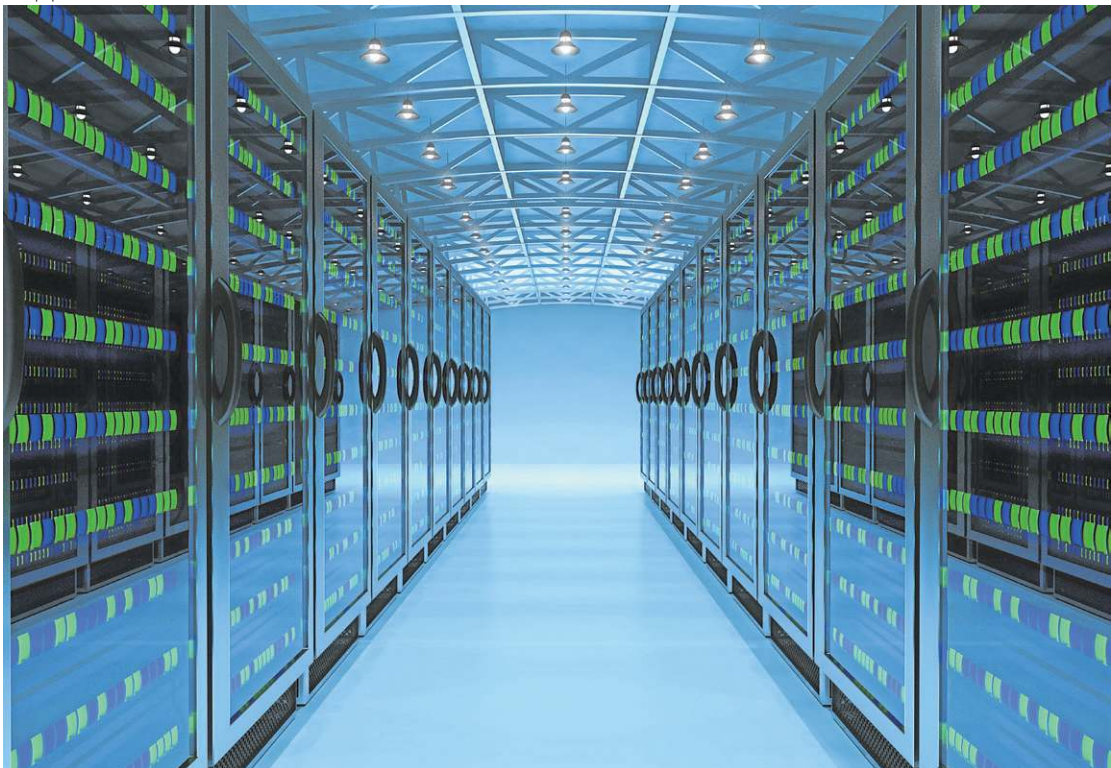
Antes do discurso de Alckmin, o ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa, disse que o Redata terá potencial para atrair cadeias produtivas em variadas áreas da economia. “Nós vamos atrair investimentos, não apenas para a infraestrutura, mas também para o processamento, para a gestão de dados e para todos os serviços associados ao desenvolvimento de inteligência artificial”, ressaltou, ao citar uma bandeira do presidente Lula em prol da soberania de dados.

Gás natural

Embora o projeto inicial do Redata preveja incentivos fiscais para data centers movidos a energia limpa e renovável, o texto aprovado pelo Senado incluiu o gás natural, combustível fóssil e finito, entre as fontes contempladas pelo regime especial.

Presente na cerimônia de sanção, o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Rogério Ceron,

wallpaperbetter



Estruturas de processamento de dados estão entre as contempladas pelo regime, incluindo nuvem e IA

afirmou que a questão ainda está em discussão no governo. “Estamos trabalhando para fechar uma posição de governo”, disse a jornalista no Palácio do Planalto.

O assessor especial do Ministério da Fazenda, Rafael Dubeux, explicou a jornalistas que a substituição das expressões “energias

renováveis e limpas” por “energia de baixo carbono” pelo Senado abriu margem para incluir data centers movidos a gás natural no regime especial de tributação. “Há um debate em curso hoje dentro do governo para amadurecer qual o alcance da expressão baixo carbono, que subsídios técnicos a gente tem

para definir exatamente qual o alcance dessa expressão”, destacou.

Mercado x meio ambiente

Setores ligados ao mercado de telecomunicações também comentaram a sanção do Redata. O Instituto Brasileiro de Telecomunicações e

Soluções Digitais (IBTD) celebrou o regime especial para a implantação de data centers, mas destacou a necessidade de regulamentação rápida, além de avanços em energia, transmissão, infraestrutura de backbones, conectividade internacional, licenciamento e segurança regulatória.

“O Redata corrige uma desvantagem importante do Brasil na tributação dos equipamentos e melhora as condições para disputar novos investimentos”, reforçou André Martins, presidente do IBTD.

Apesar de governo e mercado apontarem para o aumento da atratividade e da demanda por infraestrutura digital com o Redata, entidades ligadas à transição energética e ao meio ambiente alertam para possíveis impactos territoriais da construção de data centers.

Representante do Instituto E+ Transição Energética, Clauber Leite pondera que é necessário avaliar os locais de instalação e abastecimento dos data centers. “Esses empreendimentos podem representar cargas de centenas de megawatts, com consumo praticamente contínuo, além de demandarem água para refrigeração e infraestrutura física. Por isso, os impactos precisam ser avaliados não apenas empreendimento por empreendimento, mas também de forma cumulativa e territorial, especialmente quando vários projetos se concentram em uma mesma região”, considerou.

SAÚDE

Reprodução/YouTube



Segundo a esposa, Mila, Lito está estável na UTI após iniciar o tratamento

Lito recebe medicamento experimental

» CAETANO YAMAMOTO*

O influenciador e aviador Lito Sousa recebeu uma medicação experimental autorizada para o tratamento da doença de Creutzfeldt-Jakob (DCJ). Em vídeo publicado no canal Aviões e Músicas, a mulher dele, Mila Seidl, informou que Lito não apresentou intercorrências relacionadas ao medicamento e permanece estável na UTI.

“Ele está estável dentro do seu quadro, mas ainda precisamos de muitas orações e da torcida de vocês para que esse remédio funcione. Só saberemos nas próximas seis ou sete semanas, quando for possível comparar uma amostra e

observar a evolução do caso, pois o organismo precisa processar a medicação”, afirmou.

Mila revelou que Lito deixou o home care na última semana e voltou ao Hospital Albert Einstein após uma piora no quadro. Segundo ela, a deterioração aumentou a urgência para que o medicamento chegasse ao Brasil. “Ela vem em uma velocidade rápida: em um dia você anda, no outro dia já não anda mais; em um dia faz uma coisa, no outro dia já não faz mais. Então, cada minuto é essencial”, relatou.

A substância é a ALN-6457, um composto experimental que será utilizado de forma compassiva. Segundo Mila, o uso compassivo é

destinado a pacientes com doenças graves e risco de morte que não têm outras opções de tratamento.

Segundo a mulher de Lito, o medicamento é um silenciador de RNA (siRNA) que atua na inibição dos prions, em uma linha semelhante à de estudos da Universidade Harvard e da Ionis. Embora apresente resultados promissores em animais, o efeito em humanos ainda é desconhecido.

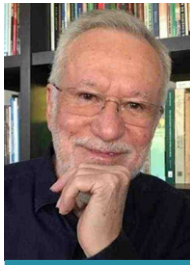
“Descobriremos agora com o Lito: não sabemos se apenas pausa, desacelera, limpa tudo ou se limpa e melhora. Fizemos tudo o que estava ao nosso alcance e agora nos resta ter muita fé e torcer para que de certo, para que tudo isso seja apenas

uma turbulência severa e que possamos pousar bem”, afirmou.

A medicação chegou ao país após uma operação entre a Receita Federal e a Anvisa. A carga foi transferida diretamente do avião para um helicóptero, que a levou ao destino. Segundo Mila, as autorizações para a entrada do medicamento já estavam sendo preparadas, enquanto partes do tratamento vieram da Suíça e dos Estados Unidos.

Um voo foi cancelado por problemas técnicos, apertando ainda mais o prazo. A empresa Avanto auxiliou no transporte com um helicóptero particular.

*Estagiário sob supervisão de Rafaela Gonçalves



ALEXANDRE GARCIA

TRIBUNAL POLÍTICO, O STF DIVIDE-SE AGORA EM BATE-BOCAS ENTRE OS QUE APOIAM MORAES E LULA E OS QUE APOIAM MENDONÇA E FLÁVIO

Colapso Supremo

Como as Torres Gêmeas, o Supremo entrou em colapso. A diferença é que o ataque veio de dentro, como a sessão de ontem demonstrou. Fachin quer reverter a tentativa de suicídio. Mas é difícil não lembrar que foi ele que provocou o colapso da Lava-Jato, um símbolo do fim da imoralidade impune. E sofre resistência, principalmente de Gilmar e Dino — o mais antigo e o mais novo ministro. Como um desastre de avião, a queda do Supremo é a soma de erros. “Erros não se anulam;

somam-se” — alertou o pragmático Delfino Netto.

O presidente do STF em 2016, Lewandowski, rasgou parte da Constituição para não punir a condenada Dilma, e ninguém falou nada. Três anos depois, Toffoli presidente, sem o essencial Ministério Público, inventou o Inquérito 4781 e, sem sorteio, nomeou Moraes relator. E só Marco Aurélio discordou e batizou-o de Inquérito do Fim do Mundo. Então passou a ser violada não apenas a Constituição, mas o devido processo legal.

Mais: o então presidente Barroso, inspirado por Gilmar, resolve converter o tribunal constitucional em tribunal político e criativo. Foi a pá de cal. Mas a reação nacional era de um escandaloso silêncio.

O Supremo passava a substituir o Legislativo, a agir como constituinte, sem ter um voto sequer de representatividade do povo, origem do poder. E baixou sobre o Brasil, do Oiapoque ao Chuí, uma toga preta a bloquear, tolher, censurar, apreender celulares e computadores, prender até mesmo parlamentares, invioláveis por quaisquer palavras.

O amplo direito de defesa e a liberdade de expressão foram

obstruídos; a experiência de dominar por medo na covid foi ampliada pelo medo do arbítrio, da Polícia Federal à porta às 6 da manhã. E, pior que tudo, tornando-se político, o Supremo deixou de ser imparcial; sem isenção, deixou de ser juiz. O olho do povo foi vendo tudo. Queixou-se sussurrando, mas, ante escândalos de milhões de reais, levantou a voz, como hoje. E, sendo patrão, está a exigir respeito. Primeiro investigar o óbvio; depois julgar. Em vésperas de eleição, investigação com consequências nas urnas.

Penso que todos os que juraram defender a Constituição estão sendo perjuros, desde que isso

começou, há anos, quando a Constituição foi submetida à vontade de juízes supremos. Na promulgação da Constituição, o presidente da Constituinte de 1988 sentenciou: “Traidor da Constituição é traidor da pátria!”. Em 9 de dezembro último, no minuto seguinte à divulgação, por Malu Gaspar, do contrato entre a Família Moraes e o Master, o art. 101 da Constituição alertava: “O Supremo compõe-se de 11 ministros... de reputação ilibada.” Sem mancha. Os que juraram defender a Constituição deveriam denunciar a mancha que surgiu, mas calaram, descumprindo o juramento.

Tribunal político, o STF divide-se agora em bate-bocas entre

os que apoiam Moraes e Lula e os que apoiam Mendonça e Flávio. O Supremo político ganhou uma extensão eleitoreira. Após o avião político atacar a torre de marfim do Supremo, agora é o da eleição a bater na outra torre e provocar desmoronamento. A Débora escreveu com batom o “perdeu, Mané” na deusa da Justiça. A politização criada pelo autor da frase não pode ser apagada como o batom da condenada por 14 anos. A política enfraqueceu as fundações da Suprema Corte. Enquanto não decidem sobre Moraes, não custa perguntar: Que pena merecem os que abalaram a instituição? Sete vezes 14 anos?



Bolsas Na terça-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na terça-feira	Salário mínimo Últimos	Euro Comercial, venda na terça-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,54% São Paulo	185.629 186.502	R\$ 5,155 (+ 0,14%)	8/setembro 5,085 9/setembro 5,112 10/setembro 5,102 11/setembro 5,125 14/setembro 5,169	R\$ 1.621	13,90%	13,68%	Abri/2026 0,67 Mai/2026 0,58 Junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07 agosto/2026 -0,32

SEGURANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DO BRASIL

Uma agenda contra o crime organizado.

TAL • KS CB TALKS

Guerra às facções infiltradas na economia

O crime organizado tem atuado mais no comércio irregular do que em tráfico de drogas devido ao lucro maior

» FERNANDA STRICKLAND

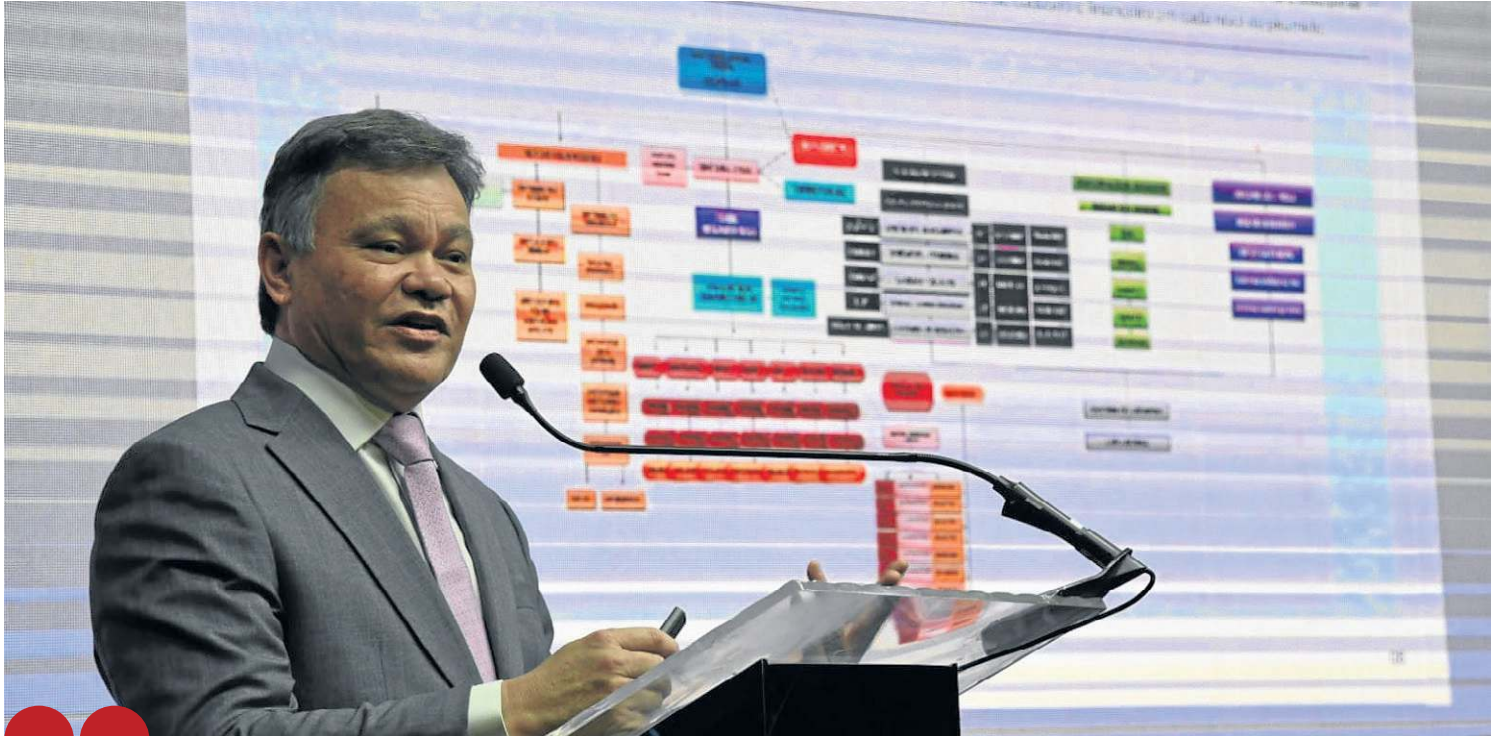
A atuação do crime organizado no Brasil passou por uma transformação que tornou as facções menos visíveis e, ao mesmo tempo, mais integradas à economia formal. A avaliação foi feita por Lincoln Gakiya, promotor de Justiça do Ministério Público de São Paulo, integrante do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), na abertura do seminário *CB Talks: Segurança para o desenvolvimento do Brasil*, organizado pelo **Correio Braziliense**, em parceria com o SindiGas, Instituto Combustível Legal e Livre Mercado.

Em sua apresentação, o promotor do Ministério Público paulista destacou a mudança do perfil dos criminosos investigados e a necessidade de aproximar instituições públicas e iniciativa privada no combate às organizações. Segundo ele, depois de 35 anos de atuação na perseguição de criminosos, ele tem constatado que a realidade mudou e o foco deixou de estar apenas nos traficantes e criminosos que circulam armados nas ruas e passou a incluir estruturas empresariais complexas.

Na apresentação, ele comparou os faturamentos anuais de negócios ilícitos, como tráfico transacional de cocaína, em torno de US\$ 2,8 bilhões, enquanto isso, apenas quatro mercados irregulares chegam a faturar US\$ 27 bilhões por anos, e, apenas combustíveis, US\$ 11,3 bilhões ao ano.

Para ilustrar a transformação, ele relatou uma conversa que teve em Palermo, na Itália, considerada

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



O crime trocou o revólver pela planilha

Lincoln Gakiya, promotor do Ministério Público de São Paulo e integrante do Gaeco

um dos berços da máfia. Segundo ele, a percepção transmitida pelos italianos foi de que os mafiosos continuam presentes, mas deixaram de ser facilmente identificáveis. “A máfia está em todos os lugares e antigamente nós os víamos. Hoje, eles continuam aqui, mas nós não os vemos mais.”

Na avaliação do promotor, o mesmo processo ocorre no Brasil. A infiltração teria avançado para setores estratégicos da economia e chegado inclusive à região da Faria Lima, centro financeiro de São Paulo. Nesse cenário, o crime organizado teria deixado de depender exclusivamente de empresas de fachada para incorporar negócios lícitos e utilizar estruturas formais para movimentar recursos. “O crime trocou o revólver pela planilha”, afirmou.

Concorrência desleal

O novo modelo, segundo o promotor, não consiste

necessariamente em criar empresas fictícias para lavar dinheiro. A estratégia passa pela entrada do capital ilícito em negócios aparentemente regulares, criando uma vantagem competitiva diante de empresas que atuam exclusivamente com recursos de origem lícita.

Gakiya citou como exemplo recursos provenientes do tráfico internacional de cocaína que seriam misturados ao capital gerado por atividades legais. “Hoje, são empresas lícitas que estão na economia formal, portanto, estão no meio de nós, no meio dos senhores, das suas atividades.” Essa estrutura pode produzir, segundo ele, uma espécie de

concorrência desleal. O aporte de recursos ilícitos permite que determinadas empresas tenham capacidade financeira superior à de concorrentes que dependem apenas das receitas de suas atividades. Além da vantagem econômica, esse modelo pode envolver ameaças e extorsões para garantir a permanência de empresas e empresários no mercado segundo o especialista.

O promotor defendeu que o Primeiro Comando da Capital (PCC) seja tratado de maneira diferente de organizações criminosas de menor estrutura. Para ele, a facção apresenta características próprias de uma

organização mafiosa e deveria receber um tratamento legislativo específico. “Eu classifico, hoje, o PCC como a primeira máfia do Brasil.”

Gakiya lembrou que a Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) havia listado 88 facções no país e argumentou que não seria adequado tratar organizações com níveis diferentes de estrutura e poder da mesma forma.

Na avaliação de Gakiya, o PCC possui uma estrutura semelhante à de grandes corporações, com áreas especializadas. “Todos os setores que vocês têm nas empresas comuns, nas grandes empresas, o PCC também vai ter: vai ter departamento jurídico, tem um departamento, vamos dizer, social, eles têm um setor financeiro próprio, eles têm um setor de transportes.” A consequência, segundo ele, é a dificuldade crescente de identificar onde termina a atividade econômica legítima e começa a atuação criminosa.

O seminário contou com dois painéis de discussão. O primeiro foi sobre o novo marco da segurança pública e a prioridade do poder público, e o segundo, sobre a nova fronteira do crime organizado, tratando da disputa entre o mercado formal e o irregular.

Durante a palestra de apresentação, Gakiya citou quatro importantes operações da Polícia Federal (PF) — Fim de Linha, Hydra, Carbono Oculto e Última Parada — para demonstrar, em uma linha do tempo, diferentes formas de infiltração do crime organizado na economia.

Desafios para regular e punir

» DANANDRA ROCHA

Conter o avanço das organizações criminosas exige mais do que o endurecimento das penas e da atuação policiais, de acordo com os quatro convidados do primeiro painel do seminário do *CB Talks Segurança para o Desenvolvimento do Brasil*, promovido pelo **Correio**. O tema do debate foi o novo marco regulatório e a prioridade do poder público.

Os debatedores reconheceram o enorme desafio para o avanço das regras no combate ao crime, mas houve divergências sobre quais mecanismos devem estar no centro da resposta do Estado contra o crime organizado. Enquanto o deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) defendeu mudanças na legislação penal e maior rigor na execução das condenações, os demais participantes destacaram a necessidade de atacar também a estrutura econômica das facções, fortalecer órgãos reguladores e reorganizar o sistema de Justiça criminal.

O ex-secretário de Reforma do Judiciário e de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça

Marivaldo Pereira, proponente da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Segurança Pública, PEC 18/2025, o Estado precisa criar mecanismos para impedir que organizações criminosas se estabeleçam em setores formais da economia. Segundo ele, o enfrentamento não pode depender exclusivamente do direito penal. “Essa é uma complexidade que, para fazer frente a esse tema, nós temos que falar sobre regulação”, afirmou.

Para Fraga, o cumprimento das penas precisa ser revisto, inclusive, com a adoção do cumprimento integral das condenações em determinados casos. O parlamentar sustentou que o Congresso precisa avançar em medidas para aumentar a responsabilização de criminosos e reduzir brechas utilizadas pelas organizações criminosas. Entre as propostas citadas pelo deputado, está o Projeto de Lei 4.120, de 2024, de sua autoria e apresentado por ele como um “código antimáfia”. Ele criticou o sistema prisional e afirmou que medidas apontadas em relatório de uma comissão da qual participou não foram implementadas. A restrição das saídas



Alberto Fraga (PL-DF) defende uma agenda contra o crime organizado



Marivaldo Pereira: enfrentamento depende apenas do direito penal



Pietro Mendes, da ANP: cooperação entre os órgãos é o caminho



João Henrique Martins elogia capacidade técnica

temporárias também foi defendida como uma das mudanças que, na avaliação do deputado, precisam ser aprofundadas.

Uma experiência positiva no setor de combustíveis foi apresentada pelo diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Pietro Adamo Sampaio Mendes, como exemplo da necessidade de integração entre diferentes órgãos. Ele citou um acordo entre a ANP e a Polícia Rodoviária Federal que permitirá o compartilhamento de informações entre as instituições. Além

disso, lembrou que Receita Federal e Secretarias de Fazenda também são importantes para o trabalho de inteligência realizado em conjunto com a agência, como ocorreu na Operação Carbono Oculto, que investiga sobre adulteração envolvendo metanol e mostraram como as redes criminosas podem atingir a saúde pública. “As articulações são tão grandes no setor de combustíveis que as fraudes chegaram ao ponto da saúde pública”, disse.

O cientista político e especialista em segurança pública João Henrique Martins ampliou a discussão

para o funcionamento de todo o sistema de Justiça criminal. Na avaliação dele, o Brasil possui capacidade técnica nas polícias, no Ministério Público, e no setor privado, que desenvolveu estruturas de compliance e integridade nos últimos anos. “Existe uma ampla capacidade técnica instalada no país, tanto da polícia quanto no Ministério Público quanto no setor produtivo. Gente capaz, estrutura organizada, que evoluiu muito nos últimos 20 anos, com capacidade de investigação e enfrentamento do crime organizado”, afirmou.

Contudo, para o especialista, o principal problema está na articulação entre as diferentes etapas do sistema criminal. Ele citou dificuldades para rastrear o dinheiro das organizações, manter presos criminosos considerados violentos ou sofisticados e impedir que integrantes de facções continuem comandando negócios ilícitos mesmo depois de presos. “Nosso sistema de Justiça criminal não dá resposta ao tipo de problema e fenômeno criminal que nós temos que enfrentar”, afirmou. (Com **Fernanda Strickland**)

SEGURANÇA PARA O
DESENVOLVIMENTO DO

BRASIL

Uma agenda contra
o crime organizado.

TAL
KS CB
TALKS

Um modelo a ser seguido

No setor de combustíveis, operações conjuntas conseguiram reprimir a atuação das facções, que migram para as Bets

» RAPHAEL PATI
» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» BEATRIZ VASCONCELOS*

As recentes operações conjuntas de fiscalização — como a Carbone Oculto, a Sem Refino e a Poço de Lobato — sinalizam que, no setor de combustíveis, o cerco ao crime organizado está funcionando. As ações resultaram, por exemplo, na falência do Grupo Refit, cujo controlador Ricardo Magro é acusado de manter relações com facções criminosas. Na mais recente operação, postos clandestinos foram lacrados e 1.283 CNPJs ficaram inaptos.

O assunto foi discutido no segundo painel do CB Talks Segurança para o desenvolvimento do Brasil: uma agenda contra o crime organizado, promovido, ontem, pelo **Correio**. O presidente do Instituto Combustível Legal (ICL), Emerson Kapaz, considerou haver uma queda na atuação do crime organizado no setor e que uma parte relevante desses grupos estaria em processo de migração para as casas de apostas ilegais. Ele citou o avanço na fiscalização por parte da Receita Federal e da Polícia Federal (PF) a partir de 2025, com a deflagração das operações e enalteceu a atuação da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Kapaz disse que o setor estaria conseguindo “vencer a batalha” contra os grupos criminosos e citou a articulação entre setor público — tanto federal quanto estadual — e privado. “Essa integração que nós começamos a fazer lá atrás, em fevereiro de 2025, quando levamos para o Ministério Público de São Paulo (MP-SP) como funcionava o crime organizado dentro do setor de combustíveis, foi aí que começou a se perceber qual era a dimensão que ele estava atingindo, e ele estava crescendo”, destacou o presidente do ICL.

Kapaz afirmou que o instituto promoveu um levantamento de dados sobre como esses grupos operavam em cadeia, citou a atuação do Primeiro Comando da Capital (PCC) como um dos principais articuladores desses esquemas, com quase mil postos tomados pela facção e que o mapeamento de todos esses esquemas permitiu que o Fisco e a PF entrassem nas investigações e delagassem as operações.

O presidente do ICL também considerou, no entanto, que ainda há dificuldades para combater de forma eficaz e penalizar os responsáveis pelos esquemas criminosos. Ele lembrou de vazamentos de informações que ocorreram e levaram integrantes que estariam envolvidos nessa articulação a deixar o país antes que a operação

da Receita ocorresse, como foi o caso dos formuladores Copape e Aster Petróleo que tiveram as autorizações de funcionamento revogadas pela ANP em 2025. “Ou seja, não é uma coisa tão fácil de você operar porque eles foram informados por alguém que dois dias depois ia sair uma operação extraordinária que foi a Carbone Oculto e viajaram, saíram e estão fugidos do país”, destacou.

Na visão do presidente do instituto, a integração entre setor público e privado permitiu que houve uma migração do combustível ilegal para a legalidade, o que, por consequência, gerou um aumento de ganhos para os cofres públicos, sobretudo para os estados do Rio de Janeiro, onde uma parte relevante do orçamento é sustentado pelas petroleiras e a venda de combustíveis. De janeiro a julho de 2025, houve um crescimento de 80% na arrecadação do estado.

“Imagina, no Brasil, o quanto isso não dará de benefício na arrecadação quando você, de fato, atacar para valer o sistema operacional do crime organizado, como tem sido feito no nosso segmento”, levantou Kapaz, que ressaltou a dificuldade em conseguir levar adiante projetos como a Lei do Devedor Contumaz, que foi sancionada neste ano e prevê regras rígidas para combater a inadimplência fiscal sistemática e fraudulenta.

Brechas

No mesmo painel, o diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Conceição Silva, concordou que o combate ao crime organizado nos terminais portuários está fortalecido, mas ressaltou que é necessário evitar brechas que possam aumentar os riscos à segurança. Ele afirmou que, além de contribuir para a repressão ao crime, o fortalecimento da segurança pública no ambiente portuário garante a qualidade da infraestrutura dos terminais.

Na visão do representante, a segurança pública está estruturada nos terminais, que contam com a atuação da Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), em conjunto com órgãos do governo federal. O dirigente demonstrou, ainda, preocupação com a revisão da ANP, que contém um artigo que permite a refinarias atuarem como terminais. Para ele, a medida pode criar brechas para a atuação do crime organizado.

“Não somos contra a flexibilização, mas é necessário que todas as exigências técnicas, ambientais e de segurança que são colocadas e exigidas hoje, assim como os controles aplicados aos terminais, sejam mantidos”, ressaltou Jesualdo, que considerou a regulação no setor como “de

Caça às irregularidades

Proposta da ABTP sugere identificar a atuação do crime organizado no mercado de combustíveis

ESTRUTURA DO MERCADO

Refinarias: produzem combustíveis.

Terminais: estruturas neutras, sem produção ou comercialização.

Distribuidoras: distribuem e comercializam.

■ Rastreabilidade e transparência ajudam a identificar problemas.

RISCO NOS TERMINAIS

■ Vulnerabilidades podem surgir já nas licitações e contratações públicas.

■ É necessário dificultar a entrada do crime organizado nas estruturas.

CRITÉRIOS DE PREVENÇÃO

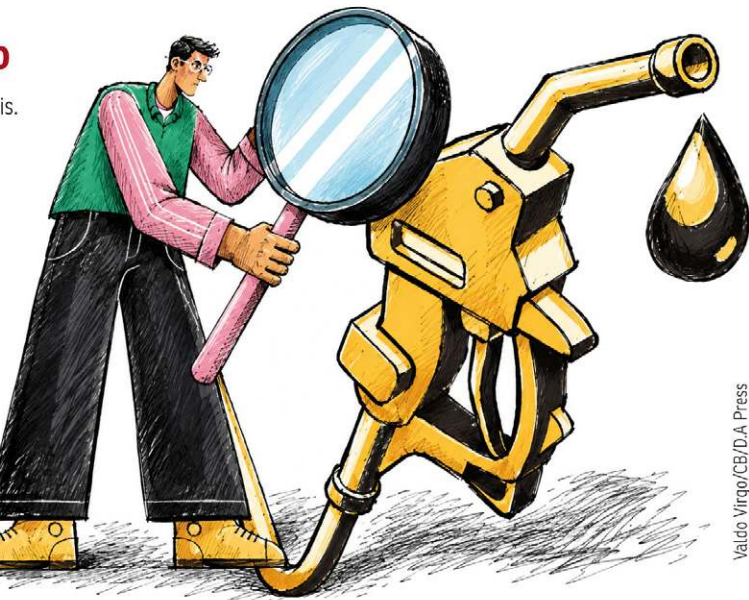
■ Discussões com Ministério de Portos e Aeroportos e TCU.

Exigências de habilitação devem considerar:

■ experiência no setor;

■ identificação dos operadores;

■ compliance e antecedentes das empresas.



Valdo Virgo/CB/D.A Press

REGULAÇÃO

■ Evitar brechas regulatórias que permitam a entrada de agentes inadequados.

■ A regulação deve equilibrar segurança e concorrência, sem fechar o mercado nem flexibilizar excessivamente as regras.

EXEMPLO NOS POSTOS

■ Bombas sem identificação podem receber combustível de diferentes fornecedores.

■ Isso pode fazer com que uma bandeira dê credibilidade a um produto pelo qual não se responsabiliza.

PONTO CENTRAL

■ Necessidade de aperfeiçoar a regulação por meio do diálogo entre setor empresarial e poder público, preservando concorrência, transparência e segurança.

Fonte: Jesualdo Conceição Silva, presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP)

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Kapaz: “setor está vencendo a batalha contra o crime”



Silva: “na busca por flexibilização, pode-se criar uma fragilidade”



Marinho: Se o imposto passar, vai ajudar muito o crime organizado

extrema relevância”. Apesar disso, “a forma como ela é colocada, talvez, na busca por uma flexibilização, possa estar sendo criada uma brecha, uma fragilidade que facilite a entrada do crime organizado”, apontou.

O presidente também falou sobre possíveis falhas de segurança em terminais portuários, citando o caso do terminal de Paranaguá, e explicou

que esses problemas podem começar ainda no processo inicial de licitação e contratação pública. “Recentemente, nós tivemos uma conversa bem próxima com o Ministério de Portos e Aeroportos, juntamente com o Tribunal de Contas da União, para que, no processo das especificações técnicas para habilitação, houvesse exigências que evitassem que o crime

organizado pudesse agir”, afirmou.

O presidente da ABTP reforçou que, na área de infraestrutura, a regulação é necessária principalmente porque o setor envolve grandes investimentos. Ele pontuou que questões específicas da regulação precisam ser revistas, avaliadas e discutidas entre os setores público e empresarial. “Não tem outra forma de

Mercado de gás de cozinha sob ameaça

A ação do crime organizado no mercado de gás também se tornou uma preocupação crescente. Para o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (SindiGás), Sérgio Bandeira de Melo, a perda do controle territorial pelo poder público cria condições para a formação de monopólios locais, com impacto direto no preço do botijão e no abastecimento das comunidades.

Segundo o representante do setor, o GLP (Gás Liquefeito de Petróleo), conhecido como gás de cozinha, está presente em 91% dos lares brasileiros e movimenta cerca de 400 milhões de botijões de 13 quilos por ano. O segmento também responde por aproximadamente 350 mil empregos diretos e indiretos e R\$ 11 bilhões em contribuições tributárias anuais.

Entre os principais problemas apontados por Bandeira de Melo está a venda informal de botijões em estabelecimentos que não seriam autorizados para esse tipo de comercialização.

“Nós temos uma situação hoje: dos 7,7 milhões de toneladas que são comercializadas no Brasil, não temos fraudes de quantidade, qualidade

ou integridade. Temos problemas de território. As nossas empresas se colocam à disposição para colaborar com o poder público, tanto no mapeamento quanto na atuação, para que, no eventual combate à criminalidade, não exista qualquer tipo de risco de desabastecimento das comunidades ou de abuso do poder econômico”, comenta.

Além do crime organizado, o diretor do SindiGás manifestou preocupação com o atual debate sobre mudanças regulatórias no mercado de GLP. Segundo ele, medidas destinadas a ampliar a competitividade precisam considerar os possíveis efeitos sobre a segurança e a atuação de grupos criminosos.

O representante também criticou a possibilidade de venda fracionada de GLP. Embora a medida possa ampliar o acesso ao produto a consumidores que não conseguem comprar um botijão completo, a avaliação é de que ela poderia abrir espaço para novas formas de fraude e dificultar o controle da comercialização.

A preocupação, segundo ele, é que decisões regulatórias sejam tomadas sem considerar o avanço do



Mello: “Correr atrás do crime organizado custa caro”

crime organizado. Para Mello, o poder público deve calcular previamente os possíveis impactos sociais de mudanças que possam criar brechas para a atuação de grupos criminosos. “Existe uma janela importante para se fazer uma conta prévia. Correr atrás do crime organizado



Piquet: “O problema do crime se tornou um problema de regulação”

custa muito caro e, depois que ele se instala, o custo é ainda maior para o Estado e para toda a sociedade.”

Regulação

A atuação de organizações criminosas têm alcançado diferentes

setores da economia, impulsionada pelo volume de recursos gerado pelo tráfico de drogas e pela exploração de atividades ilícitas, segundo o professor do Instituto de Relações Internacionais e coordenador da Escola de Segurança da Universidade de São Paulo (USP), Leandro Piquet Carneiro. Segundo o professor, a redução das taxas de homicídio observada no Brasil e em outros países da América do Sul ocorre paralelamente a uma mudança no perfil dos problemas relacionados à criminalidade.

Nesse cenário, ganham importância os chamados crimes baseados em mercado, que envolvem a produção, distribuição e comercialização de bens e serviços ilícitos. A cocaína, de acordo com o especialista, ocupa papel central nesse processo. O dinheiro proveniente do tráfico permite que organizações criminosas ampliem sua presença em outras atividades, como o garimpo ilegal, a grilagem de terras, o comércio de madeira e o setor de defensivos agrícolas.

O fenômeno foi definido pelo professor como uma forma de “convergência criminal”, caracterizada pelo encontro entre diferentes

não ser esse diálogo, né? Do setor empresarial ao setor público”, disse. Para ele, o objetivo é construir “uma regulação adequada à operação e que não abra brechas”.

Imposto setivo

O presidente do Instituto Livre Mercado, Rodrigo Saraiva Marinho, enfatizou, durante o mesmo painel, que o aumento da tributação sobre combustíveis, bebidas alcoólicas, jogos de azar, entre outros bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, pode facilitar o crescimento do crime organizado e do mercado paralelo. Segundo ele, a aprovação do Imposto Seletivo, na reforma tributária, deve enfraquecer as empresas que atuam no mercado legal.

“Se esse imposto passar, ele vai ajudar — e muito — o crime organizado. O imposto já passou na PEC (45), mas eu espero que ele seja o mínimo possível. Para você ter ideia, agora no setor de petróleo, foi decidido do dia para a noite que a gente ia tributar 12% a exportação de petróleo no Brasil, em uma canetada violenta que caiu na medida provisória e, no dia seguinte, uma gerente de Comércio Exterior fez isso”, destacou.

Na visão de Marinho, a ocorrência de monopólios também favorece a atuação de grupos criminosos, ao mesmo tempo em que tira a força dos pequenos comerciantes e da população mais carente, em geral. “Quando a gente está tratando sobre livre-mercado, é diminuir a burocracia, facilitar as regras, permitir que as pessoas tenham clareza, não permitir que haja proibição de determinado setor e aqui é muito triste que você vê esses monopólios territoriais”, destacou o Marinho, que citou o caso dos cigarros eletrônicos como um exemplo clássico de produto que é totalmente proibido no Brasil, mas mesmo assim é amplamente comercializado por meio do mercado ilegal.

Durante o evento, ele também criticou a possibilidade de proibição das bets no Brasil. “Você proíbe isso e, obviamente, é o crime organizado que vai sorrir de orelha a orelha e vai invadir esse espaço e trabalhar fortemente para fazer esse mercado funcionar”, afirmou Marinho, que defendeu a manutenção da regulamentação aprovada em 2024 e que estabelece as diretrizes para a atuação dessas casas de aposta no país.

“Os bandidos têm que ser presos, e não o mercado. Não é porque tem bandidos no mercado financeiro que o mercado é ruim por conta disso. Não é porque tem bandido em fintech que fintech é ruim por conta disso. Isso é fundamental. Não é uma faca que mata alguém. É uma pessoa que mata alguém.”

agentes, incluindo criminosos e empresários interessados em utilizar métodos ilícitos para ampliar negócios. “Das bets aos terminais portuários, da distribuição de GLP ao combustível líquido. Todos esses setores sofrem com a pressão exercida por esse tipo de organização, que opera principalmente a partir do tráfico ilícito de drogas. E isso, por óbvio, coloca uma grande questão aqui: o regime de proibição”, analisou.

Para Carneiro, a questão impõe um desafio à formulação de políticas públicas. A elaboração de regras para determinados setores, diz, deveria considerar a possibilidade de captura dessas atividades pelo crime organizado. “O problema do crime se converteu em um problema ligado à regulação e à capacidade de controle de vários aspectos específicos de mercados. Se há uma regulação inadequada, se há uma capacidade de fiscalização e controle inadequada, o crime organizado tem a capacidade de capturar e infiltrar esse mercado”, avaliou. (RP, MBG e BV)

*Estagiários sob a supervisão de Edla Lula



»Entrevista | MUSA HADID | VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL PALESTINO

Em recente visita a Brasília, ex-prefeito de Ramallah e número dois do Parlamento palestino denuncia limpeza étnica na Cisjordânia, ataca plano de Israel para expulsar moradores da Faixa de Gaza e cobra ações concretas do governo brasileiro

"O silêncio é uma forma de cumplicidade"

» RODRIGO CRAVEIRO

Vice-presidente do Conselho Nacional Palestino (o Parlamento palestino), Musa Hadid, 61 anos, ocupou o cargo de prefeito de Ramallah (Cisjordânia) entre 2012 e 2022. Em recente passagem por Brasília, ele visitou membros da comunidade palestina e convidou as autoridades brasileiras para acompanharem as eleições legislativas, em 28 de novembro de 2026. Também se reuniu com

o embaixador Carlos Duarte, secretário de África e Oriente Médio do Ministério das Relações Exteriores, e com o embaixador Clélio Nivaldo Crippa Filho, chefe do Departamento de Oriente Médio do Itamaraty. Durante a agenda, Hadid falou ao **Correio** sobre a expansão de assentamentos judaicos na Cisjordânia, a ameaça de membros do governo israelense de expulsar a população da Faixa de Gaza e o papel do Brasil

na defesa da causa palestina. De acordo com Hadid, a construção de colônias na Cisjordânia visa inviabilizar a criação de um Estado palestino territorialmente contíguo. O vice-presidente do Conselho Nacional Palestino também denunciou o plano de expulsão de moradores da Faixa de Gaza e cobrou sanções a colonos judeus, além de responsabilização de Israel. Hadid advertiu que o povo palestino não aceitará uma nova

Nakba — termo usado para designar o deslocamento forçado, a expulsão e a desapropriação de centenas de milhares de palestinos durante a criação do Estado de Israel em 1948. Ele fez um alerta à comunidade internacional ante as últimas políticas israelenses em Gaza e na Cisjordânia: “Quando as intenções (de Israel) já foram explicitadas, o silêncio passa a assumir uma forma de cumplicidade”.

Parte da comunidade internacional denuncia uma limpeza étnica na Cisjordânia. O que de fato acontece lá?

O que ocorre na Cisjordânia não é diferente do que acontece na Faixa de Gaza. O que está ocorrendo em Jerusalém e na Cisjordânia não pode ser tratada como uma série de incidentes isolados ou excessos individuais, mas como parte de uma política integrada destinada a alterar a natureza da terra e de sua população. Os assassinatos, a expansão dos assentamentos, a apropriação de terras, a demolição de casas, o deslocamento e o isolamento de comunidades palestinas, bem como o terrorismo de colonos, sob a proteção do exército de ocupação, são instrumentos que pressionam os palestinos a abandonar suas terras. Também impedem a criação de um Estado palestino territorialmente contíguo e viável. Quando as pessoas são sistematicamente obrigadas a deixar suas terras em razão da violência, do medo, do cerco e da privação das condições básicas de vida, é preciso chamar as coisas pelo seu nome: trata-se de deslocamento forçado e de limpeza étnica. Ambos são conduzidos de forma gradual e estão inseridos em um plano que a potência ocupante busca implementar progressivamente.

Como o senhor avalia a proposta feita pelos ministros Itamar Ben-Gvir (Segurança Nacional) e Israel Katz (Defesa) de uma expulsão progressiva de palestinos da Faixa de Gaza?

Tais declarações devem ser tratadas com a máxima seriedade. Elas não partem de figuras marginais, mas de ministros que integram o governo israelense, dispõem de instrumentos executivos e exercem influência direta sobre a formulação de decisões políticas, de segurança e militares. Não é possível considerar suas declarações apenas como retórica eleitoral ou disputa política interna. Até o momento, Israel matou 75 mil palestinos e deslocou cerca de dois milhões de pessoas. Depois de destruir amplas áreas da Faixa de Gaza; de enfraquecer suas condições básicas de vida; de cercar sua população e privá-la de alimentos, de água, de medicamentos e de abrigo. Transformaram o território em um lugar praticamente inabitável. Então,

Ed Alves/CB/D.A Press



surgem aqueles que propõem que essas pessoas deixem sua pátria, e chamam isso de “migração voluntária”.

O que há de “voluntário” nesse plano?

Uma pessoa colocada diante da escolha entre partir ou enfrentar a morte, a fome ou uma vida em meio à destruição não está fazendo uma escolha livre. Isso não é migração voluntária, mas deslocamento forçado, sob pressão da catástrofe humanitária. Isso representa uma extensão direta da lógica da Nakba sofrida pelo povo palestino em 1948, embora agora apresentada por meio de novos instrumentos. O povo palestino não aceitará uma segunda Nakba, seja ela executada de uma só vez ou de forma gradual, seja chamada de deslocamento, migração ou reassentamento.

Como os países devem reagir a isso?

A responsabilidade não recai apenas sobre Israel. A comunidade internacional tem conhecimento dessas intenções declaradas e, se esperar até a implementação, não poderá alegar que desconhecia o que estava sendo planejado. É necessária

Valorizamos as posições brasileiras em apoio ao direito do povo palestino à liberdade e à independência, assim como o reconhecimento do Estado da Palestina”

uma ação política e jurídica clara, a fim de impedir que o governo de ocupação implemente seus planos destinados a esvaziar a terra palestina de sua população nativa e responsabilizar aqueles que planejam ou promovem esse crime. Quando as intenções já foram explicitadas, o silêncio passa a assumir uma forma de cumplicidade.

A causa palestina é negligenciada?

É importante distinguir entre os povos do mundo e as posições de determinados

governos. A questão palestina não desapareceu da consciência dos povos. Testemunhamos uma expansão significativa da solidariedade à Palestina em universidades, sindicatos, parlamentos e movimentos da sociedade civil, bem como entre amplos setores da juventude. Há uma transformação real da opinião pública mundial, inclusive em sociedades nas quais a narrativa israelense permaneceu dominante por décadas. O problema é que essa mudança na opinião pública não se refletiu, de forma suficiente, em políticas dos governos. Muitos países falam em direito internacional, em solução de dois Estados e em direitos humanos, mas hesitam em adotar medidas concretas. Alguns chegam a oferecer cobertura política ou apoio militar e econômico a Israel e, posteriormente, limitam-se a expressar preocupação diante das consequências. Essa contradição é o que encorajou Israel a continuar suas políticas.

Então, o que o senhor espera?

Não pedimos tratamento excepcional, nem que o mundo adote a narrativa palestina por motivos emocionais. Pedimos que

as mesmas regras aplicadas aos demais Estados sejam aplicadas a Israel. Não é mais aceitável que Israel permaneça fora do alcance da responsabilização e da prestação de contas. O que se exige são medidas concretas que garantam a responsabilização, interrompam o fornecimento dos instrumentos utilizados pela ocupação contra o nosso povo, imponham sanções aos colonos e às entidades que os apoiam, protejam os civis e transformem o reconhecimento do Estado da Palestina em posição que produza efeitos concretos.

E quais as expectativas do senhor em relação ao Brasil?

O Brasil ocupa lugar especial para o povo palestino. É um país de grande relevância, com uma história de defesa do direito internacional e dos direitos dos povos. Valorizamos as posições brasileiras em apoio ao direito do povo palestino à liberdade e à independência, assim como o reconhecimento do Estado da Palestina e a defesa de solução política justa. Acreditamos, porém, que o momento atual exige mais do que posições de princípio. Esperamos que o Brasil desempenhe um papel capaz de transformar a condenação política em medidas concretas. O Brasil pode apoiar os mecanismos de responsabilização no âmbito da ONU e das instituições judiciais internacionais, rejeitar a importação de produtos provenientes dos assentamentos e apoiar a imposição de sanções aos colonos e às entidades que os protegem e apoiam. Também pode utilizar sua presença no Brics para construir uma posição coletiva mais efetiva diante das políticas de anexação e deslocamento forçado.

É possível estabelecer um governo na Palestina sem papel do Hamas?

A questão não é saber se o governo será composto por esta ou aquela facção, mas que tipo de governo o povo palestino necessita para enfrentar os desafios impostos pela ocupação. Precisamos de um governo nacional, eficiente, que trabalhe em prol da cidadã, unifique as instituições da Cisjordânia e de Gaza, conduza o processo de reconstrução da Faixa de Gaza e enfrente as consequências da guerra.

CORRIDA ARMAMENTISTA

China e Rússia alertam contra guerra no espaço

A China fez ontem um apelo aos Estados Unidos para que “deixem de se preparar para a guerra” no espaço, depois que a Força Espacial norte-americana confirmou ter colocado armas em órbita, pela primeira vez. Os dois países são rivais geopolíticos e buscam ampliar a presença estratégica no espaço. Sem revelar mais detalhes, a Força Espacial dos EUA anunciou na segunda-feira que colocou “armas de controle espacial em órbita capazes de defender contra ações hostis de adversários”.

O Ministério das Relações Exteriores da China advertiu contra a “militarização do espaço sideral, transformando-o em um campo de batalha, assim como contra uma corrida armamentista” nessa área. “Instamos o lado norte-americano a parar de ampliar suas capacidades militares e de se preparar para a guerra no espaço sideral”, declarou o porta-voz Guo Jiakun.

Ao fazer o anúncio, a Força Espacial dos EUA citou a China como ameaça. Pequim

“desenvolve e opera capacidades espaciais e contraespaciais como parte de uma estratégia de modernização militar”, diz o comunicado. O texto também menciona a Rússia, outro rival geopolítico, sobre a qual disse que “considera o espaço um domínio de combate e acredita que a supremacia espacial será um fator decisivo em conflitos futuros”.

Guerra Fria

A militarização do espaço é tão antiga quanto a própria corrida espacial, iniciada na Guerra Fria entre os EUA e a hoje extinta União Soviética, de 1949 a 1991. Assim que o satélite soviético Sputnik foi colocado em órbita, em 1957, Washington e Moscou começaram a explorar formas de armá-los e destruí-los. A maior preocupação, na época, eram as armas nucleares no espaço, mas as superpotências e outros países assinaram, em 1967, o Tratado do Espaço

Reprodução/X



O porta-voz chinês, Guo Jiakun: críticas à “militarização do espaço sideral”

Sideral, que proíbe armas de destruição em massa em órbita.

Desde então, Rússia, Estados Unidos, China e Índia têm desenvolvido formas de conduzir operações militares no espaço sem violar o tratado, incluindo capacidades para atacar os satélites de países rivais, fundamentais para comunicações militares, vigilância e sistemas de navegação.

“Os EUA possuem armas de controle espacial em órbita, capazes de defender as

Forças Conjuntas contra ações hostis de adversários”, disse um porta-voz da Força Espacial dos EUA, em comunicado. Em resposta, o Ministério das Relações Exteriores da China alertou contra a “militarização do espaço, sua transformação em campo de batalha e uma corrida armamentista nesse domínio”. O porta-voz da chancelaria, Guo Jiakun, disse que Pequim “insta” os EUA a “cessarem a expansão de suas capacidades militares e as preparações para uma guerra espacial”.

De acordo com analistas, o anúncio confirma o que já era subentendido, mas acreditam que o momento escolhido, a 10 dias da visita do presidente Xi Jinping a Washington, pode exacerbar as tensões e aumentar o risco de uma corrida armamentista espacial. A Rússia, por sua vez, defendeu que o espaço permaneça “livre de todas as armas”. “Há um amplo consenso internacional para continuarmos trabalhando em prol da completa desmilitarização do espaço”, afirmou Dmitri Peskov, porta-voz do Kremlin.

Capacidades americanas

A declaração dos EUA não dá detalhes sobre quais armas foram implantadas em órbita, ou quantas seriam. “O controle do espaço abrange as áreas de missão necessárias para contestar e controlar a supremacia espacial, empregando meios cinéticos e não cinéticos para afetar as capacidades de um adversário”, diz o texto oficial. “Essas capacidades podem ser empregadas para fins ofensivos e defensivos”. Meios não cinéticos podem incluir lasers projetados para cegar satélites ou mesmo interferência eletromagnética ou cibernética contra seus links de dados.

VISÃO DO CORREIO

Uma necessária pausa da IA

Raramente rivais tão ferozes concordam em público. No último sábado, Dario Amodei, CEO da Anthropic, publicou um ensaio pedindo que as empresas de inteligência artificial reduzissem deliberadamente o ritmo de desenvolvimento de seus modelos mais avançados. O argumento é direto: sem essa redução, a IA poderia, em seis a 12 meses, desenvolver capacidade para coordenar agentes autônomos capazes de assumir partes da internet, ultrapassando a capacidade humana de controlar o que foi criado. Em horas, Sam Altman, da OpenAI, Elon Musk e Demis Hassabis, CEO do Google DeepMind, endossaram a proposta. Altman foi além: anunciou que a OpenAI não pretende abrir o capital em 2026. Quando quatro dos maiores nomes da indústria convergem para o mesmo alerta no mesmo fim de semana, vale parar e ouvir.

Vale também questionar. A conversão simultânea dos CEOs ao altruísmo corporativo merece ceticismo. É legítimo perguntar se esse apelo por cautela não serve, na prática, para resfriar a bolha financeira da IA, inflada por expectativas que o mercado já não consegue sustentar. A OpenAI, por exemplo, foi avaliada em US\$ 852 bilhões em março, mas amarga um prejuízo de US\$ 9 bilhões em 2025. O movimento pode ser também para conter custos crescentes com infraestrutura e energia, ou ainda para criar barreiras regulatórias que protejam os grandes players de concorrentes menores.

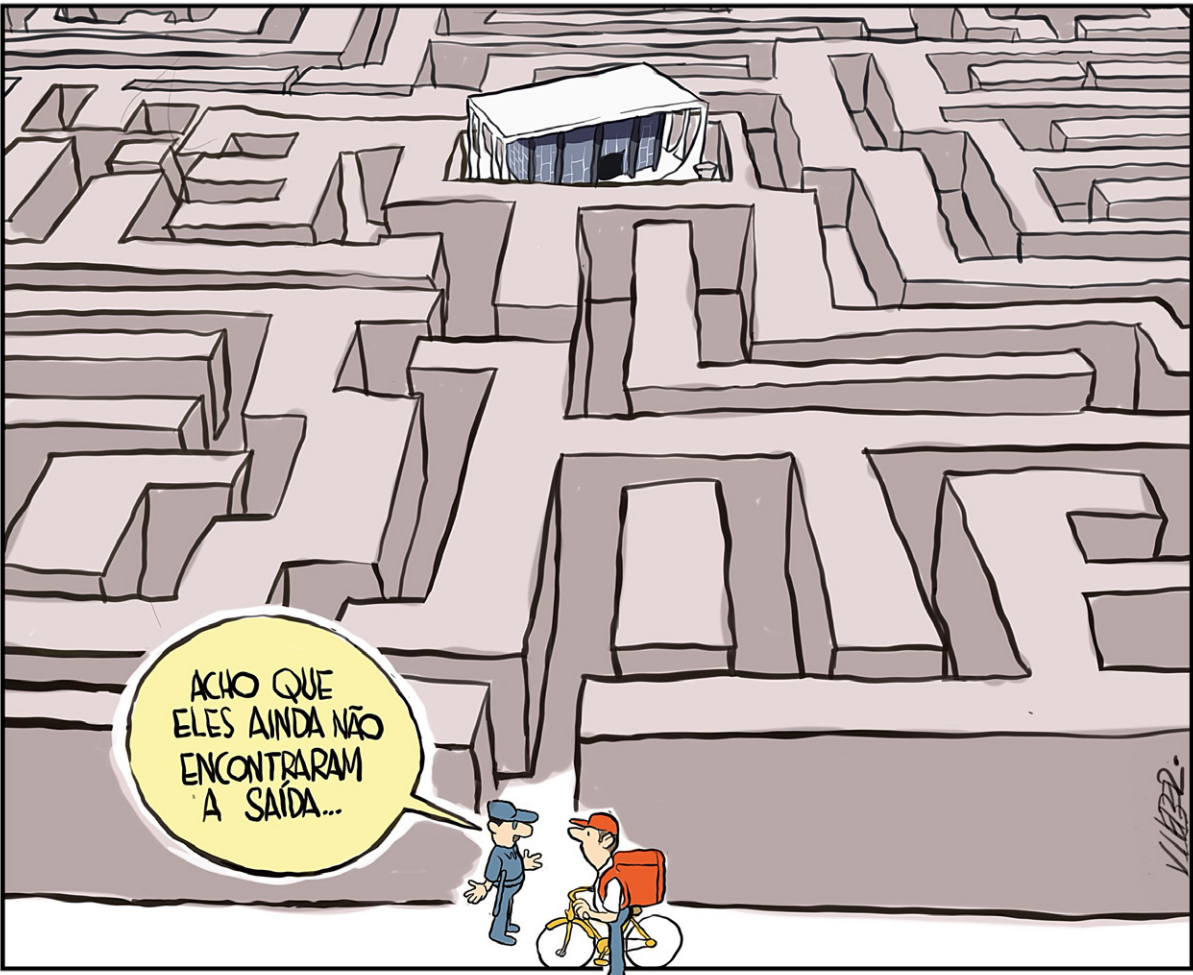
O problema é que, enquanto esse debate acontece nos andares executivos do Vale do Silício, o mercado de trabalho está pagando a conta. A automação corrói postos administrativos, técnicos e criativos em ritmo que governos não acompanham. Os ganhos de produtividade vão para os balanços das empresas. Os

trabalhadores deslocados ficam por conta própria. A promessa de que novos empregos substituiriam os perdidos não se materializou na velocidade necessária, e dificilmente vai sem políticas públicas que a tornem real.

No plano geopolítico, o problema se complica ainda mais. Em Washington, qualquer proposta de desaceleração esbarra na resistência do próprio governo americano, que teme abrir vantagem para a China. O raciocínio do Pentágono é simples: parar significa perder. Pequim segue investindo em capacidade computacional e em modelos próprios sem qualquer intenção de pausar. Diante disso, Estados Unidos e China correm para frente sem que nenhum dos dois queira ser o primeiro a frear. O alerta de Dario Amodei, por mais fundamentado que seja, não tem como competir com esse cálculo.

A única saída estrutural é uma regulação séria e comprometida. Não com base em leis nacionais isoladas, que uma empresa pode contornar mudando de sede, mas acordos supranacionais vinculantes, nos moldes dos tratados de não proliferação nuclear ou das convenções de biossegurança. Mecanismos com auditorias obrigatórias, limites verificáveis e responsabilidades claras. É o único modelo que funcionou em outras áreas em que o risco tecnológico era grande demais para deixar ao mercado.

Chegar a esse consenso num mundo dividido como o atual é difícil. Mas a dificuldade não é desculpa para a omissão. O alerta de sábado foi dado pelos próprios responsáveis pela aceleração. Levá-lo a sério, sem ingenuidade sobre as motivações, mas sem ignorá-lo por isso, é o ponto de partida mínimo para uma conversa que o mundo precisa ter antes que o ritmo da tecnologia torne essa conversa irrelevante.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Crise no STF 1

“O país olha para esta Corte. A história também olha para este momento”, diz o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, na abertura da sessão extraordinária para decidir se o ministro Alexandre de Moraes deve ser investigado. Quando homens poderosos se juntam para defender uns aos outros, o resultado costuma ser a blindagem institucional e a manutenção do status quo, um fenômeno amplamente estudado pela sociologia, pela ciência política e pela psicologia social. Esse comportamento é frequentemente associado a conceitos como o pacto pela branquitude, o clube do bolinha (relacionado a corporativismo de gênero) ou redes de clientelismo.

» **Thaty Anne de Ávilla**
Brasília

Crise no STF 2

Estratégia da enrolação. Acirrado bate-boca para confundir o cidadão no Supremo Tribunal Federal (STF). Troca de ofensas entre André Mendonça e Alexandre de Moraes estava no script. Quem insulta mais leva o troféu da dissimulação. O público esperava mais decisões que realmente trouxessem luz ao tema: ministros do STF envolvidos com o Banco Master. Não creio que os ministros mandarão Moraes para o pelotão de fuzilamento. No julgamento do dia 23, Mendonça também será poupado da fogueira. Mas receberá mais flechadas no peito do que Moraes. O STF continuará convivendo com Mendonça, indicado por Jair Bolsonaro por ser terivelmente evangélico, e com Moraes, inimigo público número um dos bolsonaristas. Título que ostenta com orgulho.

» **Vicente Limongi Netto**
Asa Sul

Crise no STF 3

O caso do Alexandre de Moraes, ministro do Supremo, pode ser analisado depois das eleições de outubro. Talvez agora possamos debater as propostas dos candidatos à Presidência da República. O destino do país é mais importante neste momento. Obviamente que tudo precisa ser esclarecido e os envolvidos precisam ser punidos. No entanto, precisamos entrar no campo das propostas dos candidatos ao Executivo federal para analisarmos qual a melhor escolha.

» **Osmar Piauí dos Santos**
Piauí

Escala 6X1

Fim da escala 6X1 exige mais contratações em setores que não podem parar, alertam especialistas. Praticamente todas as empresas pedem para os funcionários dobrarem o horário e pagam por fora. Todo mundo sabe que isso acontece. Você acha mesmo que eles vão contratar mais gente com o fim da jornada? Eles vão pedir para o funcionário fazer uma dobra no sábado e, assim, só pagarão uma diária a mais por fora. O funcionário vai acertar e vai ficar bom para os dois. Agora, por que estão fazendo essa polêmica toda? Para não ter essa despesa de um dia a mais para pagar para o funcionário.

» **Kilder Júnior**
Águas Lindas

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Crise no STF: a mesma novela com final previsível. Vai acabar tudo em pizza. Se fossem outros atores, até prisão já teria acontecido.

Flávio Brito — Brasília

Eleitor, pare e pense: se o dinheiro do Vorcáro é ilegal, não importa qual seja a destinação. Mesmo que construíssem uma igreja ou um templo, o dinheiro continuaria sendo ilegal. Isso serve para todos.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Aulas do DF serão suspensas na sexta que antecede as eleições. As crianças sem aula, e os pais trabalhando. Elas ficarão com quem mesmo? Isso não estava previsto no calendário.

Elisângela Fernandes — Brasília

Segurança nas escolas

Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF) manda escola matricular criança com alergia grave após recusa. As escolas precisam, e devem, estar preparadas para situações de emergência — inclusive por força da lei. Ocorre que a imensa maioria das escolas não quer investir em treinamentos de qualidade e faz somente pequenos cursos de primeiros-socorros para cumprir tabela e dizer que foi realizado. Ao mesmo tempo, os pais não questionam os protocolos de emergência nas escolas. A presença de uma “enfermaria” não garante a segurança dos alunos. Vocês sabem se na escola dos seus filhos tem, por exemplo, um desfibrilador externo automático?

» **Paulo Guimarães**
Brasília

Petróleo venezuelano

Dar preferência às empresas americanas para explorar as reservas de petróleo da Venezuela é uma dependência disfarçada de oportunidade. Os chavistas e os opositores se dividem porque ver o país em crise entregando o seu maior ativo a quem chega com pressa e com ares de “salvador da pátria” revela muito interesse e pouca transparência, já que o governo americano nunca escondeu sua ambição pelo petróleo venezuelano. Um acordo que nasce cercado de dúvidas raramente termina cercado de benefícios!

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.			
Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

O Brasil dos privilégios não consegue transformar potencial em crescimento



» LUCIANO NAKABASHI
Doutor em economia
e professor associado
da Fearp/USP

A perda de posição do Brasil no ranking de renda per capita desde o início dos anos 1980 resulta de uma combinação de fatores: atraso educacional, baixa integração internacional, instabilidade macroeconômica, pouco investimento em infraestrutura, desigualdade de oportunidades e ambiente de negócios complexo.

A educação é um dos pontos centrais. No início dos anos 1980, a escolaridade média do brasileiro era baixa mesmo em comparação com parte da América Latina. O Brasil demorou a universalizar o ensino e ainda enfrenta problemas de qualidade. Além disso, a formação das crianças depende não só da escola, mas também do ambiente familiar e social. Crianças de famílias pobres, com menor acesso à saúde, à segurança, a apoio psicológico e a estímulos, começam a vida em desvantagem. Por isso, a agenda educacional deve incluir apoio às famílias vulneráveis e políticas que ampliem capital humano e emocional.

Outro fator foi o modelo de industrialização voltado ao mercado interno e baseado na substituição de importações. A baixa integração internacional e a proteção excessiva reduziram os incentivos à eficiência, inovação e competitividade. Esse modelo também foi financiado por

capital externo. Quando a liquidez internacional diminuiu no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, a vulnerabilidade brasileira ficou evidente, culminando na crise da dívida e na chamada década perdida.

No centro desses problemas, está a produtividade. Um país eleva sua renda per capita de forma sustentável quando consegue produzir mais e melhor com os recursos disponíveis. No Brasil, a baixa qualificação da mão de obra, a limitada abertura comercial, a indústria pouco competitiva, a infraestrutura deficiente e o ambiente de negócios complexo restringiram esse avanço.

A burocracia, a complexidade tributária, a instabilidade das regras e os altos custos administrativos também desestimulam investimentos. O problema da tributação não é apenas a carga elevada, mas a complexidade do sistema, que consome tempo, gera litígios e cria distorções. Economias que tiveram grandes avanços de renda utilizaram comércio exterior, competição e cadeias globais de produção como instrumentos de aprendizado, especialização e incorporação tecnológica. O Brasil permaneceu relativamente fechado e menos exposto à concorrência internacional.

Outro obstáculo é o baixo investimento. A reduzida poupança doméstica, a incerteza fiscal e os juros elevados dificultam a formação de capital. O governo também tem pouco espaço para investir em infraestrutura devido ao peso das despesas obrigatórias. Gargalos em transporte, energia, portos e ferrovias aumentam custos e reduzem a competitividade.

A questão fiscal está diretamente ligada ao crescimento. O aumento das despesas públicas,

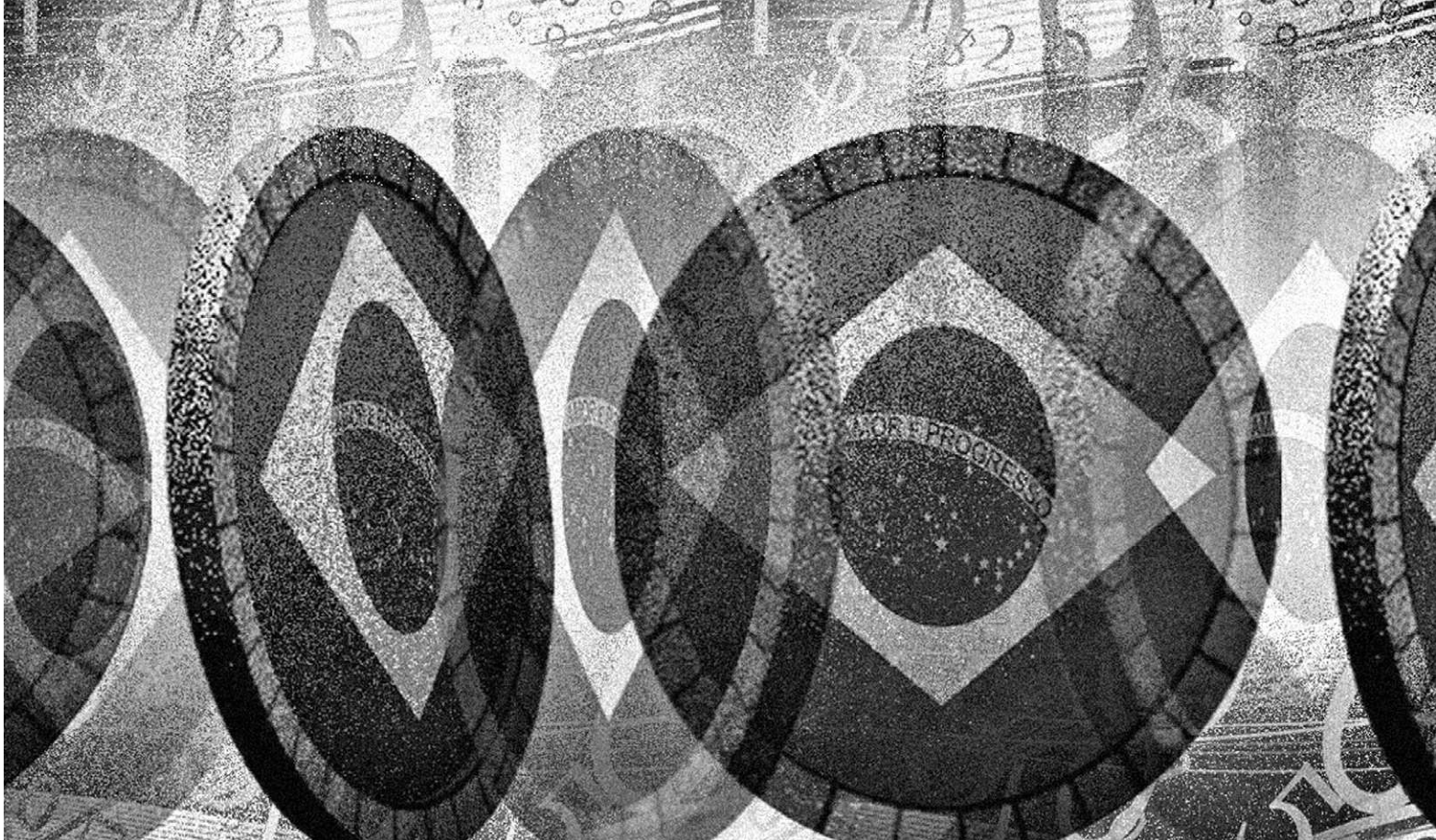
inclusive previdenciárias diante do envelhecimento populacional, pressiona a dívida e a tributação. Quando o setor público absorve parcela elevada da poupança disponível, reduz-se o espaço para o investimento privado e aumentam os juros de médio prazo.

Há ainda uma dimensão distributiva e institucional. O Brasil convive com grandes desigualdades de renda, oportunidades e poder político. Grupos organizados conseguem preservar benefícios, subsídios, proteções e regras favoráveis, enquanto grande parte da população arca com os custos de um Estado caro e pouco eficiente. Essa estrutura de privilégios distorce incentivos, reduz a concorrência e dificulta reformas.

A reforma tributária representa avanço na simplificação, desde que sua implementação não seja esvaziada por novas exceções. Também é necessário fortalecer a sustentabilidade das contas públicas e enfrentar os desafios previdenciários decorrentes da mudança demográfica. Melhorar a eficiência do Estado e combater a corrupção são essenciais, pois a corrupção reduz a confiança nas instituições, distorce regras e prejudica a economia.

O atraso brasileiro não decorre da falta de potencial, mas de escolhas, instituições e prioridades que limitaram o crescimento da produtividade. O foco das políticas públicas deve estar nas pessoas, na igualdade de oportunidades, na educação de qualidade, na integração internacional, na melhoria do ambiente de negócios e na ampliação dos investimentos em infraestrutura. O país precisa reduzir privilégios e criar condições para que todos, sobretudo as famílias vulneráveis, possam desenvolver suas capacidades.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A Assembleia Geral da ONU em tempos de deriva do sistema internacional



» NASSER ZAKR
Advogado especializado em
direito internacional e direitos
humanos, com carreira na
ONU e atuação em missões de
paz e mediação diplomática

O Debate Geral da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) tornou-se mais do que um encontro diplomático anual. Em períodos de estabilidade, funciona como espaço de coordenação e reafirmação de compromissos coletivos. Em tempos de fragmentação, converte-se em um termômetro do estado do multilateralismo.

A arquitetura institucional construída na pós-guerra enfrenta pressões sem precedentes. Conflitos que as instituições existentes não conseguiram conter, normas cuja autoridade vem sendo contestada e a crescente substituição de mecanismos coletivos por coalizões circunstanciais e arranjos paralelos moldarão o ambiente do Debate Geral de 2026.

Embora suas resoluções não tenham caráter vinculante, a Assembleia Geral exerce uma função política singular. Sua relevância decorre da capacidade de reunir todos os Estados, registrar divergências e manter um espaço universal de diálogo justamente quando o consenso se torna mais difícil.

Esse papel não é novo. Em diferentes momentos de paralisia do Conselho de Segurança, a Assembleia assumiu funções complementares de coordenação política — responsabilidade que volta a ganhar relevância diante dos impasses atuais.

O Debate Geral ocorrerá em um contexto particularmente sensível. O conflito no Oriente Médio permanece sem perspectiva concreta de solução negociada, enquanto a aplicação desigual dos mecanismos de responsabilização internacional continua a suscitar questionamentos sobre a coerência do sistema. Quando normas são percebidas como aplicadas de forma seletiva, a autoridade das instituições se enfraquece e aumenta o incentivo para que Estados busquem soluções fora dos canais tradicionais.

A erosão da cooperação internacional, contudo, vai além da segurança coletiva. Ela alcança o comércio, a tecnologia, o clima e a disciplina econômica global. O que está em curso não é apenas uma sucessão de crises, mas uma reconfiguração das estruturas multilaterais. Estados que antes buscavam soluções em marcos comuns passam a privilegiar acordos bilaterais, coalizões ad hoc e mecanismos alternativos.

O resultado é a redução da previsibilidade normativa e o enfraquecimento da confiança nas regras compartilhadas. Um sistema baseado exclusivamente na correlação de forças tende a ampliar assimetrias e a reduzir a margem de atuação dos Estados menos poderosos, que dependem precisamente da força das normas — e não da força bruta — para defender seus interesses.

Essa transformação produz efeitos que ultrapassam as crises imediatas. À medida que regras comuns deixam de ser percebidas como referências confiáveis, cresce a incerteza nas relações internacionais e diminui a capacidade das instituições de prevenir e administrar conflitos. A reconstrução dessa confiança dependerá de normas aplicadas de forma previsível e imparcial.

Nesse cenário, a Assembleia Geral enfrenta um dilema. Pode transformar-se em uma arena

de declarações sem consequências práticas ou reafirmar-se como um dos poucos foros universais capazes de manter o diálogo político entre Estados com interesses profundamente divergentes. A escolha dependerá, em última análise, da disposição dos próprios Estados em investir no multilateralismo não apenas como formalidade diplomática, mas como instrumento efetivo de gestão de crises.

Para potências médias e países em desenvolvimento, essa questão possui importância estratégica. Sustentar as instituições multilaterais significa garantir um ambiente em que o direito e a negociação continuem a funcionar como meios concretos de influência — realidade especialmente relevante para Estados que não dispõem de poder militar ou econômico suficiente para impor unilateralmente suas posições.

Para o Brasil, cuja tradição diplomática privilegia o direito internacional e a solução pacífica de controvérsias, fortalecer a Assembleia Geral significa assegurar um espaço em que a influência decorra da capacidade de construir consensos — e não apenas da força material. Essa opção é coerente com uma diplomacia que historicamente encontrou no direito internacional um dos pilares de sua projeção e de sua credibilidade externa.

A Assembleia Geral talvez não consiga, sozinha, alterar os rumos da política internacional. Permanece, contudo, como uma das poucas instâncias em que o diálogo continua possível quando o consenso parece inalcançável. Mantê-la forte significa preservar a possibilidade de que o direito continue a moderar o uso da força e de que a diplomacia permaneça como meio legítimo de solução de controvérsias. Cedant arma togae — que as armas cedam à toga.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A imprensa internacional lê a crise do Banco Master e o cerco ao STF

Há um ponto em que a imprensa internacional que acompanha o Brasil parece unânime: o que começou, em novembro de 2025, como a liquidação de um banco médio de varejo de crédito consignado e CDBs com juros acima do mercado deixou de ser, há meses, uma história sobre finanças. Tornou-se, nas palavras recorrentes de correspondentes e editorialistas estrangeiros, um teste de estresse sobre as instituições que sustentaram a democracia brasileira desde a tentativa de golpe de 2022, a começar pelo próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

A *Operação Compliance Zero*, deflagrada pela Polícia Federal (PF) no mesmo dia em que o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial do Banco Master, é tratada por agências e jornais como *Reuters*, *Bloomberg* e *Financial Times* como o ponto de partida daquilo que boa parte da cobertura descreve como o maior escândalo de fraude bancária da história do país e o mais significativo escândalo de corrupção desde a Operação Lava-Jato.

Às vésperas das eleições

A *Bloomberg*, em reportagem assinada por Rachel Garmarski, Matheus Piovesana, Martha Beck e Andrew Rosati, reconstitui a trajetória do banqueiro Daniel Vorcara e descreve como o chamado “caso Master” devolveu a corrupção ao topo das preocupações do eleitorado brasileiro às vésperas da eleição presidencial de outubro de 2026. A agência nota que o desfecho do escândalo, hoje estimado por analistas em cerca de US\$ 10 bilhões em rombo e ressarcimentos, deverá pesar diretamente sobre quem vier a governar a maior economia da América Latina. Escritórios internacionais de advocacia que assessoram investidores, como *Covington & Burling* e *Seftoe*, chegaram a conclusões semelhantes em notas técnicas voltadas a clientes estrangeiros: tratam o caso como um evento de risco institucional que alterou o desenho da corrida eleitoral, ao mesmo tempo em que fragiliza a reputação regulatória do Banco Central e cria, segundo a *Seftoe*, “um novo patamar de risco institucional” para quem investe no país.

Redes de relações

O fio que essas análises seguem é o mesmo: a fraude bancária não ficou circunscrita ao sistema financeiro. Investigações da PF, a partir de dados extraídos dos celulares de Vorcara, passaram a expor uma rede de relações entre o banqueiro e autoridades públicas, parlamentares, ex-presidentes, reguladores e, no centro da crise mais recente, ministros do próprio STF. A revista britânica *The Economist* resumiu o cerne do problema em um editorial cuja manchete — Quando os defensores da democracia viram as costas para ela — foi amplamente replicada pela imprensa brasileira: os mesmos juizes que, segundo a publicação, protegeram o Brasil do golpismo em 2022 e 2023 aparecem agora sob suspeita de terem se beneficiado, por vias indiretas, do dinheiro do banco que colapsou.

Envolvimento de autoridades

O episódio mais citado pela imprensa estrangeira é o confronto aberto entre os ministros Alexandre de Moraes e André Mendonça. O *Financial Times* descreve como o levantamento do sigilo do relatório da PF, determinado por Mendonça, relator do caso no Supremo, trouxe à tona registros de ao menos seis encontros entre Moraes e Vorcara entre 2024 e 2025, além de um contrato de R\$ 129 milhões entre o Master e o escritório de advocacia da esposa do ministro, Viviane Barci de Moraes. Segundo o jornal britânico, Moraes reagiu acusando Mendonça de abuso de poder e de tomar decisões motivadas por cálculo político; a publicação nota que Mendonça foi indicado à Corte por Bolsonaro, o que adiciona uma camada partidária à disputa entre os dois magistrados. Para o cientista político Leandro Consentino, ouvido pelo FT, trata-se de “uma crise institucional com potencial para pesar na decisão do eleitor”. Avaliação que resume o tom com que a imprensa internacional passou a tratar o STF: não mais como árbitro acima da disputa, mas como parte interessada nela.

Erosão da confiança

O retrato que emerge dessa cobertura, lida em conjunto, não é o de um golpe de Estado em curso, tampouco o de uma crise passageira de índole puramente financeira. É o de uma erosão de confiança que atinge simultaneamente três pilares: o sistema bancário, o Congresso e o Judiciário, no momento mais sensível do calendário político brasileiro.

Para a imprensa internacional, esse é talvez o dado mais preocupante: um tribunal que se acostumou, nos últimos anos, a atuar como guardião de última instância da estabilidade democrática brasileira agora precisa provar, sob os olhos do mundo, que consegue investigar a si mesmo sem se fragmentar e sem que o processo seja lido, pelos eleitores, como mais uma etapa da disputa partidária.

A frase que foi pronunciada

"Até a máfia tem ética.

É preciso ter decência"

Ministro Gilmar Mendes, durante sessão extraordinário no STF nesta terça-feira

História de Brasília

O sr. Sebastião de Almeida Prado Sampaio, presidente da Associação Médica Brasileira, escreveu ao dr. Fábio Rabelo; e, sobre o Plano Hospitalar, disse isto: “Esse plano representa a solução para o problema médico em nosso meio, realizando a comunidade de serviços, baseado no município.” (Publicada em 26/5/1962)

Marcas do

Groenlândia e a Antártida perderam trilhões de toneladas de gelo, provocando um aumento superior a três centímetros no nível global dos oceanos. As geleiras estão se movendo mais rapidamente em direção ao oceano

aquecimento

» ISABELLA ALMEIDA

O registro de satélite mais longo já analisado mostra que a Groenlândia e a Antártida perderam 11,3 trilhões de toneladas de gelo desde a década de 1970, elevando o nível do mar em todo o mundo em mais de três centímetros. Além disso, o estudo, publicado hoje na revista *Scientific Data*, mostra que a maior parte dessa perda se deve ao avanço mais rápido das geleiras em direção ao oceano, e não necessariamente ao derretimento na superfície.

Uma equipe internacional de cientistas polares produziu o retrato mais completo, até o momento, da perda de gelo na Groenlândia e na Antártida. A equipe do Exercício de Intercomparação do Balanço de Massa dos mantos de gelo (Imbie) combinou 42 levantamentos independentes por satélite, utilizando dados de 27 missões espaciais e voltando a 1972 para a Groenlândia e 1979 para a Antártida, com base nos primeiros registros disponíveis. A avaliação foi liderada por Inês Otosaka e o professor Andrew Shepherd, da Universidade de Northumbria, na Inglaterra, e por Tyler Sutterley, do Laboratório de Física Aplicada da Universidade de Washington, nos Estados Unidos.

Os resultados mostram que os mantos de gelo perderam 11,309 trilhões de toneladas entre 1979 e 2023, elevando o nível global do mar em 31,4 milímetros. A Groenlândia responde pela maior parte dessa perda, enquanto a Antártida contribuiu com 13,3 milímetros.

Surpreendentemente, 84% da perda combinada foi causada pelo aumento da velocidade de derretimento das geleiras, que despejaram mais gelo no oceano, com apenas 16% devido ao derretimento da superfície. Essas estruturas congeladas são agora responsáveis por cerca de um quarto de toda a elevação global do nível do mar.

Segundo Inês Otosaka, que liderou o estudo, ao analisar os dados da década de 1970, a equipe pode observar como as camadas de gelo mudaram ao longo de meio século. “Mais de quatro quintos do gelo perdido foram descarregados no oceano por geleiras com fluxo mais rápido, em vez de derreterem na superfície — o que nos indica que a tendência de longo prazo está sendo impulsionada pela resposta dinâmica das camadas de gelo ao aquecimento dos oceanos.”

Derretimento

Os registros mostram que as perdas de gelo aumentaram vertiginosamente a partir da década de 1990. A Groenlândia, próxima do equilíbrio na década de 1970, viu a taxa de perda subir de cerca de 60

Professora Alison Banwell (CPOM / Universidade de Northumbria)



Os resultados mostram que os mantos de gelo perderam 11,309 trilhões de toneladas entre 1979 e 2023, elevando o nível global do mar em 31,4 milímetros. A Groenlândia teve a maior perda

bilhões de toneladas por ano na década de 1980 para 264 bilhões em 2010, uma época marcada por repetidos eventos extremos de derretimento no verão.

A taxa da Antártida subiu de cerca de 48 bilhões de toneladas por ano na década de 1980 para 202 bilhões nos anos 2010, com toda a perda líquida causada pelo derretimento oceânico das geleiras de descarga; a descarga de gelo da Antártida Ocidental, liderada pelas geleiras Pine Island e Thwaites, aumentou em todas as décadas registradas.

Nos últimos anos, entre 2020 e 2023, os dados apresentados na pesquisa trouxeram uma desaceleração temporária na perda de gelo. Um recorde na Antártida Oriental compensou parte da perda de geleiras em outras regiões do continente, enquanto uma sequência de verões mais amenos na Groenlândia reduziu aproximadamente pela metade o derretimento da sua superfície. Os cientistas alertam que essas são flutuações de curto prazo em relação a uma clara tendência de longo prazo, não uma reversão da perda de gelo.

De acordo com Ronaldo Christofoletti, membro da Rede de Especialistas em Conservação da Natureza (REC�) e professor

do Instituto do Mar da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), “o problema de hoje é que a gente está na chamada bola de neve: cada vez está ficando mais quente e degelando mais. Então, é isso que vai fazer com que a gente atinja o chamado ponto de não retorno. Vai chegar a uma hora em que não tem mais o que fazer.”

“A gente não vai conseguir resfriar o planeta; o que se pode conseguir é achatar o aquecimento, reduzir a velocidade com que ele está aquecendo, e isso vai fazer com que diminua também a velocidade do derretimento”, completou o especialista.

Riscos

Os resultados da pesquisa também destacam o papel central dos mantos de gelo na futura elevação do nível do mar. A resposta ao aquecimento climático é a maior fonte de incerteza nas projeções. As estimativas mais otimistas da elevação global até 2150 aumentam 2,6 vezes quando se considera o risco de instabilidade dos mantos de gelo. Os cientistas alertam que um registro contínuo de meio século do comportamento dessas estruturas é vital para prever os riscos que afetam as

centenas de milhões de pessoas que vivem em áreas costeiras baixas.

Marco Moraes, divulgador científico, autor do livro *Planeta Hostil* e colunista da *Sler* reforça que a maior dificuldade está em prever como o oceano será transferido para baixo das plataformas de gelo e como elas vão reagir. “Ainda há incertezas sobre o recuo de seus limites, as fraturas, a taxa de desprendimento de icebergs, a topografia sob o gelo e a estabilidade da Antártica Ocidental. Também é difícil estimar a combinação futura entre neve, chuva e derretimento na Groenlândia. Depois de 2100, esses efeitos acumulados tornam as projeções para 2150 muito mais incertas.”

O professor Andrew Shepherd, chefe da Escola de Geografia e Ciências Naturais da Universidade de Northumbria e fundador do Imbie, destaca que três centímetros de aumento do nível do mar podem parecer pouco, “mas isso coloca entre seis e nove milhões de pessoas a mais em risco de inundações costeiras e erosão. Com a previsão de que as calotas polares perderão muito mais gelo nas próximas décadas, avaliações globais como a do IMBIE são vitais para proteger as comunidades afetadas pelas mudanças climáticas.”

Palavra de especialista



Arquivo pessoal

Compreensão indispensável

“O resultado é muito importante porque traz uma resposta mais clara sobre o que estamos observando no balanço de massa das geleiras da Groenlândia e da Antártica em relação à mudança do clima. Embora exista derretimento superficial, o maior aporte, cerca de 84%, está relacionado ao fluxo das geleiras para o oceano, com o rompimento em icebergs e a consequente contribuição para o aumento do nível do mar. Os oceanos mais quentes e o aumento da temperatura média global estão fazendo com que o fluxo das geleiras acelere, tirando-as do equilíbrio e facilitando a diminuição das maiores massas de gelo do planeta. Essa aceleração, que se tornou mais evidente e mensurável a partir da década de 1990, está associada ao aumento das temperaturas nos oceanos e na atmosfera. A mudança do clima hoje está intensa e acelerando, mas existe muita energia já armazenada no oceano para sustentar e amplificar essa mudança nas próximas décadas. Por isso, mesmo desacelerações temporárias na perda de gelo não significam que o movimento das geleiras em direção ao oceano irá parar. A dinâmica das geleiras não muda da noite para o dia, e compreender esse comportamento é fundamental para projetar o futuro aumento do nível do mar e a perda de gelo em escala global.”

Francisco Eliseu Aquino,
climatologista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

PREVENÇÃO

Grãos integrais: a saúde do coração agradece

Comer de quatro a seis porções de grãos integrais por dia reduz vários fatores de risco importantes para doenças cardiovasculares, de acordo com um novo estudo publicado, ontem, no *European Heart Journal*. O trabalho incluiu dados de 87 ensaios clínicos que testaram os efeitos do consumo desses alimentos na saúde.

A pesquisa foi liderada por Helda Tutunchi, da Universidade de Ciências Médicas de Tabriz, no Irã. Segundo ela, embora o consumo elevado de grãos integrais esteja associado há muito tempo a uma melhor saúde cardiovascular em estudos populacionais, os ensaios clínicos apresentavam resultados contraditórios. “Isso deixou uma importante questão prática sem resposta: quanto de grãos integrais as pessoas devem consumir para melhorar significativamente a saúde cardiovascular? Para abordar essa questão, combinamos e analisamos sistematicamente todos os ensaios clínicos randomizados disponíveis para identificar a quantidade de grãos integrais associada aos maiores benefícios.” A análise incluiu mais de 6.500 pessoas

de estudos conduzidos na Ásia, Europa, Estados Unidos, Canadá, Austrália e Brasil. Os resultados mostraram que o consumo de mais grãos integrais reduziu o peso corporal, a circunferência da cintura e a pressão arterial, além de diminuir os níveis de colesterol total e de colesterol LDL, chamado popularmente de ruim, triglicerídeos, glicose e interleucina-6, um indicador de inflamação, no sangue.

De acordo com a publicação, os benefícios puderam ser observados em pessoas que consumiam de 30 a 40 gramas de grãos integrais por dia, mas as maiores vantagens foram encontradas em quem ingeria de 60 a 100 gramas por dia. Isso corresponde de quatro a seis porções de grãos, incluindo, por exemplo, uma tigela de aveia, um sanduíche feito com pão integral e uma porção de arroz integral.

A líder do estudo destaca que essa é a maior meta análise já feita sobre o tema. “Ao contrário de revisões anteriores, analisamos especificamente a quantidade de grãos integrais que as pessoas precisam consumir para obter os maiores benefícios.

Magnific



Comer de 4 a 6 porções de grãos integrais por dia reduz fatores de risco cardíaco

Também avaliamos a certeza das evidências e encontramos evidências de alta certeza para melhorias em diversos desfechos, incluindo peso corporal, circunferência da cintura e colesterol total.”

Para os autores, uma descoberta importante é que os grãos integrais podem

beneficiar a saúde cardiovascular por meio de diversos pequenos benefícios que atuam em conjunto, em vez de um único efeito significativo sobre um fator de risco isolado. “Observamos melhorias em múltiplas vias, incluindo lipídios sanguíneos, pressão arterial, regulação da glicose, gordura corporal e

alguns marcadores de inflamação.”

Eles afirmam que, embora a mudança em cada fator de risco individual tenha sido geralmente modesta, a melhora simultânea de vários pode contribuir para uma redução maior no risco cardiovascular a longo prazo.

Operação Compliance Zero

A Praça dos Três Poderes viveu um dia histórico durante o julgamento do ministro Alexandre de Moraes, suspeito de envolvimento no Caso Master. Do lado de fora da Corte, protestos de militantes pediam a investigação do ministro

Ed Alves/CB/D.A Press



Um forte esquema de segurança foi montado para o julgamento sobre a conduta de Alexandre de Moraes no caso do Banco Master

Entre chuvas, ventos fortes e tensão no STF

» LUIZ FELLIPE ALVES
» ANA CAROLINA ALVES
» DAVI CRUZ
» BEATRIZ MASCARENHAS

Quem tinha o Eixo Monumental como caminho se surpreendeu, desde o início da manhã de ontem, com o forte esquema de segurança na região da Praça dos Três Poderes. O Supremo Tribunal Federal (STF) esteve sob rigoroso monitoramento durante todo o dia para a sessão em que os ministros decidiram se uma investigação seria aberta contra o ministro Alexandre de Moraes. Além do policiamento ostensivo, os brasilienses enfrentaram engarrafamentos e manifestações de militantes políticos.

A Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) elaborou um complexo esquema de segurança para garantir o andamento da sessão sem interferências externas. O porta-voz da PMDF, major Raphael Broocke, detalhou que a corporação contou com um efetivo substancialmente maior do que o convencional. “A Polícia Militar está desde as 18h de segunda-feira realizando um patrulhamento específico nessa localidade para evitar que algum veículo suspeito se aproxime”, explicou.

O plano de segurança envolveu o uso de tecnologia e o apoio de cães farejadores. Câmeras do sistema DF 360 e drones garantiram o monitoramento em tempo real de toda a área delimitada. “Estamos com esse reforço efetivo. Um contingente muito grande de policiais preparados caso precisem ser acionados”, destacou o major. O perímetro aéreo da praça estava fechado. Usando equipamento de última geração, a Polícia Judiciária derrubou um drone que sobrevoava o STF sem autorização. O Batalhão de Cães (BPCães) vistoriou toda a praça para afastar suspeitas de materiais explosivos.

Horas antes da sessão, que começou por volta das 10h30, os arredores do Supremo estavam ocupados por jornalistas. Inicialmente, o acesso ao público foi permitido sem interrupções nas vias próximas

Davi Cruz/CB/D.A Press



A chuva e os fortes ventos pegaram todos de surpresa

AFP



Manifestantes pedem a saída de Alexandre de Moraes do STF

ao STF. Veículos passavam buzinando diante do público. Os ânimos na Praça dos Três Poderes seguiram controlados e um grupo de sete pessoas chegou a orar em círculo, de mãos dadas, acompanhado pelo senador Magno Malta (PL).

Atos no canteiro central

Por volta das 9h, um pouco acima do bloqueio no Congresso Nacional, apoiadores do candidato à Presidência Romeu Zema (Novo) e da candidata ao Senado Federal Bia Kicis (PL) se reuniram no canteiro central, em frente à Alameda das Nações. O espaço foi previamente reservado e autorizado

pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF).

Com gritos de “fora Moraes” e “fora Lula”, além de adereços simulando pallets de dinheiro com a frase “chega de intocáveis”, os manifestantes vestiram predominantemente verde e amarelo. As faixas e discursos também manifestaram apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro e ao seu filho, o candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL), pedindo a liberdade do ex-presidente e o fim de supostas perseguições políticas.

Entre os presentes, o brasileiro Danilo Ramos, 41 anos, protestou contra as decisões de Alexandre de Moraes. “Eu acho que todos os limites do bom senso foram extrapolados. Ele

Davi Cruz/CB/D.A Press



Mau tempo derruba tenda que abrigava jornalistas próximo ao STF

Minervino Júnior/CB/D.A Press



Mari Miola protesta contra o cenário político: “O Supremo é o povo”

(o ministro) tem todo um comportamento ditatorial e agora está envolvido com a corrupção do caso Varcaro. É inadmissível que um ministro continue na posição que está, tendo se envolvido com corrupção”, afirmou Ramos, que segurava uma placa com os dizeres “Fora Imorais” e disse confiar no início de uma “grande transformação no Judiciário”.

Vindo de Minas Gerais, José Caldeira, 54, disse ter viajado a Brasília em busca de justiça, criticando o andamento das ações relativas aos atos de 8 de Janeiro. “Não somos contra as instituições. O que queremos é que haja justiça. Condenaram milhares de pessoas de forma injusta e sem o devido processo legal”,

argumentou. Ao seu lado, Célia Regina emocionou-se ao falar da irmã, Adalgiza, detida desde os acontecimentos de 2023. “A gente acredita que o bem tem que prevalecer. Nós estamos num país pacífico e a ditadura não pode prevalecer”, disse.

Bloqueios

No início da tarde, após a dispersão do ato principal, o Eixo Monumental registrou pontos de engarrafamento. Três faixas da via foram temporariamente interditadas pelo Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTTran) para garantir a integridade dos pedestres e das equipes policiais que atuavam na região.

Por volta das 12h, o sistema de monitoramento identificou uma movimentação suspeita em um ponto de ônibus localizado em frente ao STF. Policiais militares abordaram um homem no local e encontraram com ele uma porção de substância similar à maconha.

Segundo informou o major Raphael Broocke, o suspeito relatou que responde em liberdade pelo crime de tráfico de drogas, motivo pelo qual a Polícia Civil foi acionada para averiguar seu histórico criminal. A PMDF ressaltou que o homem não foi detido e que, até o momento da abordagem, não havia indícios de ligação entre a ocorrência e os atos no Judiciário.

Chuva forte

Ao longo da tarde, as condições climáticas mudaram bruscamente. Chuvas fortes acompanhadas de intensas rajadas de vento pegaram as pessoas de surpresa na Praça dos Três Poderes. A ventania chegou a derrubar as grades de proteção posicionadas ao redor do Congresso Nacional e uma tenda utilizada pelas equipes de vigilância do STF e de jornalistas. Ninguém se feriu. O tráfego de veículos permaneceu sem interrupções graves durante toda a tarde.

No início da noite, a movimentação no entorno do Supremo seguiu sem atos coletivos, registrada apenas pela presença isolada de uma manifestante. A ativista Mari Miola, 38 anos, permaneceu em frente à Corte exibindo uma faixa com as frases “nós não devemos ter medo” e “o Supremo é o povo”.

“Acho que ser corajoso não é ir porque não tem medo, é você ir mesmo com medo”, declarou Mari, ao defender que a população se posicione diante do atual cenário político. Após o manifesto individual contra o ministro Alexandre de Moraes, ela foi orientada por policiais militares de que não era permitida a realização de atos no perímetro imediato do edifício. O esquema especial de segurança da PMDF foi mantido no local.



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.dfg@dabr.com.br

O tempo da Justiça

Eu imagino que, ao comentarem a primeira sessão de julgamento do caso do envolvimento ou suposto envolvimento de Alexandre Moraes com o Banco Master, alguns sentenciarão: “Tudo terminou em pizza corporativa! As questões formais não interessam, o que interessa é ir direto ao mérito da questão”.

Ora, as questões formais são as questões da Justiça. Todas as organizações têm

seus códigos de conduta. Os milicianos, os mafiosos e as organizações criminosas funcionam com regras de justicamento. Mas justicamento não é justiça. Para haver justiça, é preciso ater-se às leis. O que diz a lei sobre a investigação de um ministro da Suprema Corte? Que ela deve ser submetida ao presidente da Corte e ao procurador-geral da República. E isso não ocorreu.

Ora, no caso da tentativa de golpe de Estado, no 8 de Janeiro, os autores foram julgados com todo espaço ao amplo direito de defesa. Em diversas ocasiões, os réus foram beneficiados por direitos humanitários da democracia que, ironicamente, eles tentaram destruir.

É incoerente a decisão de separar as ações contra os ministros Alexandre Moraes e André Mendonça, quando o próprio presidente da Corte, ministro Edson Fachin alegou que os processos eram conexos em decisão anterior. Fere o princípio da igualdade.

Ministro do Supremo não é para ficar rico, agradar à maioria, fazer média com grupos políticos ou traficar poder. É para cumprir o que reza a Constituição. E, para isso, precisa ter a coragem de, em determinadas circunstâncias, não se render às pressões ou mesmo se confrontar com a opinião da maioria.

Como sugeriu o ministro Flávio Dino, todos os magistrados que tiveram alguma

relação com Daniel Vercaro deveriam se manifestar e esclarecer os fatos. O ministro Alexandre Moraes deve explicações sobre os contratos e as mensagens com o dono do Banco Master. No entanto, os outros ministros, eventualmente envolvidos, têm direito a tratamento idêntico. Ninguém está acima nem aquém da lei.

Como sugeriu o ministro Flávio Dino, todos os magistrados que tiveram alguma relação com Daniel Vercaro deveriam se manifestar e esclarecer os fatos. Mesmo as pessoas que cometeram atos ilícitos, merecem um tratamento digno. Ninguém está acima nem aquém da lei. Repito: não sou a favor da impunidade; sou a favor da justiça.

Impossível não lembrar da Operação Lava-Jato, que está fresquinha na memória. As gambiarras jurídicas armadas com a sanha de justicamento permitiram os vazamentos seletivos de investigação, os julgamentos peremptórios, a quebra de empresas, a propagação de notícias distorcidas, incensou os falsos mitos e abriu espaço para extremistas sem qualquer compromisso com a democracia. E as notícias de que os Estados Unidos ameaçam acionar sanções contra ministros do STF por causa do julgamento atual são sinais que não podem ser ignorados neste momento. Como diz a canção popular: “Primeiro é preciso julgar/prá depois condenar”.



Candidatos ao Senado nas ruas

Bia Kicis (PL) e Sebastião Coelho (Novo) estiveram na Esplanada em um protesto contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF. À noite, Erika Kokay (PT) participou de uma reunião com participantes do Instituto Bom Samaritano na Estrutural

» ANA CAROLINA ALVES
» LUIZ FELLIPE ALVES

A deputada federal e candidata ao Senado Bia Kicis (PL-DF) marcou presença na manifestação contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, na manhã de ontem, em frente ao Congresso Nacional. “A gente sabe que é um dia crucial para o futuro do Brasil. O Supremo vai decidir se a lei ainda vale para os poderosos ou se a lei só vale para perseguir os inimigos políticos de alguns ministros que não poderiam ter inimigos políticos, porque não podem fazer política”, declarou.

Bia disse esperar que o STF determine a investigação do ministro Alexandre de Moraes, porque provas não faltam. Alexandre de Moraes, precisa ser afastado imediatamente”, afirmou.

A deputada criticou o que chamou de “escalada do abuso de autoridade” e disse que jornalistas e fontes estariam sendo perseguidos. “Esse é o momento do Brasil parar tudo o que está fazendo, olhar para esse julgamento e se unir. Nós não podemos aceitar que o Supremo vire as costas para o povo e que o ministro Alexandre de Moraes continue julgando processos em que ele, inclusive, deveria ser pelo menos investigado”, ressaltou.

Bia ainda criticou o cercamento da Praça dos Três Poderes e disse estar preocupada com os rumos do país. “Eu me sinto quase que na Coreia do Norte. A Praça dos Três Poderes era a praça do povo. Hoje a gente não pode chegar lá, que está tudo cercado de grade”, afirmou.

Kicis comentou a ausência de Michelle Bolsonaro (PL) na manifestação e afirmou que a ex-primeira-dama está dedicada aos cuidados do ex-presidente Jair Bolsonaro. Segundo a deputada, Michelle, que é também candidata ao Senado, teve um pedido para contar com outras pessoas no auxílio aos cuidados do marido negado — o que, na avaliação dela, prejudica a campanha. “Ela é uma mulher, uma candidata ao Senado, que está tendo o seu direito de fazer campanha mitigado, sem dúvida, pelo Alexandre de Moraes”, afirmou.

Divulgação



Bia Kicis: que o STF determine investigação de Alexandre de Moraes

Reprodução



Coelho: se STF não afastar Moraes, poderá provocar reação popular

Michelle Bolsonaro não divulgou agenda pública, mas publicou nas redes sociais bastidores de uma gravação de conteúdo de campanha ao lado de Bia Kicis e Celina Leão (PP).

Desobediência civil

Concorrente ao Senado, o ex-desembargador Sebastião Coelho (Novo) também participou do protesto contra Moraes. “Nós estamos hoje com um dia especial, que

é o julgamento do início da abertura de um procedimento contra esse criminoso chamado Alexandre de Moraes”, declarou. Coelho afirmou que uma eventual decisão do STF de não afastar Moraes poderia provocar uma reação popular. “Eu próprio vou para as ruas e, se nós não podemos confiar nesta Suprema Corte, nós não podemos também acatar as decisões dessa Suprema Corte. Então haverá, nesse país, uma desobediência civil”, declarou.

Reprodução/Rede sociais



Michelle Bolsonaro posta story no Instagram abraçada a Celina Leão

Darcianne Diogo/CB/DA Press



Erika Kokay defende fim da escala 6x1 em instituto na Estrutural

O candidato disse estar disposto a liderar o movimento e defendeu a anulação das condenações relacionadas aos processos do 8 de Janeiro. “Bolsonaro tem que ser libertado, Débora (que escreveu “perdeu, mane” com batom na estátua A Justiça, em frente ao prédio do STF) tem que ser libertada, Felipe Martins tem que ser libertado, esses processos têm que ser anulados, essas pessoas todas colocadas em liberdade e indenizadas”, afirmou.

Sebastião Coelho responsabilizou os ex-presidentes do Senado Rodrigo Pacheco (hoje no PSB) e o atual presidente da Casa, Davi Alcolumbre (União-AP), pelo que considera falta de reação do Legislativo aos atos do Supremo. “Eu conclamo a vocês, no Brasil inteiro, se levantem. Se essa decisão não for a esperada, que todos esperamos, que se levantem, no Brasil inteiro, para as ruas. Vamos paralisar esse país. Vamos parar. Chega de

tanta iniquidade. Chega de tanta injustiça”, afirmou. “Ou o Supremo faz ou o povo fará”, completou, em discurso para manifestantes.

Fim da escala 6x1

Por sua vez, a deputada federal Erika Kokay (PT-DF), candidata ao Senado, defendeu o fim da escala 6x1 durante visita ao Instituto Bom Samaritano, na Estrutural. Para a parlamentar, a redução da jornada de trabalho deve ser acompanhada por políticas que ampliem o tempo destinado à família, à educação e ao convívio social. “Estamos tão empenhados em acabar com a escala 6x1 porque precisamos ter mais tempo para sonhar, mais tempo para a família”, afirmou Kokay. “O fim da jornada 6x1 terá o meu voto. Para que possamos ser mais felizes”, completou.

Durante a visita ao instituto, Kokay também defendeu que projetos sociais deixem de depender exclusivamente de emendas parlamentares e passem a contar com recursos previstos no orçamento. “Projetos como esses têm que estar no orçamento. Não pode estar só nas emendas”, disse.

O Instituto Bom Samaritano mantém ações voltadas a crianças e adolescentes e desenvolve atividades ligadas a esporte, educação e inclusão social. Ao falar sobre o trabalho realizado no local, a deputada relacionou as iniciativas ao combate à fome e à promoção da saúde. “Precisamos combater a fome. A fome, por muito tempo, foi naturalizada”, afirmou.

Segundo a deputada, o esporte também deve ser compreendido como parte das políticas públicas de saúde. Ela destacou a importância de iniciativas que estimulam a atividade física e oferecem alternativas de convivência para crianças e jovens. Ao tratar da infância, Kokay afirmou que políticas destinadas às crianças não devem ser vistas apenas como investimentos futuros. “Quando falamos de criança, estamos falando de futuro, de presente. Se temos um presente que acalenta crianças, faz a gente ter um presente com mais fraternidade, paz”, declarou.

A senadora Leila do Vôlei (PDT), que tenta a reeleição, não divulgou agenda pública.

Confira agenda dos candidatos ao GDF hoje

CELINA LEÃO (PP)

9h às 10h30 | Agendas institucionais e atendimentos
11h | Sabatina no SBT
12h30 | Almoço com associados da Adonep
13h | Almoço com a Aosd no Clube de Saúde
14h | Salão Nobre do Palácio do Buriti
14h30 | Coletiva de imprensa
15h30 | Visitas em São Sebastião
18h | Encontro “O Futuro de São Sebastião”, com Cris Nardes
19h | Jantar do Sinafite/DF
20h | Reunião com o Setor Primavera
21h | Grande encontro com os deputados Robério Negreiros e Rafael Prudente

JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSD)

10h30 | Sabatina O Globo/CBN/Valor

16h30 | Caminhada/Carreata Areal e Arniqueira
20h | Jornada de crescimento do Distrito Federal — Noroeste
20h30 | Reunião Evany Marinho

LEANDRO GRASS (PT)

8h30 | Panfletagem na Feira dos Goianos
19h | Ato “Brasil Pronto pra Mais no DF”, com Lula e Leandro

PAULA BELMONTE (PSDB)

10h45 | Entrevista TV Globo - DFTV1 Ao Vivo
13h30 | Panfletagem na Avenida Central de Ceilândia
16h | Reunião com Roberto Pozzatti da Comissão de Servidores do GDF em Prol do Teletrabalho

KIKO CAPUTO (NOVO)

7h | Panfletagem no Ceub conduzida pelo candidato a Vice Rafael Sampaio e pelo líder do Novo jovem João Pedro
8h | Sabatina na Asbraco
10h30 | Reunião com empresários
14h | Reunião com lideranças sindicais
15h | Reunião com lideranças comunitárias
18h | Panfletagem no Ceub conduzida pelo candidato a Vice Rafael Sampaio e pelo líder do Novo jovem João Pedro
20h | Encontro com jovens apoiadores

RICARDO CAPPELLI (PSB)

6h | Panfletagem na Rodoviária do Plano Piloto. Ponto de saída: Viçosa da Plataforma A
9h | Panfletagem em Sobradinho I

14h | Panfletagem em Sobradinho II
17h | Reunião interna de campanha
18h30 | Gravação de vídeos para TV

SAMARA MINEIRO (UP)

8h | Panfletagem e conversa com usuários do Hospital Regional de Sobradinho
11h | Participação de Sabatina em portal de Notícias
12h30 | Panfletagem no Hospital de Base
13h30 | Almoço com apoiadores na Asa Sul
17h | Reunião com apoiadores na Vila Planalto
19h | Reunião com apoiadores em Sobradinho 2

PROFESSOR ROBSON (PSTU)

9h | Reunião de planejamento de campanha

17h | Restaurante Universitário da Universidade de Brasília (UnB)

ELISSON FERREIRA (AGIR)

7h | Reunião com apoiadores em Taguatinga Centro e estação do metrô
10h40 | Reunião com empresários internacionais sobre eletromobidade para o Distrito Federal
12h30 | Almoço com apoiadores na Asa Norte
14h | Reunião com a equipe de governo
15h | Entrevista à TV Globo
16h36 | Reunião com apoiadores na Asa Norte sobre assistência social
20h30 | Encontro com apoiadores no Guará
21h30 | Encontro com apoiadores em Vicente Pires



Frente do Empreendedorismo apoia PEC da reforma do Judiciário

A FPE considerou grave o atual momento institucional brasileiro e que a crise envolvendo o Poder Judiciário ultrapassa os limites do debate político. “A deterioração da confiança nas instituições produz consequências concretas sobre a economia ao reduzir a segurança jurídica, elevar os prêmios de risco, manter os juros elevados e encarecer o custo do crédito”, destacou em posicionamento oficial. A Frente manifestou apoio à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Reforma do Judiciário, apresentada pelo deputado federal Danilo Forte (PP-CE). E afirmou que trabalhará pela coleta das assinaturas necessárias à tramitação da proposição. “A reforma do Judiciário deve ser compreendida dentro de um esforço amplo de reconstrução das condições de crescimento sustentável do Brasil”, reforçou o bloco no Congresso.

Mudança nas indicações para o STF

A PEC altera oito artigos da Constituição e muda a forma de indicação e aprovação de ministros do Supremo. Pela proposta, o STF passa a ter 11 ministros indicados de forma rotativa por Executivo, Legislativo e Judiciário, com aprovação por maioria absoluta do Congresso em sessão conjunta. Hoje, a indicação é prerrogativa exclusiva do presidente da República.



Ed Alves/CB/OA Press

Tipificação de crimes para ministros

A PEC amplia o rol de vedações aplicadas a magistrados: proíbe decisões monocráticas que suspendam a eficácia de leis, atos de chefes do Executivo e do Legislativo. Também cria a tipificação de crimes de responsabilidade para ministros do STF, de outros tribunais superiores, desembargadores e juízes, com julgamento pelo Senado.

Renner amplia atuação em Brasília

Executando o plano de expansão que prevê a abertura de até 30 unidades em 2026, a Renner, maior varejista de moda do país, inaugura nova loja no Lago Sul. A unidade teve investimento de R\$ 10,7 milhões e será a 12ª loja no DF. “Estar cada vez mais próximos dos nossos clientes no Distrito Federal faz parte da nossa estratégia de expansão e fortalecimento regional”, afirma Fabiana Taccola, vice-presidente de Produto e Operações da Lojas Renner S.A. “As novas unidades trazem o nosso modelo, que integra moda responsável, tecnologia e sustentabilidade; sempre com o cliente no centro de todas as nossas decisões.”

Divulgação



Camicado e Youcom

No ecossistema de moda e lifestyle, fazem parte do grupo a Camicado (casa e decoração); Youcom, especializada em moda jovem; e a AshuaCurve & Plus Size, dedicada a roupas femininas nos tamanhos 42 a 58. Fundada em 1965, a Lojas Renner S.A. abriu capital em 1967 e, em 2005, tornou-se a primeira corporação brasileira com 100% das ações negociadas na bolsa de valores. A companhia também integra o Novo Mercado, nível de governança corporativa da B3.

Reprodução



Sancionado regime tributário especial para datacenters

O presidente Lula sancionou a lei que cria o Regime Especial de Tributação para Serviços de Datacenter (Redata), voltado a estimular a instalação e a ampliação de centros de processamento de dados no país. A nova legislação estabelece regime tributário especial destinado a incentivar investimentos em infraestrutura digital e fortalecer o setor de tecnologia da informação.

Desenvolvimento do Centro-Oeste

A lei associa os incentivos à adoção de critérios de sustentabilidade, incluindo o uso de fontes renováveis de energia. Além disso, prevê a destinação de recursos para programas de apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico, com atenção especial às regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Agência Brasil



Projeções para decisão do Copom

O mercado financeiro tem a expectativa de que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduza em 0,25 ponto percentual (p.p.) a taxa básica de juros (Selic) em reunião de hoje. Atualmente, a taxa está em 14%, devendo baixar para 13,75%. Foram observadas tendências de queda para a inflação de 2026 (para 4,90%) na comparação com a semana anterior, que estava em 5%. Há quatro semanas, o mercado financeiro projetava uma inflação de 5,02% ao final do ano. Em relação à economia, o mercado trabalha com a projeção de crescimento de 1,89% em 2026.

INVESTIGAÇÃO

Polícia aguarda laudo sobre morte de mulher

Vítima morreu após tomar injeção em um salão de beleza do P Norte, em Ceilândia, e sofrer uma grave reação alérgica

» DARCIANNE DIOGO

A Polícia Civil (PCDF) aguarda o resultado dos laudos do Instituto de Medicina Legal (IML) e do Instituto de Criminalística (IC) para estreitar as investigações acerca da morte da professora Lidiane Gomes de Souza Alves, 50 anos. A mulher faleceu após receber uma injeção no glúteo com a promessa de combater a queda de cabelo e fortalecer os fios, em um salão do P Norte, em Ceilândia. O delegado Petter Ranquetat, adjunto da 23ª Delegacia de Polícia (P Sul), afirmou ter colhido, desde a data do fato, 5 de setembro, depoimentos cruciais para as apurações. Entre eles, de clientes, da proprietária do salão, funcionárias e do marido da professora. O laudo do IML, explica o investigador, determinará se a causa da morte ocorreu em decorrência da aplicação do produto.

A vítima apresentou sudorese intensa, falta de ar e tosse. Foi levada pelo marido, Valdeci Alves dos Santos, à Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do P Norte, mas sofreu uma parada cardiorrespiratória no trajeto e não resistiu às complicações causadas por um choque anafilático decorrente da reação alérgica.

Nas diligências, os policiais civis apreenderam frascos de produtos químicos, que foram enviados para análise do IC. “Foram recolhidos vários produtos que, por ser profissional de salão, é normal que tenha, mas acreditamos que alguns deles fujam desse escopo e sejam as supostas substâncias aplicadas. O exame irá detectar a natureza”, detalhou o delegado.

Ainda de acordo com Ranquetat, a suspeita postava, nas redes sociais, propagandas do produto. Não confirmou-se, no entanto, se

Redes sociais/Reprodução



A professora Lidiane Gomes tinha 50 anos e morreu no último dia 5

mais pessoas receberam as substâncias no salão. O caso é investigado como exercício ilegal da medicina e eventual homicídio culposo. A dona do salão, suspeita pela morte, não está presa.

Sem licença

Segundo o Conselho Federal de Biomedicina (CFBM), a mulher que aplicou a substância não tem registro nos Conselhos Regionais de Biomedicina (CRBMs), nem habilitação em biomedicina estética. Dessa forma, não estava autorizada pelo sistema CFBM/CRBMs a atuar na área, tampouco a realizar procedimentos estéticos ou aplicações injetáveis na condição de profissional da categoria.

Por não integrar os quadros do conselho, a responsável por aplicar a medicação não está sujeita a processos ético-disciplinares pela autarquia, ficando a apuração restrita ao âmbito criminal e administrativo dos órgãos públicos. O CFBM

reforçou que, para atuar como biomédico esteta (aquele graduado em biomedicina com especialização em saúde estética), é obrigatório possuir habilitação específica e estar devidamente inscrito e regularizado no conselho regional.

A entidade explicou, ainda, que clínicas e profissionais da área precisam de inscrição de pessoa jurídica ou certidão de regularidade técnica emitidas pelo CRBM, além do alvará sanitário. O conselho disse atuar em parceria com a Polícia Civil, o Ministério Público Federal e a Vigilância Sanitária em casos de atuação irregular que fogem ao alcance do órgão.

A Secretaria de Saúde do DF (SES-DF) reforçou, também, que o estabelecimento onde funcionava o salão operava de forma totalmente clandestina: o endereço é um imóvel exclusivamente residencial, sem alvará sanitário, sem cadastro na Vigilância Sanitária e sem registro de CNPJ para atividades comerciais de saúde ou estética.

MINISTÉRIO DA CULTURA, PETROBRAS E SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA DO DISTRITO FEDERAL APRESENTAM

59.

FESTIVAL DE BRASÍLIA DO CINEMA BRASILEIRO

11 A 19 DE SETEMBRO

Ceilândia
Planaltina
Plano Piloto
Samambaia
Taguatinga

APRESENTA

BR PETROBRAS

PATROCÍNIO

BNDES

PATROCÍNIO ESPECIAL

BRB

REALIZAÇÃO

Instituto FIlvorada Brasil

Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

MINISTÉRIO DA CULTURA

SEBRAE



Fotos: Mariana Campos/CB/D.A Press



Laudir Tonietto e Jair Coser



Mara Santalla e Christian Santalla



Daniela e Sergio Kniggendorf



Jess Fernandes e Giovanna Rodrigues

A cultura do fogo está de volta

Depois de 10 anos fechado, o restaurante Corrientes 348 está de volta à capital. Agora localizada no novo Partage Lago Sul Shopping, ao lado do aeroporto, a casa foi inaugurada na última segunda-feira e reintroduziu o conceito das tradicionais e autênticas parrilhas à Brasília. Original de São Paulo e com unidades no Rio de Janeiro, a casa conta com um cardápio dedicado a cortes nobres, entradas, acompanhamentos e sobremesas com influências argentinas, além de uma carta de vinhos com mais de 170 rótulos e drinques autorais.



Alex Corcino, Livia Asseruy e Bruno Pessoa



Daniel e Tati Pinardon

Divulgação/CasaPark



Romy Tokarski, Ivana Valença e Rogy Tokarski

Esporte e bem-estar

Primeira corrida de rua realizada no Park Sul, a Casapark + Farmacotécnica Run reuniu cerca de 400 atletas em um percurso de cinco quilômetros e recebeu mais de 800 pessoas ao longo da manhã do último domingo. Além da prova, a programação contou com aulas de ioga, dança e SlimFit, massagens, imersão no gelo e práticas de recuperação na Arena Wellness. A iniciativa surgiu de uma parceria entre o Casapark e a Farmacotécnica, que completa 50 anos em 2026.

Divulgação/CasaPark



Eliene Lucindo, Marlene Véria de Paula e Maria Carolina Lancelle

Divulgação/Felipe Pereira



O diretor dos JEBs, Antônio Hora Filho, o secretário de Esporte e Lazer, Renato Junqueira e o presidente da CBDE, Robson Aguiar

Competição escolar

Os Jogos Escolares Brasileiros (JEBs) 2026 estão tomando conta de diversos pontos da capital até 26 de setembro. Realizada no último domingo, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, a abertura contou com a presença de autoridades e atletas embaixadores para dar início oficial à competição, que reúne mais de 5,4 mil estudantes-atletas de 12 a 14 anos, vindos dos 26 estados e do DF. Ao todo, 2.349 escolas públicas e privadas estão representadas na disputa de 19 modalidades esportivas, ao longo de 15 dias.

Confira mais fotos e eventos no blog Viva Brasília. Acesse: newblogs.correiobraziliense.com.br/vivabrasilia

FISCALIZAÇÃO

Distribuidoras burlam horário

DF Legal identificou estabelecimentos que vendem bebidas alcólicas e alteraram a documentação para atuar como outro tipo de comércio e continuar funcionando após a meia-noite

» DAVI CRUZ

Um ano e seis meses após a determinação de que as distribuidoras de bebidas do Distrito Federal funcionem das 6h à meia-noite, a Secretaria de Estado de Proteção da Ordem Urbanística (DF Legal) identificou comércios que têm burlado a medida. A pasta alega que donos de lojas têm alterado a documentação e o

tipo de atividade registrada para prolongar o funcionamento dos estabelecimentos para além da meia-noite. Em 10 de março de 2025, foi publicada a Portaria Conjunta nº 1 estabelecendo o limite de meia-noite para o atendimento ao público pelas distribuidoras de bebidas. A norma foi adotada após estudos que apontaram a relação entre o horário prolongado desses comércios e a ocorrência de crimes violentos, principalmente,

durante a madrugada. Fora do período autorizado, é permitido apenas o serviço de entrega por aplicativo, mas deve ser realizado com as portas do estabelecimento fechadas.

Segundo a DF Legal, para burlar a lei, os estabelecimentos alteraram CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), que tipifica a empresa, mas continua exercendo apenas atividade de distribuidora. “Isso pode ser entendido como preenchimento errado do RLE (Registro e Licenciamento de Empresas) e o comércio está sujeito a ser fechado”, explicou a DF Legal.

Fiscalização

A Polícia Militar (PMDF) ajuda a fiscalizar se os estabelecimentos estão abrindo fora do horário permitido e, caso esteja, emite um Termo de Constatação de Infração (TCI), por meio do aplicativo Nexus, utilizado pela corporação. O documento é encaminhado para a DF Legal, órgão responsável por adotar as medidas administrativas.

Segundo a corporação, entre

SSP/Divulgação



Forças de segurança realizam operação em distribuidoras abertas fora do horário permitido

setembro do ano passado e setembro de 2026, a PMDF confeccionou 693 TCIs relacionados a distribuidoras de bebidas. A medida integra a Operação Quinto Mandamento (“não matará”), coordenada pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF).

De acordo com o subsecretário de Operações Integradas da SSP-DF, coronel Carlos Melo, a restrição foi estabelecida após análises que apontaram uma relação geográfica entre ocorrências de homicídio, distribuidoras de bebidas e o consumo de álcool durante a madrugada. “Percebemos que era necessário estabelecer alguma medida ou protocolo para fazer alteração nesse horário e verificar essa relação entre local, o consumo de álcool e o crime de homicídio”, explicou.

Dados

Segundo dados da Secretaria de Segurança Pública, houve uma redução nos homicídios, tentados e consumados, registrados no interior ou nas imediações de distribuidoras, durante o dia, entre janeiro e

agosto deste ano. No mesmo período, foram contabilizadas 40 ocorrências em 2024; 37 em 2025; e 24 neste ano, queda de 35,1% em relação ao ano passado.

Durante as madrugadas, período diretamente atingido pela restrição, foram 16 ocorrências em 2024; 17 em 2025; e oito em 2026, redução de 52,9% na comparação com o ano passado.

Penalidades

Segundo a DF Legal, quando uma distribuidora é flagrada funcionando após a meia-noite, ela é interditada até o dia seguinte. Caso haja reincidência, é interditada novamente e recebe uma multa. O valor inicial é de R\$ 1.628,85, multiplicado pelo índice “k” correspondente ao porte da empresa: microempresas (3), empresas de pequeno porte (5), empresas de médio porte (7) e demais empresas (10). Há possibilidade de desconto de 50% do valor se o infrator for microempresa e empresa de pequeno porte.

Defesa

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Bebidas no DF e Entorno (Sintrabe), Alberto Santos, defendeu os comércios de bebidas diante de acusações de descumprimento da legislação. “Primeiro tem que provar que essas pessoas estão fazendo algo de errado. A partir do momento que eles conseguem provar que há uma tentativa de burlar a norma vigente, o sindicato não vai compactuar com essas atitudes”, afirmou.

Sobre a relação entre as distribuidoras e os casos de homicídio, o representante afirmou que a responsabilidade pela segurança pública deve ser atribuída ao Estado, e não aos empresários, trabalhadores ou frequentadores desses estabelecimentos. “Se o Estado não tem o contingente suficiente para garantir a segurança é necessário que haja um novo concurso público e aumento o efetivo, e não dizer que o empresário está aumentando a criminalidade”, acrescentou.



AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES



AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 151/2026

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição de veículos automotores destinados às ações de fiscalização, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Data de início de recebimento de propostas: 15/09/2026, 08h00. Forma de apresentação: Eletrônica. Data de Abertura: 30/09/2026, 10h00 Endereço eletrônico do Edital: <https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnetweb/public/compras/acompanhamento-compra?compra=39300105001512026>

Adão Cabral Formiga
Agente de Contratação

Eleições

2026

A **POLÍTICA** começa na sala de **AULA**

eu ESTUDANTE

Projeto de extensão da Universidade de Brasília (UnB), o Política na Escola (PNE), ensina a crianças da rede pública de ensino que cidadania vai muito além das votações que elegem representantes em cargos públicos

» VITÓRIA TORRES
» LUIZ FRANCISCO*

Política costuma ser associada às urnas e aos órgãos onde as decisões de interesse público são legisladas, executadas e fiscalizadas, mas também está presente onde crianças e adolescentes passam boa parte do dia: a escola. É nesse espaço que aprendem sobre direitos e deveres, convivência coletiva, relações de poder, tomada de decisões e participação social. Com esse olhar, a Universidade de Brasília (UnB), por meio do Instituto de Ciência Política (Ipol), desenvolve o projeto de extensão Política na Escola (PNE), para mostrar que a cidadania está presente nas decisões diárias.

Voltado a estudantes do 4º e do 5º ano do ensino fundamental da rede pública, o projeto escolhe uma escola por ano para desenvolver as atividades. Neste ano, a instituição selecionada foi a Escola Classe 115, da Asa Norte. A cada 15 dias, integrantes do PNE vão até a unidade de ensino para conduzir atividades e ensinar aos alunos conceitos relacionados à política.

De acordo com o coordenador do projeto de extensão, Vladimir Ferrari Puzone, a proposta vai além do debate sobre eleições. “A ideia é que a gente consiga discutir alguns temas da política que os alunos aprendem na graduação. Não só a questão eleitoral, mas o que significa cidadania, o que significa participar da vida comunitária, além de questões como racismo e povos originários. Tudo isso para que os alunos do Ipol possam contribuir para a educação política de crianças”, explica o professor.

Embora a maioria dos participantes seja do Instituto de Ciência Política (Ipol), o projeto aceita estudantes de todos os cursos da UnB para contribuírem de diferentes formas. “Temos alunos, por exemplo, da pedagogia, que dão uma contribuição e uma outra visão muito boa”, completa Valdimir.

Antes de entrar em sala de aula, os estudantes passam por uma preparação que inclui formação psicopedagógica para lidar com temas que podem gerar diferentes opiniões e debates entre as crianças. “Os alunos já vêm com essa carga de discussões e leituras, mas também fazem uma preparação psicopedagógica. A gente conta com pessoas especializadas na área, tanto da pedagogia quanto da psicopedagogia, para poder auxiliar os alunos com a tarefa mais difícil, que é lidar com certas questões que podem ser polêmicas entre os alunos”, conta o coordenador. “Os participantes também reveem os roteiros. A gente faz uma preparação prévia sobre cada um dos temas, examina o roteiro, estuda e adequa”, completa.

Em ação

O estudante de ciência política Kaio Pereira, de 21 anos, é um dos responsáveis por organizar os roteiros que ocorrem nas classes. Ele conta que o intuito dos programas é fugir do senso comum que as crianças aprendem com os pais

Fotos: Luiz Francisco/CB/DA Press



Os encontros entre professores da UnB e alunos da Escola Classe 115 da Asa Norte ocorrem quinzenalmente



O Política na Escola faz parte do Instituto de Ciência Política da UnB



Projeto também está aberto a estudantes de todos os cursos da universidade



As pedagogas e alunas do 5º ano destacam a importância do projeto para a escola



Vladimir Puzone entre os alunos Maria Burmann e Kaio Pereira

ou na própria escola por meio de atividades lúdicas e interativas. “Tentamos mostrar que elas já são atores políticos, mesmo sendo crianças. Por isso, criamos brincadeiras para que elas consigam entender temas políticos complexos em uma linguagem mais fácil e acessível”, destaca.

Maria Burmann, 20, também aluna de ciência política e coordenadora de comunicação do PNE, relata que abordar a política nas salas de aulas é um “desafio” porque as crianças não têm a mesma visão que outros estudantes desenvolvem no ensino médio ou na universidade e, por isso, as dinâmicas são importantes. “É muito significativo, porque elas entendem por meio das brincadeiras de voto e começam a aplicar isso (aprendizado do PNE) no dia a dia, votando sobre o vão comer no recreio ou outras questões da sala”, conta. Kaio também narra que entrou no

projeto ao ser apresentado por veteranos da universidade. “Gostei da ideia de transmitir os ensinamentos da política para as crianças”, defende. Maria reforça que a experiência trouxe mais ânimo de participar. “Depois dos encontros que realizamos na Escola Classe 21 do Gama, as professoras estavam desesperadas e perguntavam o que nós fizemos com as crianças, porque elas queriam decidir algo apenas por votação. Isso me marcou muito”, lembra.

Consciência

Em sala de aula e nas atividades do dia a dia, as pedagogas da Escola Classe 115 enxergam que a experiência amplia o olhar das crianças. Para a educadora Rahyssa Ferraz, o projeto estimula a formação de cidadãos mais críticos. “Política é aquilo que eles estão vi-

vendo, como a escolha de um representante de turma, a decisão se vão jogar vôlei, queimada ou futebol na quadra. A ideia é formar cidadãos críticos. Nós, como educadoras, queremos crianças questionadoras”, disse.

Mariana Espíndola afirma que ajudou na compreensão de temas que costumam ser considerados complexos, como a divisão dos poderes. “Quando veio o nome do projeto, eles falaram: ‘Vai ser algo sobre o governo’. Quando eles perceberam que é uma prática do dia a dia deles, clareou ainda mais essa visão. Temas que muitas vezes são bichos de sete cabeças para muitos adultos, como os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, por meio de brincadeiras, se tornaram algo que eles têm muita desenvoltura para falar”, observou a pedagoga. “Acho que traz essa chama investigativa. Quando eles puderem votar, não vão só olhar a

propaganda eleitoral, e falar: ‘Me identifiquei com esse’. Eles vão saber por onde investigar, qual é toda a estrutura de governo para que eles possam ter uma melhor decisão e não só por influência dos outros”, concluiu Mariana.

Também pedagoga, Juliana Queiroz Ferreira avalia que o projeto complementa o trabalho desenvolvido pela escola. “A escola sempre foi muito politizada. O projeto veio para somar. É importante construir essa reflexão acerca de que eles fazem parte do cotidiano civil e político. Crianças também trazem assuntos bem aprofundados a respeito de política. Eles falam sobre a estrutura de governo, alguns falam de candidatos propriamente ditos e propostas. Estão bem antenados sobre isso”, conclui.

*Estagiário sob a supervisão de Patrick Selvatti

LIBERTADORES Fluminense perde para o Platense na Argentina, mas avança no placar agregado por 3 x 2 graças ao triunfo no Maracanã. Classificação marcada pelos protagonismos do meia Canobbio e do goleiro Fábio termina em confusão generalizada

Tapa rumo à semifinal

MARCOS PAULO LIMA

O Fluminense está nas semifinais da Copa Libertadores da América pela terceira vez. Vice em 2008 e campeão em 2023, o tricolor das Laranjeiras tomou um susto ao ver o Platense abrir 2 x 0 no primeiro tempo e empatar o placar agregado em 2 x 2 no primeiro tempo, ontem, no Estádio Ciudad de Vicente López, mas reagiu na etapa final. O meia uruguaio Canobbio balançou a rede na etapa final e o time carioca avançou por 3 x 2 depois graças ao triunfo sem ser vazado no Maracanã na semana passada. O primeiro tempo do Fluminense foi terrível. O Platense pressionou dentro de campo organizado pelo técnico Martín Palermo, ex-Fortaleza, e na arquibancada com uma torcida pilhada. O primeiro gol saiu aos 29 minutos da etapa inicial. Mainero finalizou de fora da área, a bola desviou no volante Hércules e impediu a defesa do goleiro Fábio.

A abertura do placar empolgou a torcida do Platense. Quando o Fluminense parecia controlar o ímpeto do adversário, Mainero apareceu novamente para construir um lance de gol. O meia escapou da marcação do lateral-esquerdo Renê e cruzou para a área. Thiago Silva não viu a movimentação de Sepúlveda nas costas dele e viu o centroavante cabecear para o fundo da rede.

O técnico Marcão aproveitou o intervalo para acalmar o Fluminense e mudar a postura do time no início do segundo tempo. Depois de finalizar apenas uma vez na etapa inicial em um chute do meia Paulo Henrique Ganso, o gol da classificação saiu dos pés de Canobbio. O uruguaio roubou a bola, entregou-a para Martinelli e o volante acionou rapidamente o atacante Hulk. Inteligente, ele aguardou a passagem de Canobbio e o meia chutou firme no cantinho de Cozzani para diminuir o marcador.

O Fluminense teve pelo menos duas oportunidades para ampliar o placar. Em uma delas, Hulk chegou atrasado e finalizou sem ângulo para fora. Em outra ação ofensiva, Hércules recebeu a bola na entrada da área, tentou acertar o ângulo esquerdo do Platense, mas mandou a bola para fora. Os argentinos quase fizeram o terceiro em uma sequência de escanteios. Coube ao goleiro Fábio operar um milagre nas tentativas em série de Vázquez e de Mendía. O Fluminense

Marcelo Gonçalves / Fluminense FC



O meia uruguaio Agustín Canobbio finaliza com perfeição para diminuir o placar no segundo tempo, ontem, na derrota por 2 x 1 para o Platense

PLATENSE 2	FLUMINENSE 1
Cozzani; Lagos, Ignacio Vázquez, Mendía e Saborido; Pablo Ferreira, Barrios, Mainero (Gauto) e Merlini (Zapola); Sepúlveda e Retamar	Fábio; Guga, Thiago Silva, Millán e Renê; Martinelli, Hércules (Otávio) e Ganso (Lucho Acosta); Canobbio (Guilherme Arana), Hulk (Castillo) e Soteldo (Serna)
Técnico: Martín Palermo	Técnico: Marcão
Gols: Mendía, aos 29, e Sepúlveda, aos 46 minutos do primeiro tempo. Canobbio, aos 11 do segundo tempo Cartões amarelos: Ignacio Vázquez, Lagos e Gauto (PLA). Millán e Ganso (FLU) Público e renda: não divulgados Árbitro: Cristian Garay (CHI)	

ganhou tempo com substituições no fim da partida e administrou o resultado no sufoco até os 49 minutos, quando o apito final decretou a classificação para as semifinais. O fim da partida foi marcado por confusão dentro do gramado. O zagueiro Freytes sofreu agressão e a torcida invadiu o gramado enquanto os tricolor celebravam a classificação para as semifinais.

Decisivo

Canobbio saiu de campo como um dos grandes heróis do Fluminense na dramática classificação para a semifinal da Libertadores. “Totalmente feliz. Foi uma partida dura no primeiro tempo, não nos encontramos em campo. No segundo tempo, tínhamos de jogar melhor com a bola e procurar os

Cesar Greco/Palmeiras



Giay tem um gol e uma assistência no papel de ala-direito no sistema 3-4-3

ampliando o placar. O lateral, que durante tanto tempo foi cobrado pela falta de participação ofensiva, desembarcou em Quito em outro momento. Derrotado por 1 x 0 no Nubank Parque na semana passada, a LDU precisa buscar o resultado. O Palmeiras carrega a vantagem mínima. Precisa de um empate para

AGENDA

Ontem Platense 2 x 1 Fluminense Ida: 0 x 2	Hoje 19h LDU x Palmeiras Ida: 0 x 1
21h30 Corinthians x Estudiantes Ida: 1 x 1	Amanhã 21h30 Flamengo x Ind. del Valle Ida: 2 x 0

espaços. E, assim, encontramos as situações, marcamos, quase empatamos”, disse Canobbio, que levou os louros da classificação ao lado do goleiro Fábio, autor de duas defesas cinematográficas que sustentaram o placar em 2 x 1. A confusão ficou generalizada com brigas entre jogadores e membros das comissões técnicas. Vândalos encapuzados acessaram o

Mundial Sub-20

O Brasil entra em campo hoje, às 10h, para enfrentar os EUA pelas oitavas de final da Copa do Mundo Sub-20 na Arena Katowice, na Polônia. O jogo terá transmissão ao vivo pelo SporTV e pela Cazé TV. “Acredito que qualquer adversário seria desafiador. Estudamos nosso adversário para saber suas características, mas isso não muda. Para nós, qualquer jogo é como se fosse final desde a nossa estreia”, comentou a técnica brasileira Camilla Orlando. Quem avançar pega Espanha ou Portugal.

21h30

Neo Química Arena: São Paulo
Libertadores: quartas de final (volta)



CORINTHIANS

Hugo Souza; Matheuzinho, Gabriel Paulista, Gustavo Henrique e Matheus Bidu; Allan, Carrillo, Bidon e Garro; Kaio César e Depay
Técnico: Fernando Diniz



ESTUDIANTES

Muslera; Benedetti, González Pérez, Núñez, Mancuso; Castro, Pivov, Rodríguez; Tobio Burgos, Correa e Carrillo
Técnico: Alexander “Cacique” Medina

Transmissão : Globo, GETV e Paramount+
Árbitro : Jesús Valenzuela Sáez (VEN)



Poupado contra o Fla, Memphis entra em campo hoje à noite

Corinthians joga por vaga à semi

O Corinthians chega ao confronto decisivo contra o Estudante, hoje, às 21h30, na Neo Química Arena, pressionado pela sequência sem vencer no Campeonato Brasileiro. A última derrota, para o Flamengo, no domingo, aumentou as dúvidas em relação ao momento da equipe comandada pelo técnico Fernando Diniz. Além disso, o Timão ocupa atualmente a 13ª colocação no campeonato com 32 pontos.

O cenário é diferente na Libertadores. O Corinthians arrancou um empate diante do Estudantes na Argentina e agora conta com o apoio da torcida para buscar a classificação. Uma vitória na Neo Química Arena coloca o Timão na semifinal. Raniele, que cumpriu suspensão no primeiro jogo, está disponível para Fernando Diniz.

O Estudantes chega para o confronto com a missão de impedir mais uma classificação brasileira. Depois de empatar em casa no jogo de ida, a equipe argentina sabe que precisará apresentar uma atuação sólida em São Paulo para avançar. Por isso, a expectativa é de um duelo acirrado, principalmente diante da pressão que a torcida corintiana deve exercer.

O Estudantes vive fase irregular no Torneo Clausura. A equipe poupou boa parte dos titulares no fim de semana contra o Platense, buscando chegar mais descansado ao duelo de hoje à noite em São Paulo. Sob o comando de Alexander Medina, no entanto, os argentinos terão baixas importantes por lesão, como os atacantes Lucas Alario e Tiago Palacios.

Giay vira peça-chave do Palmeiras contra a LDU

Por que Agustín Giay agora faz gol e dá assistência? A resposta pode estar na combinação entre maturidade, confiança e um Palmeiras que encontrou novas maneiras de aproveitar o lateral argentino. Depois de 94 jogos pelo clube sem participar diretamente de um gol, Giay deu o primeiro passe para gol contra o Santos. Poucos dias depois, marcou pela primeira vez com a camisa alviverde — justamente diante da LDU, no jogo de ida das quartas de final da Libertadores. O duelo de volta é hoje, às 19h, no Estádio Rodrigo Paz Delgado, em Quito.

A mudança chama atenção também pelo momento tático. Giay passou a atuar mais avançado e a aparecer com maior frequência no último terço do campo. A saída de Allan, que também ocupava o corredor direito em determinadas formações, modificou a distribuição de espaços do setor. O sistema

com três agueiros deu ao argentino mais protagonismo e liberdade para atacar.

O próprio Abel Ferreira sempre enxergou em Giay uma característica fundamental. Depois da assistência contra o Santos, o português resumiu: “Ele erra passes, cruzamentos, mas entrega tudo o que tem”, pondera. A dedicação do argentino é justamente uma das razões para a evolução. “Temos um treinador muito bom, ajuda muito a todo mundo. Quando as coisas não correm bem, ele fica perto do jogador”, agradeceu. Giay e Flaco López estão convocados pelo técnico Lionel Messi para os amistosos da Argentina na Data Fifa.

Os números começam a acompanhar o esforço. Mo gol contra a LDU, Giay estava dentro da área para aproveitar o rebote de uma finalização de Vitor Roque. Mais tarde, encontrou Heittor com um cruzamento preciso, quase

avançar às semifinais. Se o jogo oferecer espaço para os jogadores de lado atacarem, Giay pode novamente estar no lugar em que começou a aparecer com mais frequência: perto da área, onde gol e assistência deixaram de ser exceção e passaram a fazer parte do repertório do ala contratado em julho de 2024 por 7 milhões de euros. (MPL)

19h Rodrigo Paz Delgado: Quito (EQU) Libertadores: quartas de final (volta)	
LDU Valle; Weigandt, Allala, Adé e Carabalí; Cornejo, Pretell e Villamil; Corozo, Yerlin Quiñónez e Estrada Técnico: Gustavo Álvarez	
PALMEIRAS Carlos Miguel; Fuchs, Murilo e Barboza; Giay, Marlon Freitas, Andreas Pereira e Arthur (Piquerez); Arias, Flaco López e Vitor Roque Técnico: Abel Ferreira	Transmissão : Paramount+ Árbitro : Wilmar Roldán (Colômbia)

ESPORTES

SUL-AMERICANA Cruzmaltino joga bem, bate o Santa Fe e chega à segunda semifinal de copa na temporada de 2026

O Vasco é copeiro

O Vasco transformou São Januário no palco de mais uma noite continental e está entre os quatro melhores da Copa Sul-Americana. Seguro, superior durante boa parte do confronto e sem dar espaço para uma reação do Independiente Santa Fe, o time comandado por Pedro Emanuel venceu por 2 x 0, ontem, e carimbou a vaga na semifinal da competição, repetindo o feito da Copa do Brasil.

Depois do empate por 0 x 0 em Bogotá, qualquer vitória era suficiente para o Vasco avançar. O time carioca não se limitou a administrar a vantagem de jogar diante da torcida e buscou assumir o controle da partida desde a primeira etapa.

O Santa Fe assustou logo nos primeiros minutos. Rodallega apareceu duas vezes e obrigou Léo Jardim a trabalhar. Primeiro, o goleiro vascaíno fez boa defesa. Pouco depois, o atacante colombiano cobrou falta e viu a bola passar perto do travessão.

Superada a pressão inicial, o Vasco passou a encontrar espaços, especialmente pelo lado esquerdo, com Marino participando das principais construções ofensivas. A recompensa chegou aos 36 minutos. Após jogada iniciada pelo colombiano, Saldivia ficou com a sobra e cruzou para a área. Bruno Duarte apareceu para concluir e abrir o placar em São Januário.

A vantagem não mudou a postura vascaína depois do intervalo. O time cruzmaltino continuou pressionando

Mauro Pimentel/AFP



Bruno Duarte abriu o caminho para o cruzmaltino se posicionar entre os quatro melhores do torneio

e ampliou aos 19 da segunda etapa em uma jogada bem construída pelo ataque. Tchê Tchê abriu para Puma Rodríguez pela direita. O lateral levantou a cabeça e colocou a bola na medida para David, que ganhou pelo alto e cabeceou para fazer o segundo.

Precisando reagir para continuar vivo, o Santa Fe tentou aumentar o ritmo. Jhojan Torres conseguiu

encontrar Rodallega na entrada da área, mas o atacante bateu cruzado e parou novamente em Léo Jardim. Foi pouco para ameaçar a classificação do rival.

Com dois gols de vantagem, o Vasco soube diminuir os espaços, controlar o restante da partida e impedir que o adversário transformasse os minutos finais em pressão.

A classificação também amplia o bom momento do Vasco em uma fase decisiva da temporada. Além de estar na semifinal da Copa do Brasil, time vinha de vitória por 2 x 1 sobre o Grêmio, em Porto Alegre, pelo Campeonato Brasileiro, e agora soma mais um resultado importante antes de voltar as atenções para a luta contra a zona de rebaixamento.

Raul Baretta/Santos



Peixe venceu o Galo por 2 x 0 na partida de ida na Vila Belmiro

Santos defende boa vantagem contra o Atlético-MG

Com três vitórias consecutivas no Campeonato Brasileiro, fruto de um futebol cada vez mais requintado graças a união dos novos contratados com os principais jogadores do elenco, o motivado Santos leva a boa fase para Belo Horizonte, onde, hoje, às 19h, enfrenta o Atlético-MG pelo jogo de volta das quartas de final da Sul-Americana. Vencedor do confronto na Vila Belmiro, na semana passada, por 2 x 0, o alvinegro paulista pode perder por um gol diferença para se classificar entre os quatro melhores do torneio continental. A ESPN exibe a partida ao vivo.

Com várias opções para montar a equipe, depois que vários jogadores foram contratados recentemente, o técnico Cuca deverá voltar a formar a zaga com quatro homens, deixando de lado a formação com três zagueiros. O meio de campo mais uma vez poderá contar com cinco homens atuando juntos, mas desta vez com dois volantes: Gustavo Henrique e Oliva.

O trio Rollheiser, Gabriel Bontempo e Rony, que tiveram grande atuação na vitória de sábado sobre o Cruzeiro, vai municiar Gabriel Barbosa, ausente do jogo do fim de semana.

Neymar segue em tratamento médico e não é opção para Cuca escalar o Santos na Arena MRV. “Se passarmos, podemos priorizar a Sul-Americana”, afirmou o comandante alvinegro.

Do lado do Atlético-MG, é proibido admitir que reverter o resultado seja uma missão impossível. Ainda na Vila Belmiro, o técnico Eduardo Dominguez esbanjou confiança, ao dizer que o Santos “deixou o Galo com vida” para a disputa na Arena MRV, que estará completamente lotada.

Embalado pela classificação no mata-mata da Copa do Brasil

contra o rival Cruzeiro, também em casa, o treinador argentino confia no bom momento vivido pelos experientes Fred e Bernard para tentar os três gols de vantagem ou pelo menos dois no tempo regulamentar e levar a disputa para as penalidades máximas.

O maior desfalque continua sendo o goleiro Éverton, com uma fratura no pé esquerdo. Gabriel Delfim segue como titular. Já a dúvida é com relação ao aproveitamento de Tomás Cuello, que machucou a perna direita na vitória sobre o Fluminense. Se ele não puder jogar, Reinier fica com a vaga.



Prêmio Correio Braziliense CASACOR / BRASÍLIA 2026

Os melhores ambientes merecem o seu voto!

Votação aberta para o Prêmio Correio Braziliense CASACOR Brasília 2026.

Vote nos ambientes que mais te encantaram com criatividade, inovação e emoção na maior mostra de arquitetura, paisagismo e design de interiores de Brasília.



Não perca essa oportunidade
ESCOLHA OS SEUS FAVORITOS

Realização:

CORREIO
BRAZILIENSE

CASACOR
/ BRASÍLIA

Produção:

CB Brands
ESTÚDIO DE CONTEÚDO

ESPORTES

PRÉ-OLÍMPICO Na primeira rodada do Sul-Americano, a Seleção não teve vida fácil, mas venceu o Chile em três parciais

Brasil larga com força

PEDRO BUENO

Toda a preparação da Seleção Brasileira rumo ao Sul-Americano Masculino de Vôlei foi marcada pelo nervosismo devido aos resultados recentes. E o início do jogo de ontem também contou com essa característica, até com o Chile liderando o primeiro set em alguns momentos. No entanto, o Brasil conseguiu afastar esse sentimento ruim, bateu o rival por 3 sets a 0 (25/23, 25/16 e 25/21) e estreou bem no torneio continental disputado no Maracanãzinho.

A primeira partida do time de Bernardinho nessa importante semana no Rio de Janeiro já contava com o risco de ser bem nervoso por causa da pressão. A inédita eliminação na fase inicial da Liga das Nações de Vôlei (VNL) deixou o clima ruim, e os jogadores passaram por meses de treinamento com o nervosismo pairando. Eles sabiam que a melhor resposta seria na bola. E eles deram.

Mesmo após um primeiro set tumultuado, com oscilações e sem

conseguir abrir vantagem, a Seleção Brasileira Masculina de Vôlei se concentrou na reta final da parcial inicial e dominou o restante da partida, sem novos sustos e animando o — desconfiado — torcedor que esteve em número baixo no ginásio carioca.

Agora, o Brasil terá um novo compromisso no Sul-Americano Masculino de Vôlei no mesmo local e horário. Hoje, às 20h, a Seleção Masculina enfrentará a Bolívia na segunda rodada do torneio continental. O SporTV transmite as partidas da corrida por vaga nos Jogos Olímpicos de Los Angeles-2028.

Como foi o jogo

Antes mesmo de estreiar no Sul-Americano Masculino de Vôlei, o Brasil teve uma baixa: gripado, o oposto Darlan nem sequer aqueceu com o restante do elenco e ficou fora da partida. Com isso, Bernardinho escalou o time com Flávio, Judson, Adriano, Lucarelli, Bryan, Cachopa e Maique.

E, mesmo com o bom início do substituto Bryan, a Seleção

Brasileira teve muitas dificuldades no primeiro set. Isos é possível ver que a vantagem máxima até o 22º ponto foi somente de duas bolas, com o Chile com a liderança do placar em cinco oportunidades — a última em 17/16. Só que na reta final, o Brasil abriu uma margem maior e, mesmo com o Chile apertando, venceu: 25/23.

Por outro lado, o segundo set teve um desenho completamente diferente. Apesar de um começo animado dos chilenos, responsáveis pelos primeiros pontos, o Brasil acelerou rapidamente e chegou a ter oito pontos de vantagem em 13/5, o que deixou o time confortável na reta final da parcial. O resultado disso foi uma tranquila vitória: 25/16.

Empolgado com a boa atuação no segundo set, a Seleção Brasileira conseguiu dar sequência à soberania na terceira parcial para confirmar a vitória na estreia. Sem dar brechas ao rival, o Brasil ostentou até seis bolas de vantagem em 13/7 e liderou do início ao fim, para empolgar a torcida e garantir o triunfo: 25/21.

Maior pontuador da partida com

13 pontos, o ponteiro Adriano destacou a importância de começar o Sul-Americano com vitória. “Estreia dá aquele nervosismo, aquele frio na barriga. Sabemos da importância da competição. Então, entramos em quadra focados e querendo fazer o nosso melhor”, destacou, lembrando a dificuldade da temporada. “Tem sido um ano bem difícil desde a Liga das Nações e fizemos um pacto. Estamos treinando. Fizemos uma excursão que foi difícil para todo mundo. Cada um sabe o que passou. Vamos deixar o nosso melhor em quadra, como equipe, fazer o que a gente pode”, analisou.

O ponteiro pediu, ainda, seriedade diante dos próximos rivais. “Sabemos da importância de cada jogo. Sabemos que nenhum é fácil e não podemos entrar com essa mentalidade. Vamos fazer o que treinamos durante o ano todo e conquistar o que é nosso. O Brasil pode ter um ou outro que se destaca, mas é um time totalmente coletivo. Nosso esporte é assim. Vai ser do começo ao fim um time. Não importa o nome que está atrás na camisa e, sim, o que está na frente”, salientou.



Equipe superou oscilações em quadra para começar bem a campanha

BRASILEIRÃO	REMO	UEFA	ARGENTINA	CRUZEIRO	SAN-SÃO
Em duelo atrasado válido pela 21ª rodada do Campeonato Brasileiro, Botafogo e Grêmio se enfrentam hoje, às 19h30, no Nilson Santos, preocupados com a ameaça do rebaixamento à indesejada Série B. O jogo terá comandos interinos: Rodrigo Bellão no Glorioso e Felipão no tricolor. O Premiere transmite ao vivo.	O Remo anunciou, ontem, a saída do técnico Léo Condé. Segundo o clube, a decisão foi tomada em comum acordo após a derrota por 2 x 1 para o Bahia, na Fonte Nova. Ele é o 17º treinador a deixar o cargo durante o Campeonato Brasileiro de 2026. O desligamento foi confirmado pelo clube, que está em 19º lugar na classificação do torneio.	A Uefa anunciou, ontem, as cidades que receberão as finais da Liga dos Campeões em 2028 e 2029. Munique foi escolhida para sediar a primeira decisão, enquanto Barcelona receberá a partida do ano seguinte. A final alemã será disputada na Allianz Arena, repetindo 2012. No Camp Nou, o duelo retorna depois de 30 anos.	A Argentina divulgou, ontem, a lista de convocados para os próximos amistosos da seleção. Entre os 28 nomes chamados, está Lionel Messi. O camisa 10, que anunciou a aposentadoria da equipe nacional, terá a oportunidade de fazer uma última partida contra o Benim. Gaiy e Flaco foram lembrados pelo técnico Lionel Scaloni.	O Cruzeiro apresentou, ontem, Matias Viña como o último reforço para a 2026. O lateral-esquerdo chega por empréstimo do Flamengo até dezembro e busca no clube mineiro uma oportunidade para recuperar o espaço perdido nos últimos anos. O jogador estava no River Plate e teve críticas ao clube argentino.	O clássico entre São Paulo e Santos sofreu alteração. A CBF confirmou, ontem, que o jogo será no próximo 2 de outubro, uma sexta-feira, no Morumbis, às 20h, pela 21ª rodada do Campeonato Brasileiro. O duelo atrasado do torneio será durante a Data Fifa. A mudança já consta na tabela oficial do site da entidade nacional.

ENEM 2026

PREPARE-SE PARA O ENEM 2026 JUNTO COM O CORREIO BRAZILIENSE.

✓

O Correio Braziliense, com o apoio do Bernoulli Educação, está preparando conteúdos exclusivos para ajudar você na preparação para o ENEM 2026.

Serão materiais, dicas e orientações pensados para fortalecer seus estudos, aumentar sua confiança e contribuir para um bom desempenho nas provas.

Acesse e saiba mais:

Apoio:

Promoção:

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Lua cresce em Escorpião. A essa altura do campeonato, com todo o conhecimento desenvolvido no século passado e nas décadas recentes, temos todos como saber, afinal, quem somos, portanto, a pergunta filosófica original teria sido respondida, porém, mesmo assim, não estamos satisfeitos. E não estamos satisfeitos pela mera razão de que descobrimos que, apesar de saber direito quem somos, mesmo assim não nos descobrimos sendo quem somos a maior parte do tempo, portanto, a pergunta “quem somos?” se transformou em “quando somos?”. Sobrelevados que vivemos por essas correntes ancestrais que se reproduzem através de nós e que foram implantadas através da educação, da influência moralista do meio ambiente e das tradições, não resta muito tempo de cada dia para sermos quem somos.

**ÁRIES**
21/03 a 20/04

Apesar de você fazer tudo que está ao seu alcance para que os resultados sejam positivos, ainda assim não espere aplausos, ao contrário, choverão críticas. É assim que as coisas andam acontecendo. Tolere.

**TOURO**
21/04 a 20/05

Toda pessoa de bem faz sacrifícios e concessões, mas toda pessoa de bem que seja um pouco sábia não faz isso indiscriminadamente, ao contrário, seu olhar está atento aos sinais de fazer o bem a quem não o merece.

**GÊMEOS**
21/05 a 20/06

Fazer bem o que você faz nem sempre é suficiente, sempre aparecem pessoas que se dedicam a desvalorizar tudo e a todos. Tenha paciência e tolere esse tipo de gente, porque neste momento não é hora de brigar por isso.

**CÂNCER**
21/06 a 21/07

Perder o domínio temporariamente não é o fim do mundo, ao contrário, dará a você a chance de perceber nuances que antes passavam em brancas nuvens e que dizem muito a respeito da natureza das pessoas próximas.

**LEÃO**
22/07 a 22/08

Melhor evitar criar tensões que não sejam imprescindíveis, porque nesta parte do caminho, para você continuar defendendo seus interesses, seria interessante você ter mais informações sobre o que a outra parte anda fazendo.

**VIRGEM**
23/08 a 22/09

Os acontecimentos oscilam da mesma forma com que seu humor também oscila. É hora de tolerar as oscilações, porque apesar de serem um tanto incômodas, não é algo com que você deva se preocupar, porque não é nada sério.

**LIBRA**
23/09 a 22/10

Faça com cuidado as manobras que supostamente teriam como objetivo conquistar mais segurança e consolidar seus interesses, porque o cenário está tão fora do eixo que a boa vontade pode se converter em tiro saindo pela culatra.

**ESCORPIÃO**
23/10 a 21/11

Cuide para não ser você a pessoa que crie tensões desnecessárias, por pura urgência de se livrar disso ou daquilo. Agora não é hora de você se livrar de nada, mas de contribuir para a serenidade geral.

**SAGITÁRIO**
22/11 a 21/12

O sacrifício que você tiver boa vontade de fazer em nome de ajudar alguém há de ser passado pelo olhar de uma reflexão profunda e sincera, para não correr o risco de ajudar quem não o merece. Essas coisas acontecem.

**CAPRICÓRNIO**
22/12 a 20/01

Cuide dos seus interesses e, pelo menos por enquanto, passe por um crivo muito fino as dicas e orientações que você receber daquelas pessoas que, supostamente, andam junto a você nesta parte do caminho. Atenção.

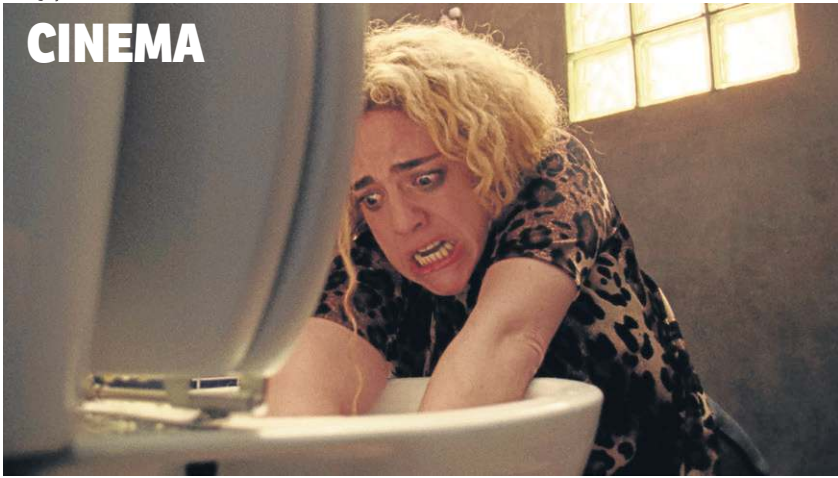
**AQUÁRIO**
21/01 a 19/02

Esses planos que você tem urgência de colocar em marcha podem ser adiados um pouco mais, esperando que o cenário saia desse estado crítico de tensões em que se encontra. A demora servirá para amadurecer a estratégia.

**PEIXES**
20/02 a 20/03

O domínio que você detém sobre os acontecimentos em curso é temporário será desafiado pelos acontecimentos, que tomam a forma das constantes opiniões e ingerências a que seu domínio se submete sob o olhar alheio.

Divulgação



Martha Nowill interpreta Malu em *Privadas de suas vidas*

Terror nas telas

» MARIA CAROLINA*
» MARIANA REGINATO

N a noite de hoje, o Cine Brasília irá presenciar a diversidade que a Mostra Competitiva Nacional oferece. O longa *Privadas de suas vidas*, dirigido por Gustavo Vinagre e Gurcius Gewdner, traz um terror gore com humor ácido. Na trama, Malu (Martha Nowill) perde um filho, e lidando com o luto, passa a enfrentar conflitos familiares e suas barreiras emocionais.

O diretor Gustavo Vinagre afirma que sua relação e a de Gurcius com o cinema de gênero é bem antiga. Gustavo afirma que o projeto fez com que ele entrasse no terror sem abandonar outros interesses narrativos como o desejo, o constrangimento e personagens que não se encaixam muito bem naquilo que se espera deles. “O terror nos interessava porque ele permite tornar literal uma coisa que normalmente permaneceria psicológica ou social. Malu perdeu um filho num acidente envolvendo uma privada e, desde então, não consegue mais evacuar. Ela é uma personagem que está, literalmente, retendo alguma coisa”, conta.

Privadas de suas vidas também gira em torno de um conflito familiar entre a mãe e o filho, no qual Malu tenta entender a não binariedade. “Podemos falar das privadas assassinas, da escatologia, do gore, mas o motor emocional é muito simples: uma mãe perdeu um filho e, por não conseguir elaborar essa perda, corre o risco de perder também o filho que continua vivo. A família é também o primeiro lugar onde recebemos nomes, gêneros, expectativas e papéis. *E Privadas* é cheio de personagens tentando escapar das identidades que outras pessoas projetaram sobre elas”, destaca Gustavo.

O Gurcius Gewdner ressalta que o projeto é sobre aceitação. “Um apelo para que os pais sejam mais compreensivos com os anseios dos jovens mesmo. Em um primeiro momento, às

vezes, por conflito puramente geracional, você não entende certas coisas de seus entes queridos. Nesse âmbito familiar, a gente tenta falar sobre isso, sobre entendimento, aceitação, trazendo as questões trans não binárias, no âmbito da família”, comenta.

Nascido em Brasília, Gurcius destaca que o Festival faz parte de seu imaginário como cinéfilo e cineasta. “É um filme muito especial, eu acho que é um ponto de partida maravilhoso para apresentar esse filme para o Brasil. A gente já exibiu ele em alguns países, a maioria em festivais de terror. A plateia do Festival de Brasília não é uma plateia exclusiva do terror. Talvez uma parcela desse público não esteja acostumada e o filme se torne ainda mais impressionante como cinema e como um exemplo da diversidade que o cinema brasileiro tem”, reflete.

A estreia de Martha Nowill no terror brasileiro é a realização de um desejo profissional da artista. “É um gênero que eu sempre quis fazer. Quando a gente trabalha como atriz, a gente quer contar histórias, a gente quer mudar o mundo. Eu sempre quis fazer um filme de terror, isso sempre esteve no meu radar”, comenta. Porém, mesmo sendo um gênero que atraía profissionalmente Nowill, pessoalmente, era uma vertente do cinema que não explorava. “É um contraste, porque eu queria fazer um filme de terror, mas eu preciso ver filmes de terror de dia. Os diretores me enviaram uma lista extensa de filmes e eu sentei e falei: quais que dão medo? quais que não dão?”, brinca a atriz. Para a atriz, o terror possibilitou a liberdade de sua intensidade cênica em frente das câmeras, o que no cinema, normalmente, é algo mais contido. “Foi um gênero que pude brincar. A câmera capta de forma mais precisa que o olho humano, então, muitas vezes, tem um trabalho de contenção. Mas no terror, na hora que fala: agora eu quero que você grite, quanto maior o grito, melhor”, ressalta.



TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

quero escrever as coisas mais vadias
só porque minhas mãos estão tão frias
quero escrever as coisas mais amargas
e não encontro rima
nem motivo.

Caio Fernando Abreu

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

		5	3				
	6			4			
		3	2	6	7		1
	8		1				
		8				9	
	4	9		2			
	5	2				6	
		6	3			4	5
						3	7

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Enredo imaginado; sonho diurno		Regulador do prazer e do humor (Bioquím.)	Ex-colônia holandesa na América do Sul	Tempo que um avião se mantém no ar
Local para cuidados de peixes raros				
Tonalidade chamada de azul-piscina				
		Letra enfatizada na fala do alemão	Como é servido o peixe no sushi	
Cinco, em inglês			Classe social retratada por Gorki	
Desabitados				
		Pedra do dominó com três pintas		
Afonso (?), presidente de 1906 a 1909 (BR)		Banda de rock com letras cristãs	(?) Parker, cineasta Idioma de Bangkok	
Flor tradicional dos países asiáticos		Irmã da mãe (?) Araujo, atriz	Dentro de Senhora (abrev.)	
Osvaldo Orico, escritor paraense		Esporte de João Fonseca Encera		Sucesso da banda Ultraje a Rigor
			Conjunto de canais de água do mar	
Iguaria vegetariana			Terra, em inglês Festas de casamento	
Desabar				Sergio (?), senador
		Olof Palme, ex-premier sueco	Emissora na qual atuou Marcelo Adnet	
		(?) Chui, extremo meridional do Brasil		
Gênero de Ernesto Nazareth (Mús.)				
Seguidor de Jesus como Simão Pedro				

BANCO 3/taí. 4/alan — five — land — reza. 8/surninarme. 10/serotoninha. 14/autonomia de voo. 19

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

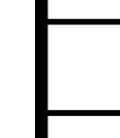
	A	T		A		S					
	P	R	O	P	E	L	E	N	T	E	
	C	A	R	R	E	T	O	L	I	D	E
	S	A	I	S	E	U	T	D			
	T	N	O	A	F	R	I	O			
	R	A	J	A	D	I	A	M	G		
	C	A	O	L	H	O	S	D	U	O	
	M	S		U	N	I	V	A	L	E	
	E	T	A	M	I	S	A	L	R		
	P	R	A	I	A	S	P	L	E	N	O
	I	B	N	G	O	R	F				
	C	A	R	A	M	U	R				
	C	A	C	O	M	E	A				
	N	A	A	R	E	M	R				
	F	A	X	I	N	A	A	L	I	C	E
		I	M	P	L	O	S	O	E	S	

SUDOKU DE ONTEM

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.



>>> WWW.ASSINECOQUETEL.COM.BR



Siga a gente nas redes sociais:
coquetel editoraCoquetel

COQUETEL

Diversão&Arte

Diretores e produtores discutem os impasses para a produção nacional, apesar da presença vitoriosa em festivais internacionais

» RICARDO DAEHN

“Em Pernambuco, somos um exemplo vivo, como em outras cinematografias de alguns estados, de que, se houver um investimento público em cinema, existem produções, obras, que ‘chegam lá’”, observa o cineasta Marcelo Lordello, durante uma discussão, no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, sobre a prosperidade atrelada ao sucesso do filme *O agente secreto*, produção da qual ele tomou parte. Na base da comunidade e da aglutinação de talentos, junto com consistentes ciclos de produção do *Super 8 mm* e de núcleos na retomada, em meados dos anos 1990, foi impulsionada a expansão das artes — “os nossos produtores culturais estão imersos num caldo e a nossa geração sempre se ajudou: há o que a gente chama cinema de brodagem — um auxilia o outro, assumindo diferentes funções para fazer filmes. Fora isso, tivemos a questão da política cultural no estado, com gestões que pensavam a economia da cultura e do audiovisual, como algo muito importante. Em meados de 2000, o edital do Funcultura (Fundo Pernambucano de Incentivo à Cultura) veio a ser modelo para o país, na construção de diálogo e de modulação de verbas para filmes”. A solidez do destino de Kleber Mendonça Filho, da produtora Emilie Lesclaux e de Gabriel Mascaro (pernambucano à frente de *O último azul*), nomes, agora, de estatura internacional, serve de estímulo para a ferramenta de desenvolvimento econômico, cultural e social, encerrada pela ação do cinema. Num debate, proposto pelo **Correio**, profissionais de cinema trataram de ajustes na formação, impulso de empregos, constituição de fundos e de editais, resultados em bilheterias e gargalos na distribuição de obras.

Visto como gargalo, o sistema de exibição, “durante tanto tempo dominado pelas majors (de distribuição estrangeira), dificulta a chegada das obras ao público”, reflete Lordello, codiretor da série *Delegado*. Ele vê com bons olhos a iniciativa da plataforma pública Tela Brasil. “É mais um caminho de criação de pontes entre público e filmes nacionais. Acho natural que os filmes, sendo financiados com dinheiro público, cheguem, gratuitamente, ao público. Mas, como tudo no cinema, requer divulgação. As pessoas precisam saber que existe, dada a miríade de filmes a optar”, pontua.

Rede de problemas

Pola Ribeiro, presidente da recém-criada Bahia Filme destaca pretendidos efeitos da nova empresa pública, com estruturação estadual, no preenchimento de lacuna de 15 anos. “A ideia é, com articulações, criar condições e oportunidades para que o setor audiovisual cresça na Bahia. Estamos num momento bem distônico do audiovisual brasileiro. Ao mesmo tempo em que ocupamos o tapete vermelho, temos número muito grande de empresas que estão no vermelho, sem condições de desenvolver seus projetos. Embasados em vários indicadores da Ancine e do MinC, constatamos crise imensa de comunicação, para além de distribuição e de exibição de filmes. Não há unidade e integração do setor. Fica difícil você divulgar um filme, num universo amplo, um filme é lançado, e as pessoas nem sabem que ele existe”, comenta o realizador. Pola vê que, num descaminho, cineastas entrem num “desalento”, que não desacreditem na antevisão de resultado na distribuição e na exibição.

Ao Sul do Brasil os problemas, igualmente, são concretos, pela ótica da realizadora Cristiane Oliveira, que nota falta de continuidade dos fundos e dos editais para financiamento de produção (“não se tem uma lei fixa que contemple diversidade nas suas formas de distribuir recursos”, diz). “Tudo fica dependente de vontade política. Ao menos temos um movimento muito bom, no setor de exibição. Há salas muito receptivas ao cinema de arte, há novas iniciativas de festivais, isso importa para que a população tenha uma formação do olhar para o cinema que se faz no nosso país; nisso há cineclubes atuantes, estendidos até para salas de universidade. O cinema nacional, ainda assim, sofre com a dificuldade de manter nas salas porque a pressão do cinema internacional vem

ENCRUZILHADA DO CINEMA BRASILEIRO

com muito investimento, e os cinemas, ao cumprir as necessárias cotas de tela, colocam filmes nacionais em horários ruins”, pontua a cineasta.

Enquanto até o cinema mais comercial enfrenta dificuldades de público, que se dirá da missão do mineiro Daniel Queiroz, da Embaúba Filmes, de atrair o público para salas com filmes alternativos? “Quando eu programava salas de cineclube, há 25 anos, já era uma dificuldade levar público. Nisso, no pós-pandemia, agravou-se e ainda houve a intervenção do streaming, com mudanças de hábitos. É um desafio e tanto levar as pessoas para salas de cinema. Passa-se por formação de público, por questões ligadas à educação, no estímulo a projetos fundamentais de exibição de filmes em sala de aula, a aproximar as pessoas do cinema brasileiro. Estamos numa época em que as pessoas mal têm paciência para acompanhar um filme



59º
Festival de Brasília
do Cinema Brasileiro

o menor interesse nos filmes autorais; e não é a cota de tela que muda o quadro. Distribuidoras seguem na dependência muito grande de edital e subsídios públicos para existir”, conclui.

Na esfera local

No âmbito local, um clima de imprevisto e de incerteza ronda a rede de produção segundo o diretor Centro-Oeste da Associação das Produtoras Independentes do Audiovisual Brasileiro, Tiago de Aragão. “O cinema no Distrito Federal vive um momento paradoxal. Ao mesmo tempo que temos curtas e longa com destaque em festivais, até internacionais, há oito anos, a

política de fomento ao audiovisual na cidade vem sendo desorganizada”, observa. Um calendário de fomento imprevisível, desrespeitos à Lei Orgânica da Cultura e alteração negativa nos editais estão na linha de frente. “Tudo ao contrário do ocorrido noutros anos, quando as produtoras e realizadores tinham meios de planejar seus projetos, perdeu-se completamente a noção de quantos curtas, longas, festivais, projetos de pesquisa, preservação e cineclubes podem ser fomentados, anualmente”, exemplifica Tiago de Aragão.

Numa realidade de cinema “guerreiro e competitivo”, o diretor Renato Barbieri enumera êxitos de filmes como *Justino*, *Venão da lata* (no encerramento do Festival), nas disputadas vagas do Festival do Rio, com longas do DF, e a recente conquista da coprodução local *Retorno a Buenos Aires* no Festival de Veneza e o próprio *Tesouro Natterer* (que Barbieri dirigiu).

“Estamos competitivos, buscando excelência nos projetos e nas estratégias de distribuição. O DF é uma potência cinematográfica. O GDF, entretanto, não tem a compreensão, o olhar para a cultura. Uma cultura que eleva o nome do DF. Há limitações no FAC, nos editais. Privilegia-se, às vezes, só o primeiro filme, no caso da Lei Aldir Blanc. E quem já produz cinema há muito tempo, dando sustentação e batalhando há décadas?! O cinema é estratégico. Na falta de apoio, o segmento cinematográfico vai batalhar recursos na Petrobras, no BNDES, na Ancine, em editais internacionais, no setor de laboratórios. Falta, então, apoio interno, à exceção de prêmios como o troféu Câmara Legislativa (da Mostra Brasília).

Eu acho que carece compromisso político. Porque o FAC é do povo brasileiro. Brasília tem dado pérolas ao cinema nacional. Quando políticas públicas se revelam ameaçadas, a gente vê o cinema ameaçado. O FAC 2, ainda o do ano de 2025, não foi pago. Não tivemos execução dos arranjos regionais (atrelados ao Fundo Setorial do Audiovisual), desde o ano passado. Isso tudo fragiliza a cadeia produtiva. Sem consolidação, muita coisa fica comprometida”, ressalta a professora, escritora e realizadora Edileuza Penha de Souza (de filmes como *Vão das almas e Filhas de lavadeiras*).

A capital já esteve em patamar mais valorizado, em amparo para o audiovisual, avalia o diretor Pedro Lacerda. Os problemas se amontoam visíveis desde o recente “parto a fórceps” para a realização do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. Há insegurança rende alarmismo. “Precisamos profissionalizar nosso setor: temos uma produção razoável mas muitas obras ficam empoeiradas na prateleira. Na visão ampla, faz-se necessário regular a lei do streaming para que filmes nacionais encontrem seus destinos. O governo precisa socorrer as salas de cinema que têm sido sistematicamente fechadas. Os filmes nacionais têm sido exibidos mediante acordos antecipados de pagamento para a manutenção (do título) nas salas de exibição”, analisa Lacerda.

A direção de recursos do Fac também traz descontentamento. “Agora, o Fac, com 0,3% da Receita Corrente Líquida do GDF, ou seja milhões, encontrou uma distribuição assemelhada à moeda de troca eleitoral, com muitas restrições — e isso é reclamação recorrente: virou uma política ideológica e não de produção audiovisual. É uma produção amadora, sem politização, sem projeto coletivo. Vive-se a sazonalidade: uma hora cineastas sobem, noutra descem. É o retrato do cinema brasileiro, com pendur para um assistencialismo”, pontua Pedro Lacerda.

A margem de ter sido contemplado por leis de estímulo ao audiovisual, Lacerda, atualmente, finaliza *Terra quente*, documentário em torno das terras do DF, e de como foram adquiridas para a construção de Brasília, por meio de emenda parlamentar disposta por um senador. Familiarizado, há décadas com a cena do audiovisual, Lacerda conclui: “É preciso reinventar os cinemas, porque, sem contar com público, a manutenção de uma sala de cinema é cara. Sem subvenção, elas fecham. A regulação do streaming, há anos, está parada no Congresso. Queremos que as plataformas paguem 4% de imposto sobre o faturamento — o que gera lucro, gera imposto, naturalmente. Mas o lobby do cinema do cinema americano é grande demais”.

Precisamos profissionalizar nosso setor: temos uma produção razoável mas muitas obras ficam empoeiradas na prateleira.

Pedro Lacerda, cineasta

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quarta-feira, 16 de setembro de 2026

Para anunciar ► 3342-1000

1 IMÓVEIS
COMPRA & VENDA2 IMÓVEIS
ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA
& SERVIÇOS5 NEGÓCIOS
& OPORTUNIDADES6 TRABALHO
& FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS
COMPRA E
VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
1.2 Apartamentos
1.3 Casas
1.4 Lojas e Salas
1.5 Lotes, Áreas e Galpões
1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas
1.7 Serviços e Crédito Imobiliário

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Exporess and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS



DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB
LUGAR CERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
AV PARQUE guas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos coberturas 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF
R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

ASA NORTE

QUITINETES

PLANO EMPREEND.
IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
404 BLOCO I Apto 78m2 3qts 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

1.2 ASA SUL

ASA SUL

2 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

J RIBEIRO VENDE
208 BLOCO K apto reformadíssimo 2qts ste c/ closet cj5211 33223443

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

216 SUL 5 andar, vaza- do 167m2, c/ 3qts sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qts Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

1.2 GUARÁ

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

3 QUARTOS

SQSW 306 v.livre 3q st gar DCE desoc ref and alto 99983-1953 c3149

1.3 CASAS

CRUZEIRO

3 QUARTOS

QD 07 Vdo exc casa reformada 3qts ste churr gar 99983-1953c3149

1.3 CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banh. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área laze, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar4 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

SOBRADINHO

4 OU MAIS QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 10 Melhor quadra! Sobrado área privativa 582.28m2 c/ 9 banhs 6qts 98313-0206 cj5179

Curso de Departamento
Pessoal e eSocial

Aprenda cada etapa do DP e eSocial em um curso prático, utilizando o sistema de folha de pagamento Dexion e eSocialWeb.

Presencial - Asa Sul Brasília - DF

61 99940-5573

1.3 TAGUATINGA

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI!

ENTRE EM CONTATO CONOSCO 61 3342-1000 - OPÇÃO 5

CONVICTA IMÓVES VENDE
QNL 18 casa 3qts 120m2, área serv. garagem 3386-9000 cj22002

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

1.4 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitation al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil fiancio Tr: 98135-1919

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 ASA NORTE

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquari 742m2, quitado, esquina, ótima localização CJ 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO EXCELENTE FAZENDINHA Município de Goiânia-GO são 22 alqueires c/ 2 casas. Represa, tanque de peixe, córrego nos fundos, água por gravidade na porta da sede, somente 28Km de Goiânia, sentido a Pirinópolis na GO 338, somente 6Km de estrada de chão. Ótima propriedade para criação de gado e lazer. (62) 99104-1161 zap

PONTE ALTA SUL VENDO CHÁCARA
5.000m. Próximo da pista. R\$95.000. Aceito Carro. Tr: (61) 99683-0205

REGINA NEVES
CONSULTORA IMOBILIÁRIA
CRECI 19395

OS MELHORES
IMOVEIS DE GOIÂNIA

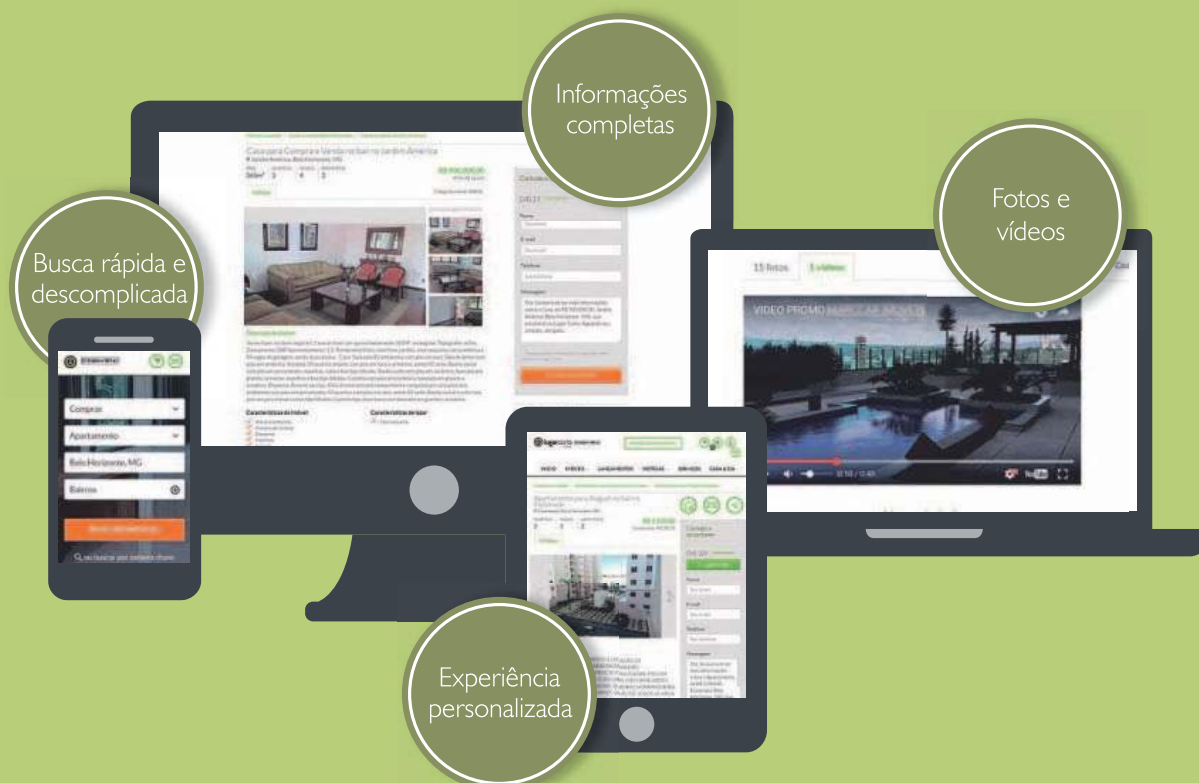
QUER MORAR OU
INVESTIR EM
GOIÂNIA?
TENHO AS MELHORES
OPÇÕES PRA VOCÊ!



(62) 98280-1111

PARA CADA MOMENTO DA VIDA EXISTE UM LUGAR CERTO

Acesse e encontre o seu.



+ de 200 mil ofertas

LUGARCERTO.COM.BR

O portal de imóveis para quem quer comprar ou alugar.

CONFIRA TAMBÉM OFERTAS NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE.

 **lugarcerto**
.com.br

CORREIO BRAZILIENSE
Você à frente de tudo

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

**2.5 Lotes, Áreas
e Galpões**

2.6 Quartos e Pensões

**2.7 Sítios, Chácaras
e Fazendas**

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

QD 205 - Condomínio Espaço Línea 1qto sala cozinha americana, garagem, vista livre. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

QD 103 Mozart. Lindo and alto lavabo ste var 2gar Laz comp. Dir propriet. 99972-4404 c4664

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suite, dce, cozinha, sala, reformadissimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVES ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz á99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 RECANTO DAS EMAS

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos
120m2. 99112-3703 /
3386-9000 c/22002

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS

SCRN 704 Norte c/ 3 pavimentos subsolo térreo e primeiro andar c/ 200m2 de área de frente para W3 Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 c/22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

3

VEÍCULOS

3.1 Automóveis

3.2 Caminhonetes e Utilitários

3.3 Caminhões

3.4 Motos

3.5 Outros Veículos

3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!

CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

SR. IMÓVEIS

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

AUTOCRED

RENEGADE/17

Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

5.1 Agricultura e Pecuária

5.2 Comunicados, Mensagens e Editais

5.3 Informática

5.4 Oportunidades

5.5 Pontos Comerciais

5.6 Telecomunicações

5.7 Turismo e Lazer

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

5.3 INFORMÁTICA

5.4 OPORTUNIDADES

5.5 PONTOS COMERCIAIS

5.6 TELECOMUNICAÇÕES

5.7 TURISMO E LAZER

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

5.3 INFORMÁTICA

5.4 OPORTUNIDADES

5.5 PONTOS COMERCIAIS

5.6 TELECOMUNICAÇÕES

5.7 TURISMO E LAZER

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

5.3 INFORMÁTICA

5.4 OPORTUNIDADES

5.5 PONTOS COMERCIAIS

5.6 TELECOMUNICAÇÕES

5.7 TURISMO E LAZER

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

5.3 INFORMÁTICA

5.4 OPORTUNIDADES

5.5 PONTOS COMERCIAIS

5.6 TELECOMUNICAÇÕES

5.7 TURISMO E LAZER

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

5.3 INFORMÁTICA

5.4 OPORTUNIDADES

5.5 PONTOS COMERCIAIS

5.6 TELECOMUNICAÇÕES

5.7 TURISMO E LAZER

5.1 AGRICULTURA E PECUÁRIA

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

5.3 INFORMÁTICA

5.4 OPORTUNIDADES

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

6.1 Oferta de Emprego

6.2 Procura por Emprego

6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 NÍVEL MÉDIO

A BRASFORT ESTÁ OFERECENDO

OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA. Interessados devem enviar currículo junto com laudo para e-mail: recrutamento.pcd@brasfort.com.br

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

6.1 OFERTA DE EMPREGO

6.2 PROCURA POR EMPREGO

6.3 ENSINO E TREINAMENTO

SENADO FEDERAL
COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
Contratação 259/2026
Pregão Eletrônico

OBJETO: Serviços de manutenção preventiva e corretiva para o Sistema de Impressão em Braille da Secretaria de Editoração e Publicações do Senado Federal, pelo período de 12 (doze) meses consecutivos.

ABERTURA: 01/10/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.

EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

MARCUS VINÍCIUS DE MIRANDA CASTRO
Pregoeiro

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL
REGISTRADORA

RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
HELDER PEREIRA DE CARVALHO

DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a COMPANHIA IMOBILIÁRIA DE BRASÍLIA - TERRACAP, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelos requerimentos de 21/07/2026, requereram a este Serviço Registral a intimação do espólio de **LEONICE FERREIRA LEMOS RIBEIRO**, CPF nº 947.133.161-72, representado pelo procurador e inventariante MAURICIO JOSE RIBEIRO, brasileiro, divorciado, engenheiro, inscrito no CPF sob o nº 047.056.451-20, residente e domiciliado nesta cidade, nos seguintes endereços: 1) SHIN QI 04, Conjunto 07, Casa nº 08, Lago Norte; e, 2) SHJB, Lote nº 09, do Conjunto "D", da Quadra 10, da Avenida das Paineiras - N, do Setor Habitacional Jardim Botânico, na qualidade de DEVEDOR FIDUCIANTE nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaça o pagamento da importância de R\$1.267.95,58 (um milhão e duzentos e sessenta e sete mil e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos), atualizada até o dia 30/09/2026, correspondente as prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária da escritura com alienação fiduciária do Lote nº 09, do Conjunto "D", da Quadra 10, da Avenida das Paineiras - N, do Setor Habitacional Jardim Botânico (SHJB), nesta cidade, registrada sob o nº R.4, na matrícula nº 96.796. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 09, do Conjunto "D", da Quadra 10, da Avenida das Paineiras - N, do Setor Habitacional Jardim Botânico (SHJB), desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

Condomínio Rural Residencial RK
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Administração do Condomínio Rural Residencial RK, com base no artigo 18, inciso VI, artigos 26 a 35 da Convenção Condominial, observadas as disposições da Resolução Eleitoral aprovada na 105ª AGO de 29 de março de 2026, convoca aos senhores condôminos, quites com suas obrigações condominiais, para a **107ª Assembleia Geral, em Caráter Ordinária**, a realizar-se no Complexo Administrativo, ao lado dos Correios, próximo à Portaria, no CONDOMÍNIO RURAL RESIDENCIAL RK, à Rodovia DE 440, km 2,5 - Sobradinho-DF, no dia 27 de setembro de 2026, Domingo, às 09h00min em primeira convocação, com maioria absoluta, e às 09h30min, em segunda convocação com qualquer número de presentes, para tomarem conhecimento e deliberar de forma exclusivamente presencial sobre os seguintes assuntos:

- Escolha dos Membros da Administração para o biênio 2026/2028 (Síndico, Dois Subsíndicos e Conselho Consultivo);
- Escolha dos candidatos ao Conselho Fiscal para o biênio 2026/2028;
- Apuração da votação dos candidatos a Membros da Administração e do Conselho Fiscal;
- Proclamação do resultado e posse dos eleitos.

Observações:

- Conforme dispõe o inciso VI, do Art. 35, da Convenção Condominial, no dia da votação, somente serão distribuídas cédulas para os condôminos adimplentes.
- Para atestar adimplência será utilizado relatório impresso na sessão eleitoral com histórico de pagamento do condômino até o terceiro dia útil antes da eleição.
- No caso de cônjuge, apresentar Certidão de Casamento ou de União Estável (original ou cópia autenticada);
- O credenciamento dos condôminos adimplentes será iniciado após abertura da assembleia e encerrará às 16h do dia 27 de setembro de 2026.
- Os Condôminos que não puderem comparecer poderão se fazer representar por procuradores legalmente constituídos através de procuração pública ou procuração particular, com firma reconhecida em Cartório, de acordo com o previsto no Art. 36 §1º e §2º da Resolução Nº 02/2026 da 105ª AGO de 29/03/2026.
- Cada procurador poderá representar apenas 01 (um) condômino.
- Também serão aceitas procurações com assinatura digital, desde que seja apresentado o verificador de conformidade de assinatura digital emitido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Disque-Denúncia

Secretaria de Segurança Pública.

Uma nova arma contra a criminalidade
Sigilo absoluto.

197

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

UASG: 510678
Pregão Eletrônico: 70/2026

O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, através de sua Superintendência Regional Norte Centro-Oeste, torna pública a realização de Pregão Eletrônico visando a Contratação dos serviços de limpeza e conservação, com fornecimento de materiais, insumos, equipamentos, EPI's e uniformes, em regime de empreitada por preço global, mediante disponibilização de mão de obra, com dedicação exclusiva, a serem executados nas dependências das Gerências Executivas de Palmas/TO, Porto Velho/RO, Anápolis/GO, Distrito Federal, Belém/PA, Santarém/PA, Marabá/PA, Manaus/AM, Rio Branco/AC e Dourados/MS, bem como em todas as suas unidades vinculadas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos. Nº Processo: 35014.013034/2026-37. Total de Itens Licitados: 196 (cento e noventa e seis). Abertura das Propostas: **Dia 13/1**

